



Ca.
d
M
D
J
J
B.
R.
M

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SANTO ANTÓNIO DE S.
PEDRO DO SUL**

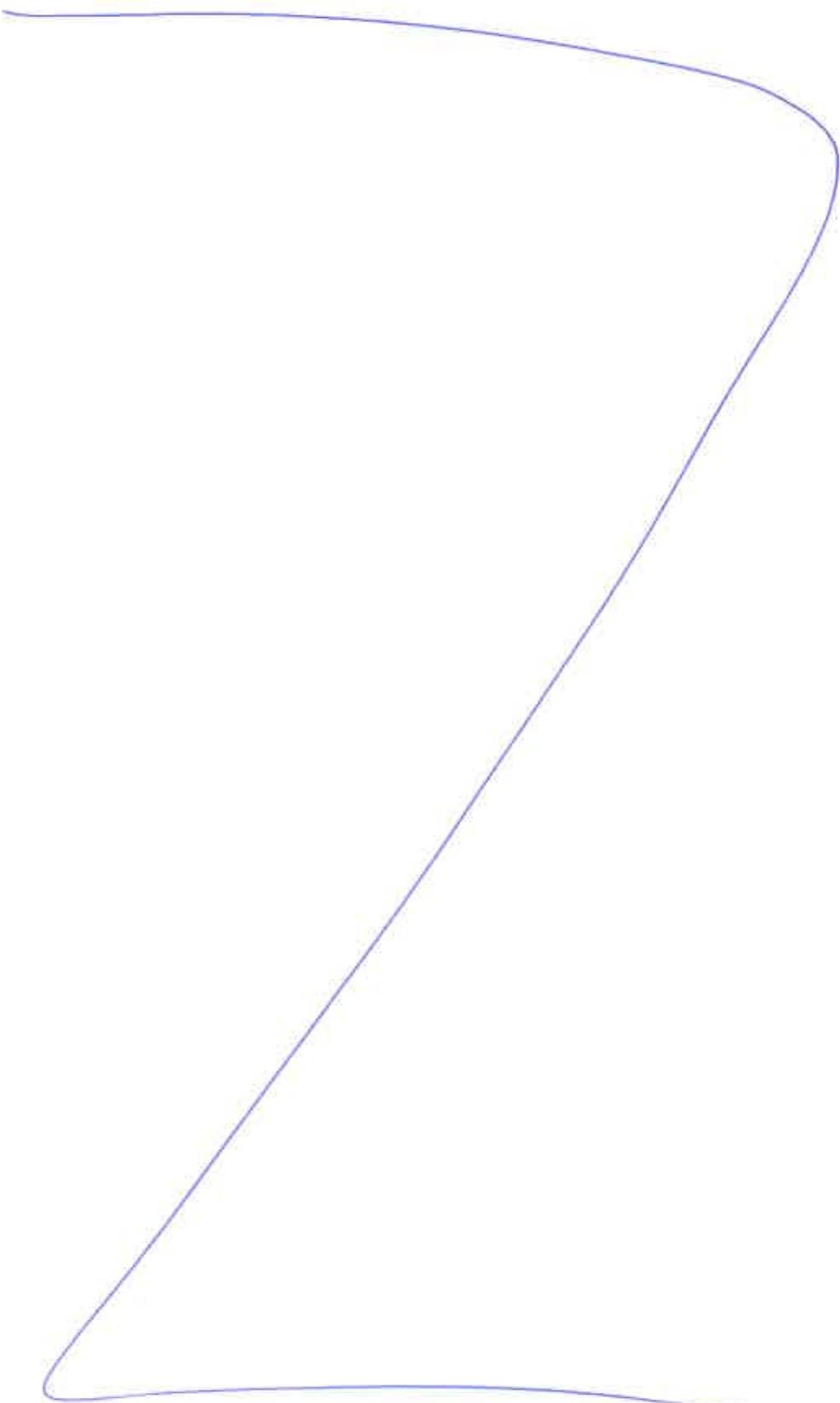
Relatório de Gestão e Contas - 2023

Março/2024

NIPC: 501 157 506



Sempre ao seu lado.



C.
d
G
C
K.
~~AB~~
BWS
mpt

Relatório de Gestão e Contas

2023 – Nota Prévia

Decorrido o ano de 2023, é altura de refletirmos e procedermos a balanço das expectativas e resultados de atuação, destacando-se, desde logo, como um ano de incertezas e desafios. De facto, após um primeiro abalo profundo na economia mundial (com a pandemia da Covid-19), estamos agora a ver refletido o impacto da crise inflacionista decorrente da guerra na Ucrânia e na Faixa de Gaza, com o agravamento dos custos operacionais.

Este deferimento no tempo deve-se às salvaguardas contratuais de alguns serviços e condições comerciais que atenuaram o primeiro impacto na economia nacional e adiaram, em grande medida, o agravamento mais forte e generalizado dos gastos, sem, contudo, condicionar os padrões de referência e qualidade institucional nos serviços que prestamos.

Não obstante, conseguiu-se o equilíbrio e, volvido mais um ano, voltamos a confirmar o estatuto da Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul (MSPS) como uma instituição inclusiva e de referência na região; como uma instituição que se procura manter moderna e que é feita diariamente pelo reconhecimento dos nossos utentes, suas famílias e comunidade. Reconhecimento reiterado, não só pela abrangência dos serviços prestados e pelos resultados da sua avaliação, como, também, por todo um conjunto de valores que preconizamos nas várias respostas sociais, a par da dedicação contínua e profissionalismo do nosso corpo de colaboradores.

O último ano foi, também, um ano de continuidade na retoma de alguns investimentos, de forma cautelosa, para que, atendendo o acréscimo contínuo do custo com pessoal e à inflação em registo, se estabelecesse uma almofada para as previsões mais negras de 2024, o que nos leva ao apontamento de um resultado líquido positivo de cerca de 60 mil euros, contrariando ligeiramente o previsto orçamentalmente (recordese a previsão de resultado negativo).

Por fim, não podemos deixar de reafirmar que o ano transato continuou a reforçar a importância do papel social que as instituições da economia social desempenham, quer em termos de empregabilidade local (e nacional), quer em termos de suporte social e de apoio à comunidade. Reforçamos, também, o alerta sobre os constrangimentos que têm sido colocados à gestão das entidades da economia social, pela tutela, em termos de compensações financeiras adequadas às exigências dos serviços, novos problemas sociais com que Portugal se vai deparando e o próprio incentivo e balizamento da subida da Retribuição Mínima Mensal Garantida. Entraves essencialmente associados a uma desadequação entre esta subida e a atualização dos acordos de cooperação e a disponibilização de mecanismos (com

apoios nacionais e comunitários) para investimentos na adaptação e remodelação de edifícios com respostas sociais em funcionamento, faltando, deste modo, uma efetiva equidade e possibilidade de investimento estrutural.

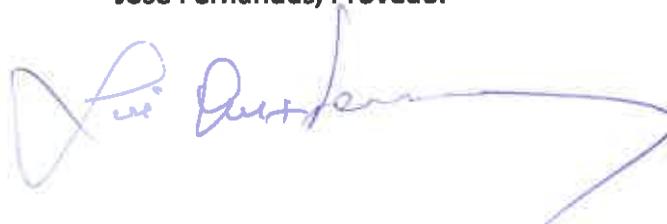
A par do anterior, anotamos, também, como fator desestabilizador a incerteza em termos de matéria laboral, nomeadamente pela dualidade de aplicabilidade de três convenções coletivas de trabalho a que as Misericórdias nacionais se viram forçadas a aplicar no decorrer de grande parte do ano, contrariando a necessidade de uma atualização das tabelas constantes da convenção em vigor e da uniformização das regras para as várias entidades da economia social.

Constrangimentos que, face aos resultados acumulados e à garantia de alternativa pública, levou à decisão no ano, de encerramento do CATL, com efeitos no ano letivo 2024/25.

Mantemos, deste modo, as palavras do relatório anterior: o apanágio de rigor, transparência e exigência é maior para se manter a qualidade e níveis de serviços espectáveis nas respostas atuais e, simultaneamente, salvaguardar a inexisteência de falhas de tesouraria.

Apelando à colaboração contínua de toda a comunidade, continuemos esperançosos, resilientes e continuamente dedicados à Causa Social.

José Fernandes, Provedor

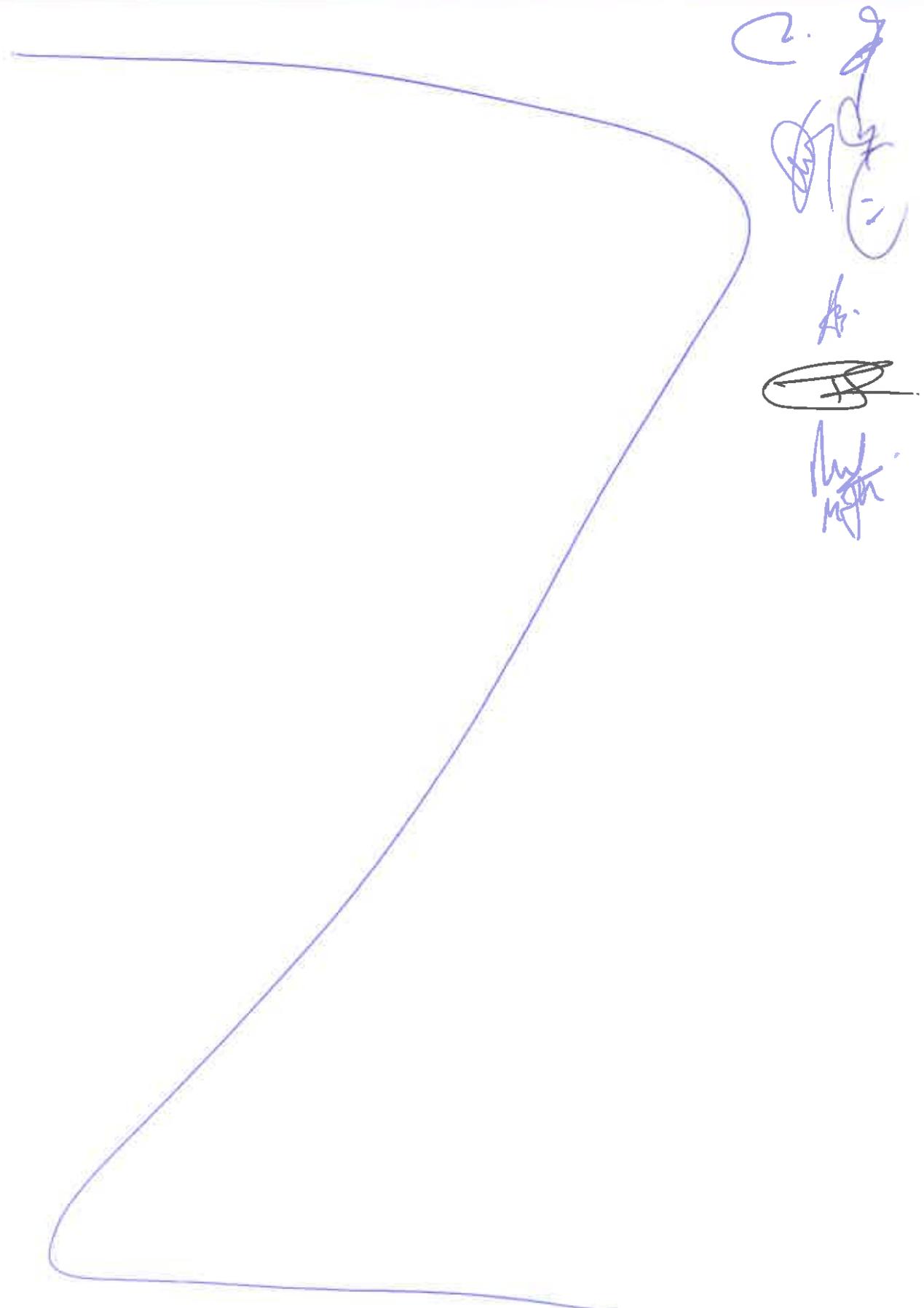


Índice

INTRODUÇÃO.....	9
MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO.....	11
Mesa da Assembleia Geral	11
Mesa Administrativa.....	11
Conselho Fiscal	11
Identificação da Entidade.....	12
POLÍTICA DE QUALIDADE.....	13
Missão.....	13
Visão	13
Valores.....	13
Objetivos estratégicos - período 2021-2023	14
FACTOS RELEVANTES.....	20
1.º Trimestre.....	20
2.º Trimestre.....	21
3.º Trimestre.....	22
4.º Trimestre.....	22
Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão	24
Balanço da Organização Administrativa	25
Quadro Associativo.....	26
SÍNTESE DE INDICADORES	27
1. Evolução do total de gastos.....	27
2. Evolução do total de rendimentos	31
3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro).....	37
4. Grandes Números da Atividade da MSPS.....	42
5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza	50
6. Sustentabilidade 2023	53
7. Eventos subsequentes	57
8. Proposta de aplicação de resultados.....	57
NOTA FINAL	58
ANEXOS.....	60
Anexo 1 – Relatório de Contas	61

BALANÇO	63
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA	64
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	65
ANEXO 2023.....	66
1. Identificação da Entidade	66
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	66
3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	66
3.1 Principais políticas contabilísticas.....	66
4. Fluxos de Caixa	74
5. Ativos Fixos Tangíveis	74
5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural	74
5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis	74
5.3 Propriedades de Investimento	77
6. Ativos Intangíveis.....	77
6.1 Outros Ativos Intangíveis.....	77
7. Custo de Empréstimos Obtidos	78
8. Inventários.....	79
9. Réido	79
10. Provisões.....	79
11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas	80
12. Benefícios dos empregados.....	80
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	81
14. Outras Informações	82
14.1 Investimentos Financeiros.....	82
14.2 Créditos a receber	82
14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	83
14.4 Outros ativos correntes	83
14.5 Diferimentos	84
14.6 Caixa e Depósitos Bancários	84
14.7 Fundos Patrimoniais	84
14.8 Fornecedores.....	85
14.9 Estado e Outros Entes Públicos	85
14.10 Outros passivos correntes	86
14.11 Subsídios, doações e legados à exploração	86

14.12	Fornecimentos e serviços externos	86
14.13	Trabalhos para a própria entidade	87
14.14	Outros rendimentos	87
14.15	Outros Gastos	87
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	88
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS.....		89
Anexo 2 – DMR comparativas sem aplicação retrospectiva da alteração da política de réido a 2022		101
Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal.....		111
Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral		113



Relatório de Gestão e Contas - 2023

INTRODUÇÃO

A atual Mesa Administrativa, empossada em 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022, mantém-se fiel à Missão desta Instituição quase bicentenária, não obstante as alterações na estratégia de intervenção definidas ou a definir.

Assim, em conformidade com o estabelecido na Lei e no Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul, a Mesa Administrativa vem submeter à apreciação, discussão e votação dos Irmãos, o Relatório de Atividades e as Contas de Exercício do ano de 2023, acompanhado do respetivo Parecer do Conselho Fiscal.

No presente Relatório estão indicados os principais desenvolvimentos das atividades de exploração da responsabilidade da Mesa Administrativa e, com ele, pretende-se dar conta dos compromissos assumidos em termos de execução dos objetivos estratégicos para 2023 constantes do Plano de Atividades e do Orçamento de Exploração correspondente.

Pela sua relevância e sem prejuízo da consulta do presente Relatório e Contas, destacam-se os seguintes indicadores no ano em referência:

- Cash flow de 270.885,57€;
- Autonomia Financeira de 89,75%;
- Gastos com o pessoal no montante de 2.793.799,11€;
- Comparticipações do ISS - Instituto da Segurança Social, IP, ao abrigo dos acordos de cooperação, no montante de 2.291.967,71€;
- Resultado Líquido do Exercício (RLE) de 2023 de 60.246,65€.

Os indicadores de atividade anteriores revelam, em linha com o orçamento, uma quebra do RLE, mantendo-se, contudo, em valores positivos no ano (contrariamente ao previsto orçamentalmente), assente num aumento dos rendimentos (7,86%) numericamente superior ao aumento dos gastos (12,93%). Para tal, contribuiu de forma significativa o agravamento dos gastos com pessoal (via atualização da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e da atualização das CCT – Convenção Coletiva do Trabalho) e o forte impacto da inflação, que se repercutiu de forma generalizada em todas as rúbricas de custos (destaque para o custo de mercadorias vendidas e matérias consumidas com agravamento de 38,58%; outros gastos e perdas com agravamento de 27,50%; e fornecimento e serviços externos com agravamento de 3,83%).

A par deste agravamento, a nível dos proveitos, as atualizações não foram tão expressivas, pelo que o impacto negativo anterior apenas foi coberto face o apoio extraordinário acordado com as entidades representativas do setor e verificado por reporte a dezembro de 2023.

Note-se, a nível dos proveitos, a alteração de política contabilística na "Contabilização de Rédito", preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização Contabilística, explicitado no subcapítulo 2 – Evolução dos Rendimentos (Síntese de indicadores), na qual as comparticipações mensais do Estado (Acordos com a Segurança Social) passam a ter contabilização distinta face a 2022 (registo na rubrica 72 – Prestação de serviços em vez de 75 - Subsídios). Alteração que leva a um acréscimo de 157,41% na prestação de serviços e a uma redução de 93,80% na rubrica de subsídios, doações e legados à exploração.

Do anterior e dentro destas rubricas, registamos, assim, o acréscimo das comparticipações dos utentes/famílias (incluídas nas prestações de serviços) de apenas 1,8% e dos subsídios e acordos de cooperação ISS conjuntos de 16,55%.

Os fatores positivos que beneficiamos do levantamento de restrições de medidas de contenção da Covid-19, e que levaram à redução de despesa em 2022, foram amplamente contrariados pela inflação em 2023, pelo que se impõe cautela, não obstante o registo de estabilidade a curto e médio prazo, sustentada e em linha com os resultados de anos anteriores: excedente financeiro líquido da atividade anual (Cash Flow) em valores muito positivos (apesar de descida de 40,93% face a 2022) e uma autonomia financeira estável e próxima de 90% (89,75% em 2023).

Não obstante o anterior, reiteramos a cautela e preocupação esplanada no orçamento para 2024, quanto à contínua escalada inflacionista que fomos registando ao longo dos anos de 2022 e 2023, a perdurar em 2024 (em estabilização), decorrente da instabilidade social e incerteza económica originada pelas guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza.

Abordamos o relatório de contas de 2023 tendo por base a análise dos dados financeiros registados neste ano e nos 4 anos anteriores, com a frieza que os números impõem e com a consciência de que apenas podemos gastar o que seja coberto pelos rendimentos.

MODELO DE GOVERNO ESTATUTÁRIO

Os Órgãos Sociais, com mandato em vigor no ano 2023 (quadriénio 2023/2026), foram empossados a 06 de janeiro de 2023, no seguimento da Assembleia Geral Eleitoral de 18 de dezembro de 2022.

Dos Órgãos Sociais eleitos, obtivemos homologação pelo bispo diocesano a 18 de janeiro de 2023. Foi comunicado, ainda, o registo das eleições junto do Instituto da Segurança Social – Centro Distrital de Viseu a 20 de janeiro de 2023 e procedeu-se à declaração de registo central do beneficiário efetivo (RCBE) a 24 do mesmo mês.

Apresenta-se, nestes termos, a composição dos órgãos em funções a 31 de dezembro de 2023 (mandato 2023/2026, empossados a 06/01/2023).

Mesa da Assembleia Geral

Elementos em funções:

Presidente – Rui Jorge Ferreira Barros

Vice-Presidente – Maria João Martins Figueiredo Fernandes

Secretária – Paula Cristina Paiva Pinto

Mesa Administrativa

Elementos em funções:

Provedor – José da Cruz Fernandes

Vice-Provedor – António Santos Pals

Tesoureiro – Agostinho Almelda Bizarro

Secretário – Eduardo Rodrigues Silva

Vogal – Ana Maria Paiva Oliveira

Conselho Fiscal

Elementos eleitos:

Presidente – Manuel Conde Marques de Oliveira

Vice-Presidente – Joaquim António Tavares Loureiro

Secretária – Maria João Santos Tavares Jorge

A Mesa Administrativa eleita foi recomposta na sua reunião de 12 de janeiro de 2023, atendendo o pedido de demissão apresentado pelo irmão eleito António Fernandes Almeida Pinto, por questões pessoais surgidas já após a tomada de posse, tendo sido chamado a ocupar o lugar efetivo o segundo irmão suplente, Agostinho Almeida Bizarro.

Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de Irmandade da Misericórdia, com estatuto reconhecido de utilidade pública, com o NIPC 501 157 506 e sede na R. da Misericórdia, n.º 6 em São Pedro do Sul.

Como Instituição de Solidariedade Social, encontra-se registada, a título definitivo, na Direção-geral da Segurança Social, desde 12 de agosto de 1983, no Livro 1 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 51/83, a fl. 138, em conformidade com o Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

C. J. G. P.
A. M. M.

POLÍTICA DE QUALIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul, abreviadamente designada por Misericórdia, desenvolve e promove um conjunto de respostas sociais, tipificadas e não tipificadas, que acompanham a comunidade ao longo de todo o seu ciclo da vida. Nesta perspetiva, concorre com a sua ação para a implementação das políticas sociais nacionais, para a cooperação interinstitucional e coesão.

Com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos, tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 valências tipificadas: ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) – Casa da Quinta (Lar de Idosos); ERPI Lar de Grandes Dependentes; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; Centro de Dia (Casa das Amoreiras); Creche; Pré-escolar; e CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres.

Acresce ao anterior, as valências não tipificadas de auxílio à comunidade, como o apoio alimentar, BAT – Banco de Ajudas Técnicas e horta comunitária.

Assim, pretende valorizar a contribuição dos utentes, familiares, colaboradores e de todas as partes interessadas, através de uma intervenção conjunta e multidisciplinar, orientada para a satisfação das necessidades das pessoas idosas, crianças ou elementos da comunidade.

Procura centrar a intervenção na melhoria contínua da reflexão, planeamento e atuação, com vista a atingir os resultados desejados, cumprindo os requisitos legais e regulamentares.

Procura motivar e incentivar os associados a serem parceiros ativos na construção de uma Instituição cada vez mais inclusiva, dinâmica e próxima da comunidade.

Missão

Ser o instrumento promotor dos valores e atividade das Misericórdias, promovendo a organização de serviços de interesse comum e fomentando os princípios que determinam o espírito solidário da sua ação, estimulando a fraternidade e ajuda ao próximo

Visão

Ser uma instituição de referência, destacando-se pela qualidade e satisfação nos serviços que presta em prol da cooperação com a Sociedade.

Valores

A política de qualidade da Misericórdia tem como valores/princípios orientadores:

C. F. G. J. M. H. M. J. M.

- Referencial de valores humanistas – porque é importante criar e disponibilizar um serviço humanizado;
- Satisfação dos utentes – porque acreditamos e queremos garantir que o utente está sempre em primeiro lugar;
- Envolvimento – dos colaboradores, irmãos e outros indivíduos/instituições na concretização dos objetivos da Instituição, porque acreditamos no trabalho em equipa;
- Credibilidade – porque garantimos o cumprimento dos requisitos legais e procuramos a melhoria contínua da Instituição;
- Proximidade – porque colocamos paixão, inovação e criatividade nas abordagens e nas respostas;
- Inovação – porque fomentamos um espírito ativo de responsabilidade social e ambiental.

Objetivos estratégicos - período 2021-2023

No plano estratégico aprovado para o triénio 2021-2023 registamos como uma das principais linhas de força, para o triénio, a condução desta Instituição à sua referência como uma organização de excelência na prestação de serviços; como uma organização de referência na defesa dos direitos de todas as pessoas; e como uma organização de oportunidades para a autodeterminação dos seus utentes.

Igualmente incontornável, neste movimento, consideramos a prossecução da sua missão social de apoiar, reabilitar e incluir, consolidar a sua atuação no público atual e estudar, ponderar e consolidar novas áreas de intervenção.

Do ponto de vista estritamente organizacional, revela-se fundamental iniciar o processo já atrasado de requalificação da ERPI – Lar de Grandes Dependentes, cujo projeto já se encontra em fase de execução (com licenciamento camarário – arquitetura e especialidades, bem como todos os pareceres recolhidos e favoráveis), mas condicionado a enquadramento orçamental em termos de eventual apoio público para a execução das obras (ao abrigo do PT 2030, ou outro, atendendo a não aprovação a nível do programa PARES 3.0 e PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, por falta de dotação orçamental).

Em relação ao outro grande projeto da Instituição, o Hotel Geriátrico, o mesmo também já se encontra em fase de execução, com a fase 1 associada à Clínica concluída e com a fase 2, pronta a se lançar o procedimento ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos para a empreitada do “Hotel” propriamente dito. Não obstante, atendendo o indeferimento da candidatura ao PRR para o Hotel, também por falta de dotação orçamental, e face o agravamento da estimativa orçamental para a empreitada, terá que se ponderar novamente sobre o destino funcional do resto do edifício.

Não esquecemos, de igual modo, a intervenção parcelar e gradual no edifício da área de infância, por forma a se ir beneficiando o mesmo gradualmente e sem penalizar/agravar a situação financeira desta área social. Neste campo, no seguimento do parecer favorável do ISS ao projeto de remodelação da creche para o aumento de capacidade, obtivemos aprovação da candidatura ao PRR para as obras de adaptação do edifício, tendo-se procedido ao lançamento do concurso público no último trimestre do ano, tendo a consignação e o arranque das obras ocorrido já em janeiro de 2024.

Fomentar partilhas de intencionalidades e necessidades, entre todos os envolvidos na instituição é, assim, uma preocupação constante, no sentido de transformar a MSPS numa instituição inclusiva que manifesta, nos atos diários de representação e determinação de todos os envolvidos, a sua missão e valores.

Objetivos respeitantes aos eixos estratégicos definidos

Associativismo:

- Manter o atual nível de associados e, se possível, garantir a angariação de mais associados, rejuvenescendo a sua base associativa, para que os valores corporativos e a visão se expressem na missão da organização.
- Estudar o plano de regalias de associados, eventualmente alargando-o, levando a discussão o mesmo a Assembleia Geral, em linha com uma eventual atualização do valor da quota anual de irmão.

Sustentabilidade (financeira):

- Promover a rentabilização dos recursos humanos.
- Diversificar o financiamento, acreditando que as tendências indicam a incontornável necessidade de garantir novas fontes de financiamento regular dos serviços.
- Apresentar candidaturas a projetos nacionais e comunitários para o financiamento de projetos estruturais (investimentos/obras) e projetos de inovação social setoriais.
- Promover o projeto de “Hotel Geriátrico”, tendo acoplado conjunto de prestação de serviços à comunidade, nomeadamente com parceiros comerciais.

Pessoas e Serviços:

- Manter a operacionalidade dos acordos de cooperação atuais.
- Estabelecer acordo de cooperação para CD – Centro de Dia.

- Melhorar qualitativamente as condições de habitabilidade e serviço na ERPI – Lar de Grandes Dependentes, pela remodelação do edifício.
- Apostar na qualificação profissional contínua dos colaboradores e disponibilizar ações de natureza formativa a familiares e cuidadores informais.

Comunicação:

- Divulgar o desempenho da instituição visando o aumento da sua notoriedade.
- Consolidar a identidade institucional enquanto prestador de serviços de qualidade.
- Divulgar a política de mecenato e patrocínios.
- Reforçar a cobertura wireless na Instituição e a disponibilidade de recurso de contacto por via eletrónica com os utentes, bem como projeto de comunicação digital individualizado, nomeadamente na área de infância.

Inovação e desenvolvimento:

- Articular e monitorizar os PI dos utentes e quadros de referência no âmbito da qualidade de vida dos mesmos.
- Manter as atividades de desenvolvimento que promovam a abertura da MSPS, a partilha de saberes e a sua posição a nível regional, bem como participar em iniciativas externas de instituições congêneres e/ou coorganizar atividades interinstitucionais.

Objetivos respeitantes ao processo de Certificação da Qualidade dos Serviços

- Validar o processo chave de admissão, acolhimento e gestão do contrato.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Plano Individual.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Planeamento e acompanhamento das atividades de desenvolvimento pessoal.
- Estruturar, definir e validar o processo chave de Nutrição e atividades Instrumentais da vida quotidiana.
- Revisão e Validação do processo global de SGQ.
- Avaliação de eventual pedido de certificação de qualidade (balanço de custos/benefícios).

A organização e implementação da estratégia, à semelhança do plano anterior, mantém-se assente nos seguintes vetores: estrutura organizacional; alinhamento e articulação entre serviços; desenvolvimento estratégico de Recursos Humanos;

desenvolvimento de parcerias; desenvolvimento de novos projetos; controlo da Gestão e Qualidade; e programa de Implementação.

Incute-se, assim, uma rede organizacional num compromisso de liderança consubstanciado na partilha de responsabilidade e uma atuação onde se perspetiva o indivíduo ao longo da vida. O próprio “ciclo da vida” é imagem de marca da instituição, pelo que deve sempre ser salvaguardada a criação de respostas diversificadas de apoio, numa intervenção adequada desde a tenra idade até aos últimos cuidados (muito deles paliativos) em idades mais avançadas.

A Misericórdia é uma instituição onde o objeto de trabalho são as pessoas. É, assim, imprescindível melhorar continuamente as habilidades humanas de todos os elementos, particularmente em algumas áreas como sejam a motivação, a liderança, a comunicação, aspectos técnico-profissionais de geriatria e acompanhamento de crianças, através da formação/especialização, contribuindo para um crescendo de satisfação de todos os colaboradores.

Importa, também, avaliar o crescente e contínuo peso dos recursos humanos na estrutura de custos da MSPS e a dificuldade de recrutamento sentida na área sénior, trabalhando a forma como divulgamos as ofertas de trabalho e tornamos os postos de trabalho atrativos para os potenciais candidatos.

Neste campo, a nível de CCT – Contrato Coletivo de Trabalho em vigor, refira-se a dificuldade acrescida pela existência simultânea de três CCT's em 2023: UMP/FNE de 15/04/2023 – BTE; UMP/SEP de 29/06/2023 – BTE; e CNIS por portaria de extensão. Ocorreu, entretanto, a publicação da Portaria de extensão do CCT UMP/SEP, revogando o do UMP/FNE, mantendo-se, à data de encerramento do ano, os restantes CCT's.

Adicionalmente, importa referir que o CCT da CNIS, com a portaria de extensão associada à UMP/SEP, se mantém em vigor por um período de 15 meses após a celebração do contrato de trabalho, para os colaboradores que tenham escolhido esta convenção (no caso, até 16/08/2024).

Esta simultaneidade de CCT representa uma dualidade de critérios a aplicar, para além de, com a subida anual da RMMG - Retribuição Mínima Mensal Garantida, ficarem de imediato com tabelas salariais desatualizadas, o que representa um desafio para o setor social (e consequentemente para esta Misericórdia), na reposição de algum equilíbrio e justiça salarial, via atualização anual regrada dos níveis salariais acima da base da RMMG.

Em termos de parcerias, é objetivo estratégico fazer parte ativa das comunidades locais, quer através de mecanismos formais (Rede social, Comissões Municipais, protocolos institucionais ou outros), quer através de relacionamentos informais. Tal intervenção

consubstancia o carácter participativo e intervventivo da MSPS, enquanto organização de múltiplas respostas.

A MSPS deve ser capaz e competente, também, para garantir a sua crescente capacitação de abordagem a questões como o empowerment ou empoderamento dos utentes, a autodeterminação e o poder de decisão autorreguladora.

A operacionalização do programa de gestão revela-se, a par do plano e orçamento previsional anual, no planeamento de atividades anual submetido a apreciação e validação pela MA e, consequentemente, dos irmãos, colaboradores, utentes, voluntários, parceiros e demais entidades e organismos com os quais haja interligação na atuação corrente da MSPS.

Recolhe-se o contributo, direta ou indiretamente no desenho do programa, de todos os interessados, quer através das sugestões e avaliações que nos fazem chegar (caixa de sugestões; avaliação de satisfação; entre outros), quer porque são chamados a opinar acerca das atuações de futuro. O caminho passa também por incentivar a uma participação cada vez mais alargada.

O ano de 2023 foi, neste campo, o terceiro ano de implementação do plano estratégico em vigor (triénio 2021-2023), do qual, em termos gerais, apontamos os seguintes aspetos:

- O plano está a ser promovido com uma mudança de paradigma consolidada: de gestão centralizadora nos anos anteriores a 2014, redefiniu-se a estrutura organizativa, potenciando os vários setores/áreas de atuação da MSPS, numa lógica de partilha de responsabilidades e de assunção das dinâmicas, objetivos e desempenho de cada serviço. Estes passaram a ser discutidos, desenhados e assumidos pelas pessoas diretamente implicadas na gestão dos mesmos.
- Consolida, também, uma melhoria contínua do modelo de funcionamento geral da instituição, a par das regras de funcionamento e formas de proceder, bem como do reforço do quadro técnico e desenho de nova resposta social conseguidas no triénio anterior.
- Externamente, continuamos a “alimentar” o exercício de transparência, traduzido na partilha e comunicação do que se faz e dos projetos institucionais. Refira-se os conteúdos de planeamento, de regulação de serviços, da atividade institucional, que são permanentemente atualizados na internet e a ser comunicados em notas de imprensa, garantindo um acesso alargado e público à informação produzida pela instituição.
- A melhoria das infraestruturas (que ainda decorre e continuará) e o embarcar no desafio da definição de um processo de gestão da qualidade para eventual certificação, ocuparam boa parte da energia e da maturação dos quadros técnicos e não técnicos da MSPS, dedicados a encontrar formas de espelhar a

sua atuação, na definição de uma linguagem comum, para objetivos comuns. Está-se a delinejar e a “escrever” as formas de fazer, partindo da prática diária dos serviços, da própria cultura organizacional e como resposta às exigências da modernidade do terceiro setor.

- Estamos na fase da maturidade, estando os serviços a promover o auto controle de acordo com a regulação estabelecida e a monitorização permanente, permitindo tomar decisões considerando um conhecimento e um maior domínio do todo institucional. Esta maturidade verifica-se, também, pela capacidade atual das equipas para planear, medir resultados e focalizar a sua atenção no utente, nunca deixando de parte a ligação institucional com os corpos gerentes e o próprio envolvimento destes no processo.

- Mas, também, nos deparamos com desafios adicionais, destacando-se, pelo seu impacto, o atraso na conclusão da definição dos processos do sistema de qualidade, pela falta de tempo útil para as reuniões preparatórias e de desenho dos processos. Desafio que foi muito condicionado pelas limitações organizativas decorrentes da fase de pandemia Covid-19 e que levou a uma alteração completa dos hábitos, rotinas e planeamento entre 2020 e 2023. Alterações das quais se tem paulatinamente reposto em 2023 (com a passagem a situação de endemia), mas das quais algumas ainda se manterão, certamente, no decorrer de 2024, pelo menos nas respostas sociais residenciais (ERPI).
 - Em termos de desafios condicionantes, também registamos no ano de 2023 o impacto social e económico da continuação da guerra na Ucrânia e do despoletar da guerra na Faixa de Gaza, com a intervenção da Instituição no apoio integrado e em parceria aos refugiados, para além da definição de estratégias de mitigação do impacto económico da escalada inflacionista que se tem registado.

A 28 de outubro de 2020 foi discutido em reunião de técnicos e proposto para aprovação da Mesa Administrativa o Plano Estratégico para o triénio 2021-2023, o qual foi aprovado em reunião de Mesa Administrativa de 08 de janeiro de 2021.

Documento divulgado/disponível de forma aberta na página internet institucional (www.mspsul.pt).

Presentemente, está a preparar-se novo plano estratégico para o triénio 2024-2026.

FACTOS RELEVANTES

Anotemos alguns factos relevantes assinalados no ano em análise e que decorrem do planeamento e prossecução dos objetivos traçados com vista à resposta atual, enquadrada face à legislação e exigências atuais em matéria do complexo de necessidades das gerações atuais.

1.º Trimestre

- Decorreu a 06 de janeiro a tomada de posse dos novos Órgãos Sociais e respetiva homologação pelo Bispo diocesano a 18/01/2023, com registo das eleições/novos Órgãos Sociais no ISS a 20/01/2023.
- Atualização do RCBE a 24/01/2023 (Registo de Beneficiário Efetivo).
- Em janeiro procedeu-se a apresentação de candidatura ao PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, para a remodelação da Creche (aviso 04/C03-i01/2022), com vista a requalificação e alargamento da capacidade da “Creche Girassol” da MSPS, dos atuais 76 para 134 lugares.
 - Candidatura que obteve aprovação com o montante financeiro de 365.000,00€.
- No primeiro trimestre, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em janeiro, o referente à aquisição de um armário frigorífico de conservação e de um armário frigorífico de congelados, para a cozinha central da MSPS.
 - Em janeiro, o referente à aquisição de uma fritadeira a gás (18L) com armário e porta para a cozinha do Jardim.
 - Ainda em janeiro, o referente à aquisição de balcão de receção e armários de suporte em madeira para a clínica.
- A 17 de fevereiro, conjuntamente com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e MUT – Associação Mutualista de S. Pedro do Sul, retomou-se o desfile de carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em São Pedro do Sul, após o interregno forçado durante a pandemia.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em março, o referente à prestação de serviços de assistência informática, melhorando as condições e mantendo o valor, para o período de 2023 e 2024.
- Registamos a conclusão das obras da clínica (fase 1 da intervenção no edifício do antigo hospital), com auto de receção provisória a 23/03/2023.
 - A licença de utilização foi emitida pela CM a 18/05/2023.

2.º Trimestre

- Em abril foi suspensa a distribuição alimentar no âmbito do POAPMC, mantendo-se esta suspensão ao longo de todo o trimestre.
- Em abril fomos parceiros da Associação Desportiva Academia Andebol – São Pedro do Sul, na realização do “XI Termas Andebol Cup”, através da cedência de instalações no antigo Centro de Saúde para o alojamento das equipas participantes.
- A 27 de abril, foi realizada visita de acompanhamento técnico à resposta social de Creche, Pré-escolar e CATL, pelo NRS do Centro Distrital de Viseu – Segurança Social, tendo a mesma relatado um funcionamento adequado.
- No segundo trimestre, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em maio, o referente à aquisição de serviços de manutenção anual de equipamentos de combate a incêndios.
- Articulamos, divulgamos e participamos na campanha “Energia Solidária – 2023” promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 34 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (71 beneficiários).
- No seguimento da aprovação da candidatura ao programa “Mobilidade Solidária” da Fundação EDP, comunicada em 2022, rececionamos em maio a viatura elétrica adaptada ao serviço domiciliário e transporte de bens.
- No âmbito da manutenção do edificado, procedeu-se à substituição do chão da loja arrendada sita na Av. Sá Carneiro, n.º41, Loja L, durante o mês de junho.
- Promovemos, entre os dias 19 e 21 de abril, a XVIII Feira do Livro no Jardim da Instituição, com várias dinâmicas culturais de apoio e estímulo à leitura, contando com a parceria da Porto Editora e Agatha Books e o apoio do Pingo Doce de S. Pedro do Sul.
- Em junho, colaboramos, com um grupo de trabalho do Jardim, na iniciativa de angariação de fundos para a LPCC – Liga Portuguesa Contra o Cancro.
- Concluiu-se a remodelação da casa das Termas (1.º andar), tendo-se colocado a mesma no mercado de arrendamento em junho.
- A 15 de junho efetivou-se o contrato de arrendamento com a Unilabs referente à clínica.
- Entre 13 e 18 de junho, promovemos a primeira semana cultural de S. António, no âmbito das comemorações de S. António, padroeiro desta Misericórdia, com um programa cultural abrangente, descentralizado e aberto à comunidade.
- A 23 de Junho retomamos, de forma abrangente e mais participativa, a Festa Final de Ano Letivo nas valências da área de Infância.
- Apresentado à Segurança Social o pedido de renovação da participação por funcionamento em horário alargado – creche, para o ano letivo 2023/24.

3.º Trimestre

- A 17 de julho procedeu-se à assinatura de adenda ao acordo de cooperação para as Cantinas Sociais, referente ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023.
- A 14 de julho procedemos à alienação em hasta pública da viatura Renault Kangoo 26-17-NX, no âmbito da estratégia de eletrificação e renovação da frota automóvel.
- Em julho aderimos à parceria GAL-ADDLAP e à respetiva EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local ADDLAP 2030
- Em julho retomou-se a distribuição alimentar no âmbito do POAPMC, com alargamento da intervenção pela MSPS em São Pedro do Sul e reformulação da parceria para Lafões.
- Colaboramos entre os meses de julho e agosto, com um grupo de trabalho do Jardim, na iniciativa de angariação de fundos para a LPCC – Liga Portuguesa Contra o Cancro.
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a revisão do contrato de fornecimento de energia elétrica em MT – Média Tensão detido com a EDP, tendo-se optado por solução indexada à OMIE, para nova consulta pública no segundo trimestre de 2024.
- A candidatura ao Fundo Ambiental, no âmbito do procedimento de atribuição de incentivo ao “Programa de Apoio a Edifícios de Serviços” (Aviso PRR 01/C13-i03/2022), com projeto de eficiência energética no edifício do Jardim – “Jardim mais verde”, apresentada em 2022 e que compreende a substituição de caixilharias, cobertura, luzes, instalação de sistema solar fotovoltaico e alteração dos sistemas de climatização e AQS, foi proposta para aprovação.
 - A notificação de aprovação ocorreu já em dezembro, com um montante de financiamento de 139.980,58€.
- Em setembro apresentamos candidatura ao PROCOOP para novo acordo de cooperação para a resposta social de Centro de Dia.
 - Candidatura que foi indeferida.
- Foi aprovada a candidatura ao apoio à Creche por funcionamento em horário alargado, ano letivo 2023/24, e assinada a 13/09/2023 a respetiva adenda ao protocolo de cooperação com a Segurança Social.

4.º Trimestre

- Em outubro, em articulação com a UCC de São Pedro do Sul, procedemos à programação da campanha de administração alargada da vacina da Gripe a utentes das ERPI e colaboradores da MSPS e iniciamos, de igual modo, a campanha de administração da dose de reforço da vacina contra a Covid-19 junto dos utentes e colaboradores das ERPI.

- No âmbito da campanha “Energia Solidária – 2023” promovida pela Entrajuda e Galp, foi reforçado o apoio em 2023, possibilitando:
 - Em novembro a atribuição de mais uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 40 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (85 beneficiários).
 - Em dezembro a atribuição de mais uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 34 famílias mais carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul (73 beneficiários).
- Decorrente da gestão de contratos em *outsourcing*, procedeu-se a renegociação/consulta dos seguintes contratos:
 - Em outubro, o referente à prestação de serviços de jardinagem, atendendo a existência de recurso interno, com redução dos espaços abrangidos, ficando estes apenas limitados aos jardins da sede.
- Promovemos, a 11 de outubro, a Palestra “Síndromes demenciais: como gerir?”, destinada a cuidadores formais e informais (bem como à comunidade interessada), com o objetivo de desmistificar informar e apoiar os cuidadores, contando-se como oradores dois médicos psiquiatras.
- Na Assembleia Geral de 26 de novembro, foi deliberado aprovar a alienação da loja destinada a comércio e serviços, detida no 3.º andar do prédio urbano da Av. Sá Carneiro (vulgo Shopping em S. Pedro do Sul), descrito na matriz U 2447 (Fração AR) e descrito na Conservatória sob o número 535, conforme previsto na alínea g. do n.º 1 do artigo 21.º dos Estatutos, pelo que se prevê a organização do expediente administrativo para o efeito no decorrer do ano de 2024.
- A 14 de dezembro comunicamos ao Centro Distrital de Viseu a intenção de encerramento do CATL, com efeitos a 15 de setembro de 2024, bem como, ao abrigo do previsto no Compromisso de Cooperação para o setor, solicitamos a transferência de verba afeta ao acordo de cooperação detido para o CATL, para a resposta social de Centro de Dia.
- No quarto trimestre do ano, ao abrigo do CCP – Código dos Contratos Públicos, procedemos ao lançamento dos seguintes concursos:
 - Em outubro, o referente à empreitada, por concurso público, para a remodelação e ampliação da Creche – projeto “Creche Girassol” do PRR.
 - Em conjunto com o anterior (divisão por lotes), as empreitadas referentes às medidas de eficiência energética no âmbito do projeto “Jardim + Verde” do Fundo Ambiental.
- O TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, a 24 de novembro, proferiu decisão sumária de anulação das coimas aplicadas no âmbito do processo de contraordenação da AT, associado ao processo de inversão de sujeito passivo de IVA nas obras da ERPI decorridas em 2017 e 2018 e para a qual a MSPS interpôs recurso, finalizando-se este processo a favor da Misericórdia.

- Decorrente desta decisão, procedeu-se à reversão da provisão constituída em 2019, no valor de 13.997,25€.
- A 06 de dezembro realizou-se a reunião de constituição de parceria para a candidatura ao Programa Privação Material, no seguimento do convite endereçado pela Segurança Social, para a continuidade da distribuição alimentar na região de Lafões.
 - A MSPS será a entidade coordenadora para o território (e mediadora em São Pedro do Sul), fazendo parte da parceria como mediadoras também o Centro Social e Paroquial Padre Filinto Elísio Sousa Ramalho de Fataunços; o Centro Social e Paroquial de Queirã; e a Câmara Municipal de Oliveira de Frades.

Balanço Objetivos Plano Atividades de Gestão

Conjugando os factos relevantes mencionados anteriormente com os objetivos traçados para o ano em questão, no respetivo Plano de Atividades de Gestão e Orçamento 2023, fazemos o seguinte balanço.

No sector patrimonial, em termos de investimento

- Concluiu-se a remodelação da casa das Termas(1.º andar) e colocou-se a mesma para arrendamento.
- Não se procedeu ao lançamento de concurso público e arranque das obras para o Hotel Geriátrico (edifício do Antigo Hospital), face o agravamento dos custos de construção.
- Concluiu-se a fase 1 das obras de adaptação de parte das instalações do antigo hospital para instalação de clínica laboratorial.
- Foi lançado o concurso público para a remodelação e aumento da capacidade instalada em creche, bem como para o reforço da central fotovoltaica (UPAC), com a implementação do projeto de eficiência energética no edifício do jardim, pelo que o arranque da empreitada ocorreu já em janeiro de 2024.
- Não se procedeu a melhoria da climatização na ERPI – Lar de Grandes Dependentes e setor administrativo.

No sector patrimonial, em termos de desinvestimento

- Não se procedeu a qualquer alienação de património predial.
- Procedeu-se a alienação de viatura 26-17-NX (Renault Kangoo).

Em termos de ações de natureza estratégica

- Iniciativas de diversificação do financiamento, promovendo o nosso projeto de mecenato e patrocínios, dentro do qual temos tido o respetivo reconhecimento e apoio de pessoas individuais e coletivas. Acresce, a este, a possibilidade de consignação fiscal por todos os contribuintes na altura da entrega da declaração de IRS.
- A qualificação e formação contínua do nosso capital humano, essencialmente através de ações de formação interna e/ou outras, na sua grande generalidade com o apoio de fornecedores e entidades parceiras, tendo resultado, no ano, num volume de 3282 horas de formação.
- Foi apresentada candidatura ao PROCOOP para a valência de Centro de Dia (a qual foi indeferida).
- Foi apresentada candidatura ao PRR/Fundo Ambiental para os projetos em carteira elencados em investimento (e aprovada - creche e eficiência energética jardim).
- A esquematização e definição clara de processos de gestão, no âmbito de uma estruturação de sistema de gestão de qualidade interno, associando-se etapas de desmaterialização e plataforma informática de gestão.

Balanço da Organização Administrativa

Em termos de organização administrativa e financeira, apontamos ainda as seguintes notas:

- Manutenção de um quadro estável de recursos humanos (com ligeira subida), tendo-se procedido ao recrutamento de acordo com as necessidade de reforço e/ou substituição de colaboradores, integrando no mesmo as direções técnicas, técnicos especializados, pessoal administrativo e pessoal auxiliar. Ponto a desenvolver mais à frente.
- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com as médicas, capelão e canalizador.

- Manutenção, em regime de prestação de serviços, do contrato estabelecido com o Contabilista Certificado (CC) e com o Revisor Oficial de Contas (ROC).
- Patrocínio jurídico (processos em curso) com:
 - Miranda, Barreto & Associados, SP, RL – reclamação de juros IVA AT;
 - Luís Loureiro, João Gomes e Associados – Advogados, SP RL – acessória jurídica;
 - João Martins – processo de Divisão de Coisa Comum referente ao imóvel da R. do Sol ao Rato em Lisboa e José Almeida.
 - LR Advogados (Lopes Ribeiro/Mélanie Grilo) – processo do Brasil (herança de Valentim Ribeiro de Almela).
- Em termos de instituições bancárias de referência, sem prejuízo de levantamento de condições comerciais junto de outras entidades, mantemos a relação comercial com:
 - CA – Crédito Agrícola;
 - CGD – Caixa Geral de Depósitos;
 - NB – Novo Banco;
 - Banco Montepio;
 - BPI – Banco Português de Investimento.
- Reforço das iniciativas no âmbito da responsabilidade social, consignação fiscal, do mecenato e do patrocínio, para assegurar o apoio financeiro e/ou em espécie (bens/serviços) de modo a viabilizar a sustentabilidade da Instituição, enquadrando-se, por exemplo, iniciativas de angariação de fundos.
- Promoção de canais de informação e divulgação das atividades institucionais: página de internet, página de Facebook, placards informativos internos, revista “Caminho no Tempo”, newsletters, notas de imprensa.

Quadro Associativo

Quadro associativo estável, contudo com acréscimo no ano, atendendo o seguinte registo de evolução de irmãos no ano de 2023:



Obs.: Irmãos cancelados inclui por falecimento, a pedido do próprio ou exclusão nos termos dos Estatutos.

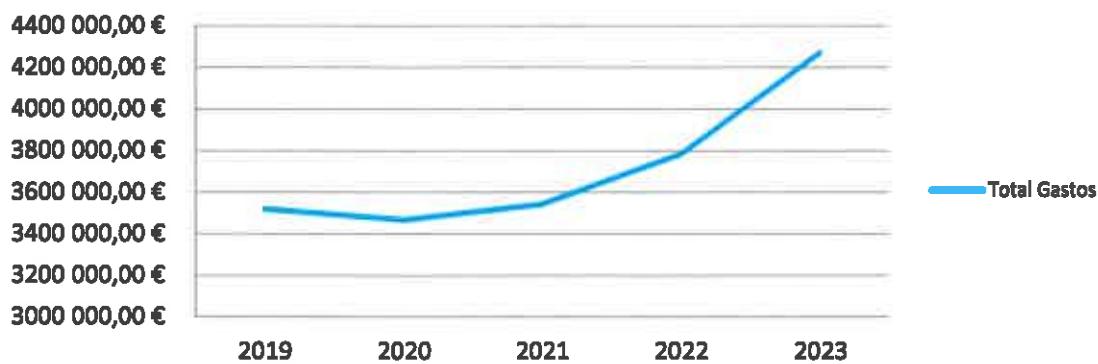
SÍNTESE DE INDICADORES

Congreguemos uma análise geral dos indicadores globais e a respetiva evolução nos últimos 5 anos.

1. Evolução do total de gastos

O volume de gastos correntes foi em 2023 de 4,27 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 12,93% face ao ano anterior.

Evolução do Total Geral de Gastos



Destacamos, sem prejuízo de uma análise mais cuidada, e devido ao seu forte impacto contabilístico, os seguintes indicadores gerais: agravamento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (38,58%), já esperado no orçamento atendendo o agravamento da inflação; agravamento (também já esperado no orçamento) dos gastos com o pessoal (16,89%), motivado pela atualização progressiva da RMMG – Retribuição Mínima Mensal Garantida e respetivos Encargos Sociais; agravamento dos encargos com FSE – Fornecimento de Serviços Externos (3,83%); agravamento das depreciações e amortizações (3,20%); redução das perdas por imparidade (-81,42%); e acréscimo de outros gastos e perdas (27,50%).

Reforce-se que, de forma geral, a estrutura de gastos está estável (e gerível/controlável), apesar do agravamento de gastos registado de forma geral e em linha com o impacto da inflação galopante registada ao longo do ano (em alguns casos com diferimento no tempo dado as limitações impostas contratualmente) e da atualização da RMMG.

De facto, neste período de 2019 a 2023, a RMMG passou de 600€ para 760€. Esta progressão da RMMG representa uma subida de 26,66%, cujo impacto neste último ano (7,80% – superior à registada em anos anteriores), apenas se conseguiu equilibrar pelo acréscimo de rendimentos, dada a dificuldade no equilíbrio adicional pela redução de outros gastos face a inflação registada.

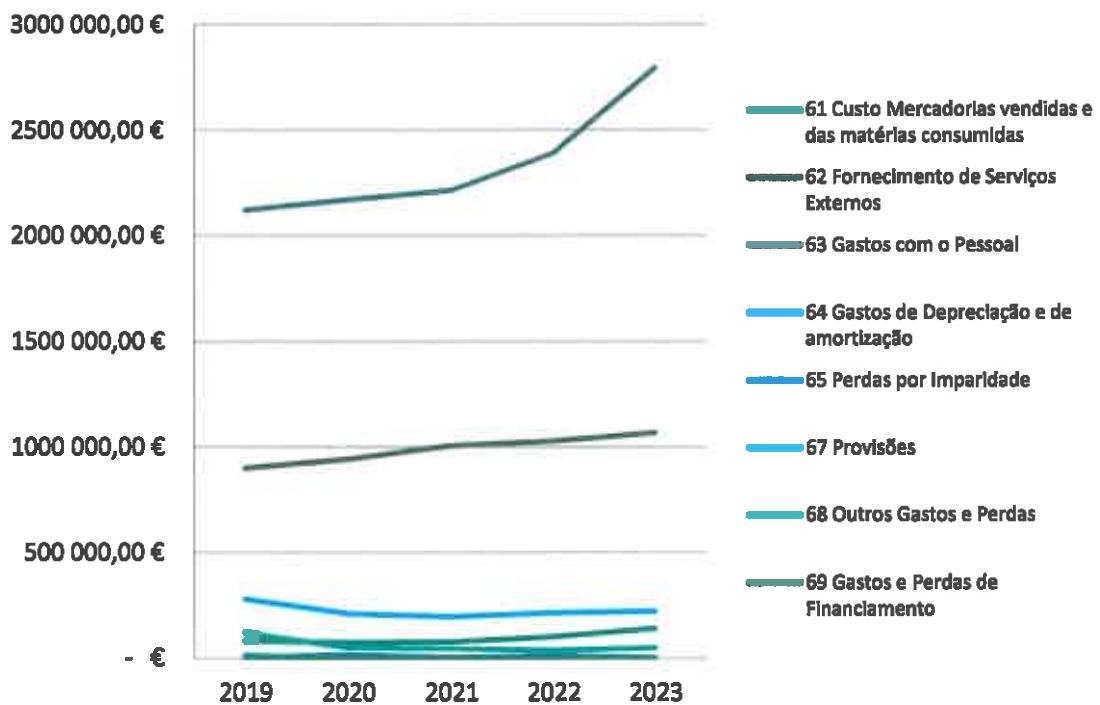
Dentro da estrutura de gastos, concentrando a análise nas rúbricas materialmente relevantes, destaca-se nos FSE, o agravamento de combustíveis, com um acréscimo de

2,68% (4.389,22€), que releva para a preocupação institucional de aceleração na transição energética; agravamento dos subcontratos, nomeadamente de alimentação, com uma subida de 4,53% (14.327,08€), decorrente da atualização de preços contratualmente prevista e do acréscimo de refeições confeccionadas por via do apoio alimentar extraordinário facultado a refugiados; e o agravamento das despesas de conservação e reparação em 29,86% (16.388,30€), incrementadas pela subida da conservação e reparação de edifícios (175,91% e o valor de 27.348,29€, com a dedução de donativo verificado no valor de 15.082,26€) e atenuadas pelo registo de uma redução nas despesas de reparação de equipamentos (-23,37% e o montante de 5.941,95€) e de viaturas (-13,00% e o montante de 2.036,69€).

Ainda dentro dos FSE, referência para o agravamento em 6,03% (9.104,19€) nos gastos com limpeza, higiene e conforto, essencialmente oriundo da atualização de preços via inflação e fim da isenção de IVA nos produtos de combate à Covid-19, dado que o padrão de gasto (nomeadamente de material de proteção, soluções desinfetantes, etc.) já é comparável ao padrão corrente em período pré-pandémico (Covid-19).

Por seu lado, destaca-se também, pela positiva, a redução dos encargos com eletricidade, que tiveram uma descida de 14,06% (montante de 5.706,62€), ainda beneficiada pelas medidas nacionais de apoio, nomeadamente no tocante à redução do custo de acesso às redes; a redução com trabalhos especializados em 3,08% (montante de 2.287,27€); e a redução de despesas de comunicação em 24,29% (montante de 2.445,31€).

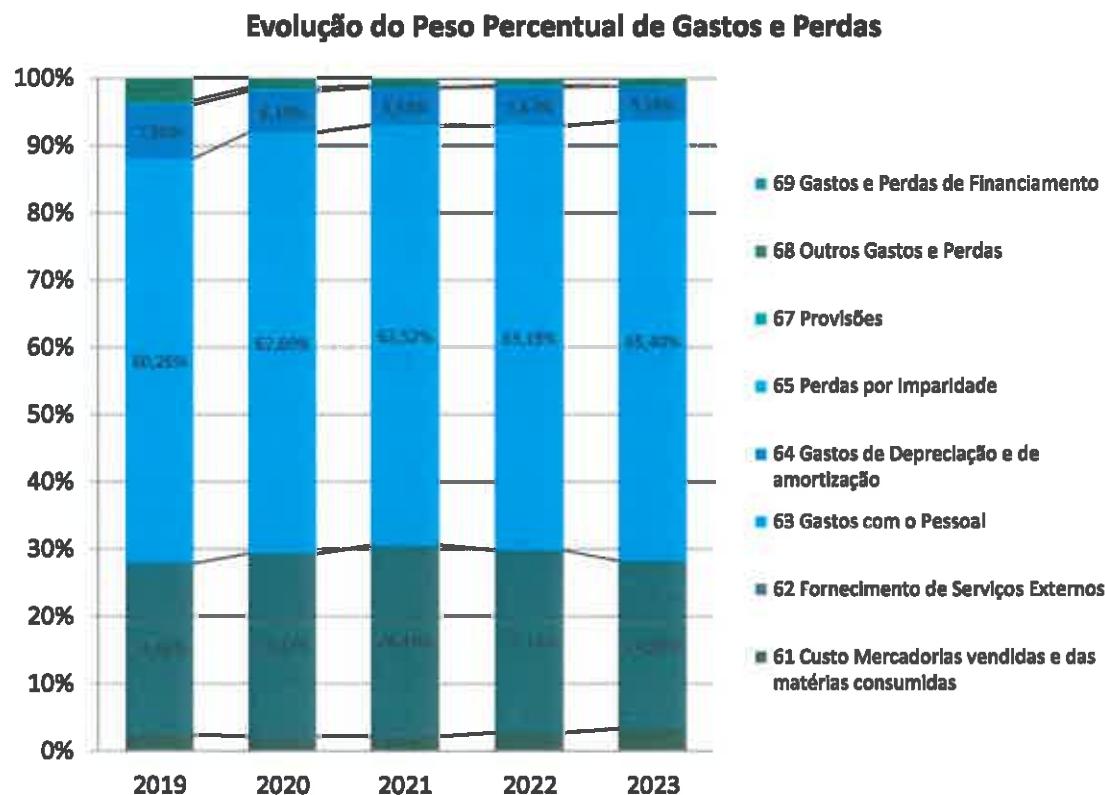
Evolução dos totais de Gastos por tipo



Da totalidade dos gastos, os encargos com pessoal, continuam, em linha com os anos anteriores, a representar a fatia com maior peso percentual na estrutura de gastos e perdas. De facto, numa curva sempre crescente, representam, em 2023, 65,40% do total de gastos, o que reflete um aumento de 2,21pp – pontos percentuais face a 2022 e de 5,14pp face a 2019.

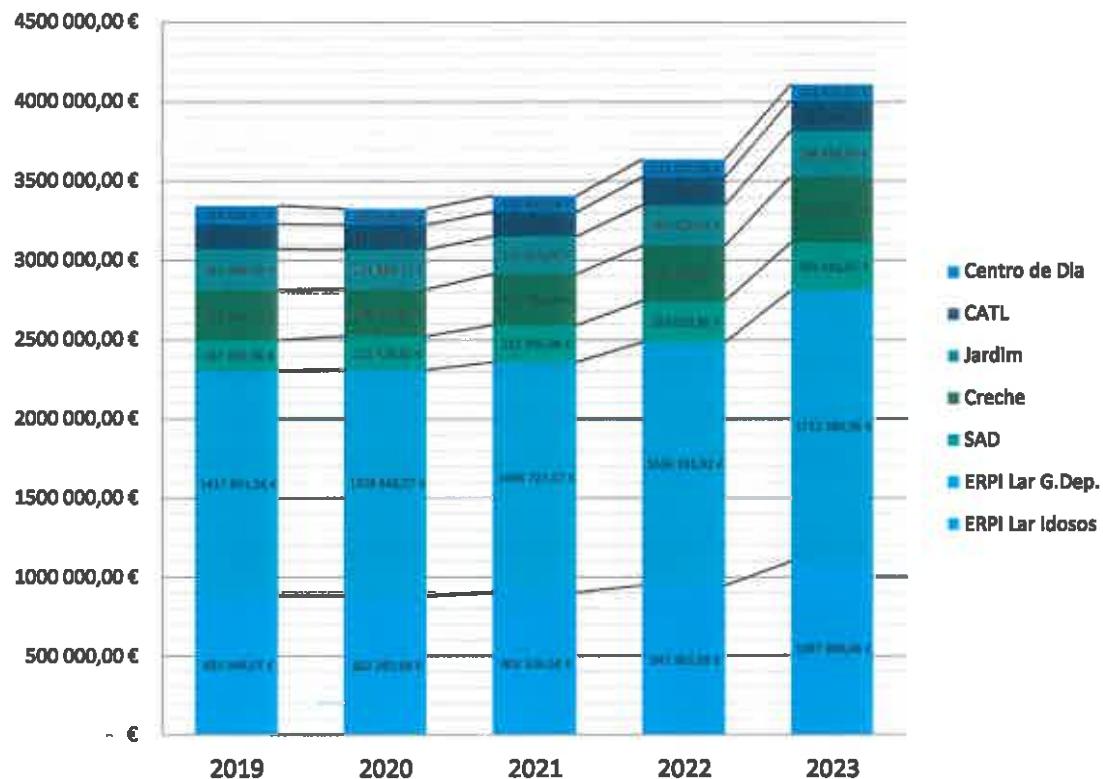
Destaca-se, ainda e como grande rúbrica de gastos, o FSE – Fornecimento de Serviços Externos, cujo peso percentual continua em curva descendente, cifrando-se em 24,98% no ano de 2023 (-2,19pp face a 2022), o menor valor registado neste período de cinco anos.

As restantes rúbricas de gastos têm, por seu lado, um peso residual (ao todo 9,62%), sendo que destas, a que tem maior representatividade é a de custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas, com um peso de 3,27% neste último ano.

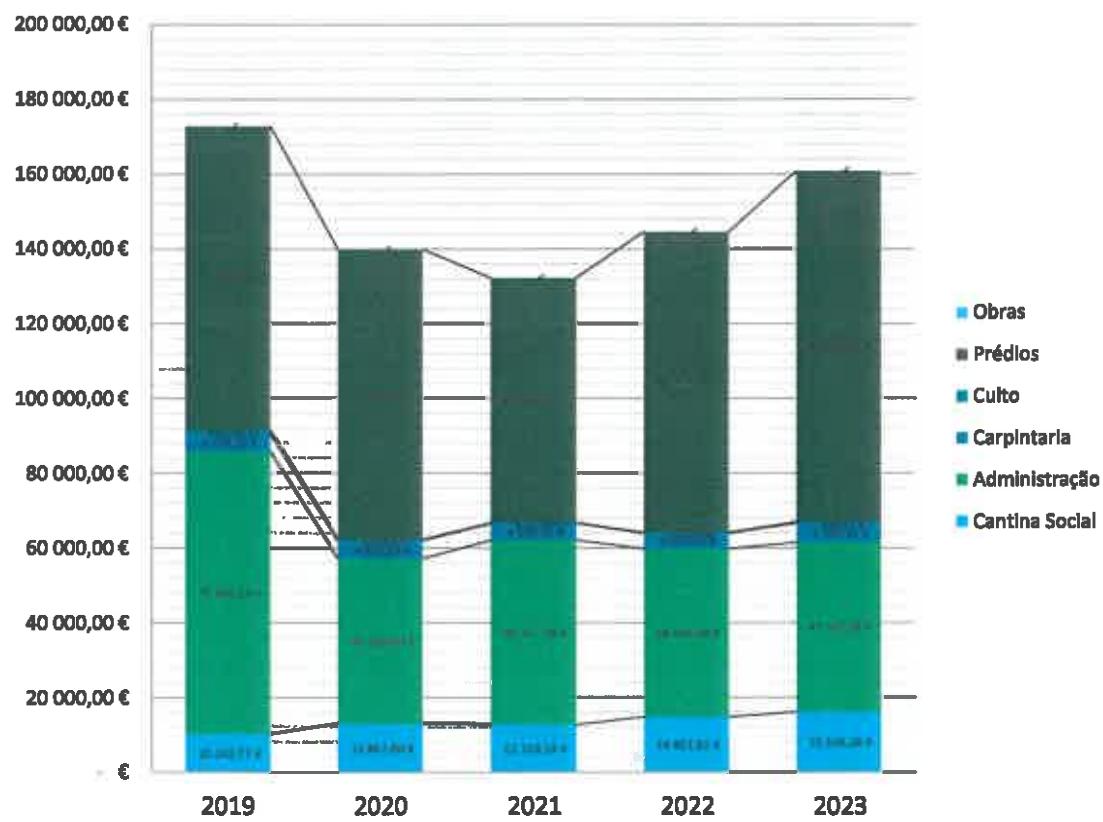


A distribuição dos gastos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 75,22% dos gastos (reduz 0,28pp no peso dos gastos face a 2022, para um montante de 3.213.226,02€) e cuja fatia maior corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 40% do total. Por seu lado, as respostas sociais da área de infância representam 21,01% (mais 0,42 pp, para um valor final de 897.437,10€). As outras áreas de atuação representam, deste modo, um peso residual de 3,77%, com especial destaque para os prédios (2%).

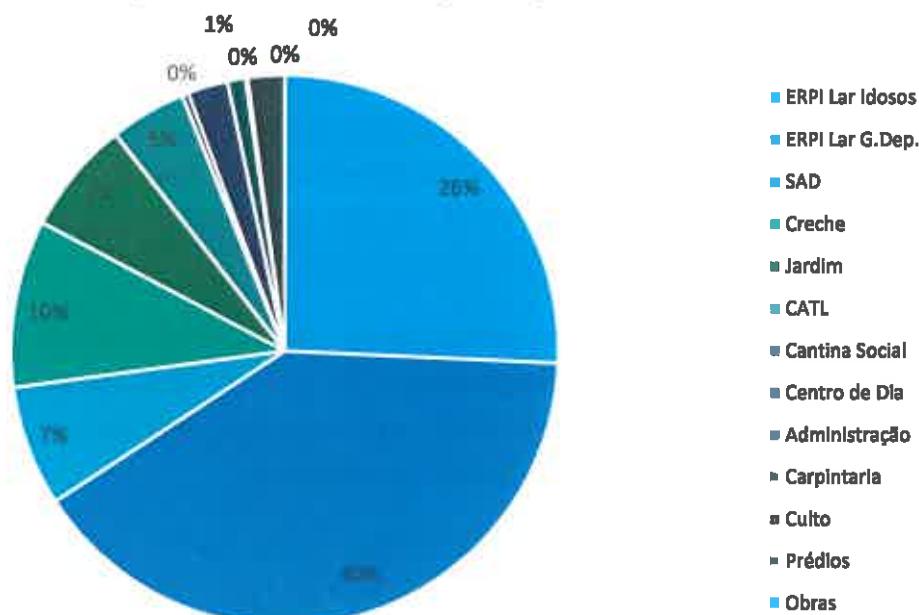
Evolução do Total de Gastos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Total de Gastos por Valência - outras áreas



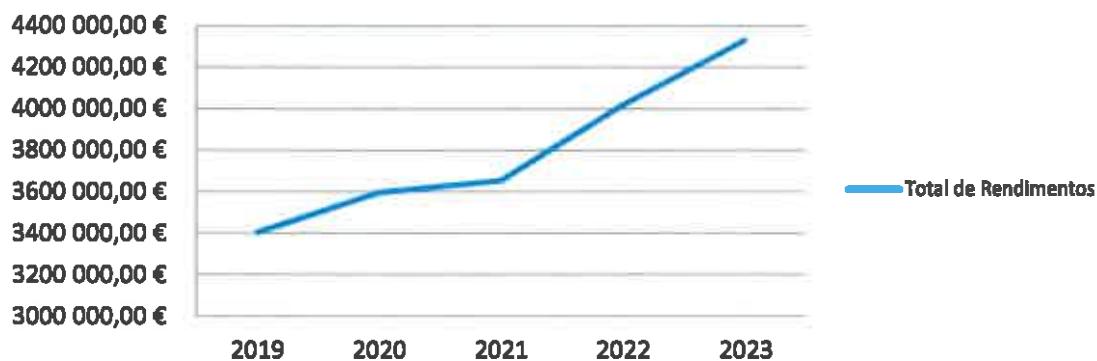
Distribuição percentual dos Gastos por Resposta Social - 2023



2. Evolução do total de rendimentos

Considerando, por seu lado, o outro prato da balança, os rendimentos, registamos um volume de receitas correntes de cerca de 4,33 milhões de euros em 2023, o que representa um acréscimo de 7,86% face ao ano anterior.

Evolução do Total Geral de Rendimentos



Em termos globais da estrutura de rendimentos, deixamos nota inicial para a alteração de política contabilística na “Contabilização de Réido”, preconizada pelo parecer da CNC – Comissão de Normalização Contabilística (remetido a 31 de outubro para a UMP, conforme circular 93/2023, de 10/11/2023 da UMP), na qual as comparticipações mensais do Estado (Segurança Social) passam a ter contabilização distinta, conforme a sua dependência da variação de frequências.

As verbas transferidas, conforme o critério, passam a ter a seguinte contabilização:

- "Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social estiver dependente da variação de frequências dos utentes, estamos perante uma prestação de serviços (Conta 72);
- Se o pagamento da comparticipação mensal por parte do estado para determinada resposta social ocorrer independentemente da variação de frequências dos utentes, estamos perante um subsidio à exploração (Conta 75)"

Do anterior, resulta que a contabilização das verbas recebidas pela Segurança Social passa a efetuar-se na conta 72 – Prestação de Serviços, incluindo as verbas associadas aos acordos de cooperação, vagas reservadas e gratuitidade da creche, em vez de na conta 75 – Subsídios, doações e legados à exploração.

Por seu lado, o complemento por funcionamento da creche em horário alargado continua a ser contabilizado na conta 75, dado que este é independente da variação de frequências de utentes e destina-se a suportar os custos de funcionamento.

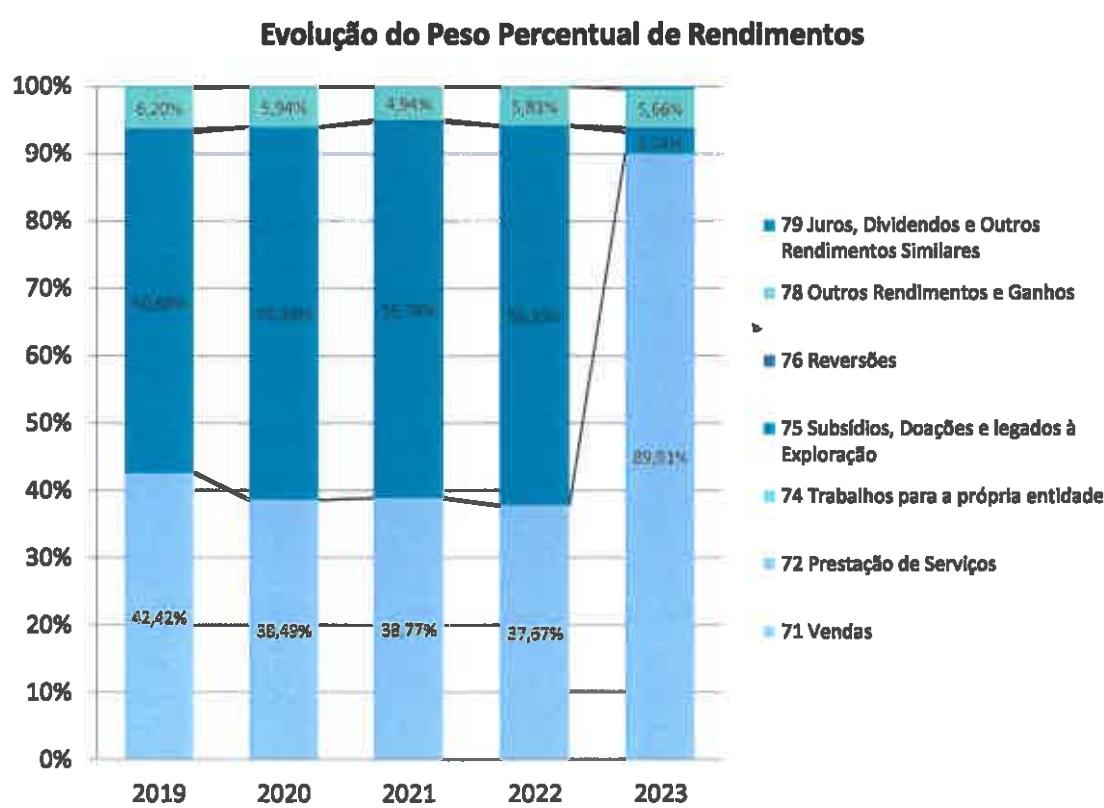
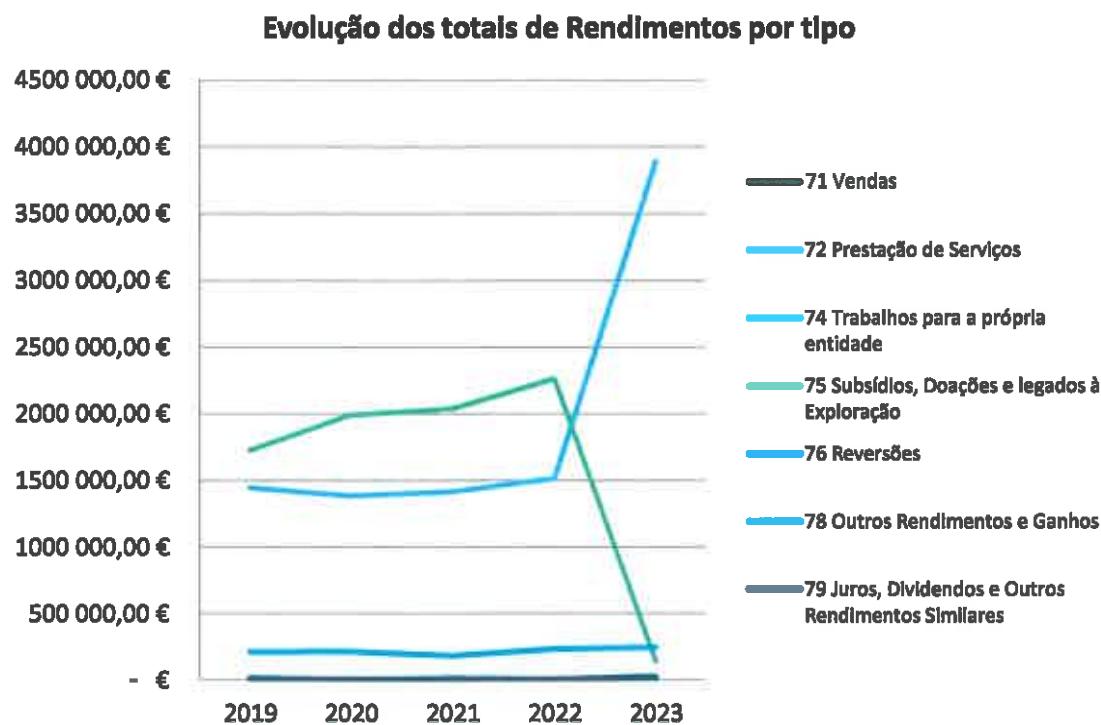
Desta norma, a cumprir obrigatoriamente a partir do exercício económico de 2024 (inclusive), teve o seguinte impacto no ano de 2023:

- Transferência de registo de 2.354.427,26€, correspondentes às comparticipações da Segurança Social, com exceção da comparticipação por funcionamento da creche em horário superior a 11 horas, da conta 75 para a 72.
- O montante anterior deixa de constituir uma variável para efeito de avaliação desta Misericórdia enquanto entidade adjudicante, de acordo com o ponto II da alínea a) do n.º2 do artigo 2.º do CCP – Código dos Contratos Públicos.
- A MSPS deixa de ser financiada maioritariamente pelo Estado ou entidades adjudicantes referidas no n.º 1 do artigo 2.º do CCP, dado que o total da rubrica 75 (com a exclusão das doações e heranças) passa a representar apenas 1,77% do total dos rendimentos (montante de 76.507,27€).

Para efeitos comparativos, em anexo junta-se, também, DMR – Demonstrações de Resultados por natureza e valências com a aplicação desta alteração de rédito ao período de 2022.

Discriminando a estrutura dos rendimentos (considerando o efeito da aplicação da alteração da política de rédito anterior em 2023), verificamos uma preponderância da prestação de serviços (comparticipações diretas dos utentes/familiares e ISS), com uma quota de 89,91% do total de rendimentos no ano, o que representa um crescimento de 157,41% destes rendimentos face ao ano anterior, via atualização das comparticipações (aplicando a alteração de rédito a 2022, o crescimento é de apenas 10,57%).

Segue-se a rúbrica de “Outros rendimentos e ganhos”, com um acréscimo de 5,13%, impulsionado pelos novos arrendamentos, garantindo-lhe um peso de 5,66% do total de rendimentos.

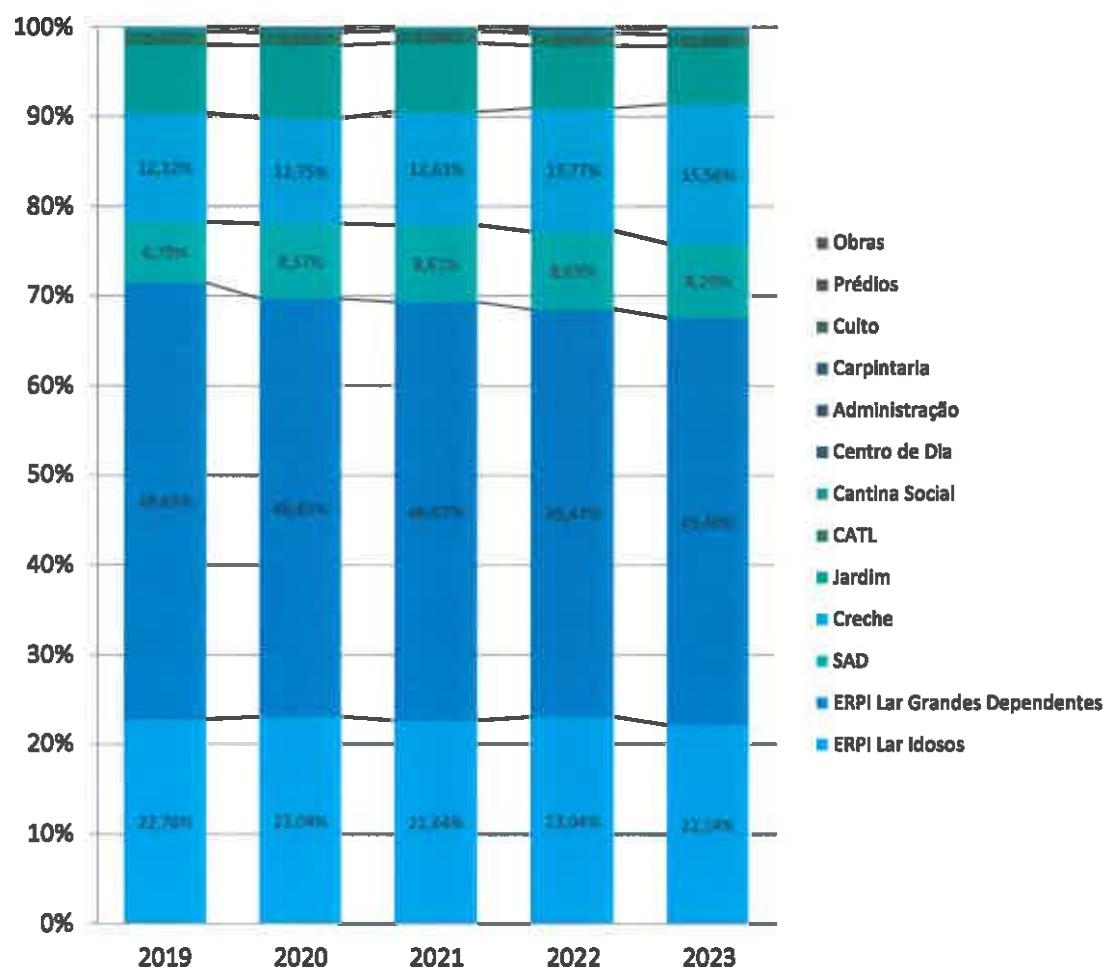


Por seu lado, a rúbrica de “subsídios, doações e legados à exploração”, por via da alteração acima exposta, passa a representar apenas 3,24% do total de rendimentos, o que representa uma quebra de 93,80% face a 2022 (redução de 44,57% se aplicarmos a alteração da política contabilística também a 2022). Decréscimo influenciado pelo não registo de legados no ano de 2023.

Em termos da rúbrica de “juros, dividendos e outros rendimentos similares”, registamos o acréscimo de 1.102,62% do rendimento, impulsionado pela subida abrupta das taxas de juro, as quais, em termos absolutos, representam mais 17.887,21€ por comparação a 2022 (valor atual cifra-se em 19.509,45€, o mais alto deste período de 5 anos, mantendo-se o mesmo nível de investimento).

Nota genérica, ainda, para a evolução, da componente exclusiva aos subsídios do ISS e comparticipações ao abrigo dos acordos de cooperação (tratados, consoante o caso, na rubrica 75 ou 72). Evolução na qual se vai mantendo o peso percentual das várias valências, com exceção da creche que tem subido ligeiramente face a medida de gratuidade implementada pelo Governo.

**Evolução do Peso Percentual das Comparticipações do ISS
(acordos e subsídios)**



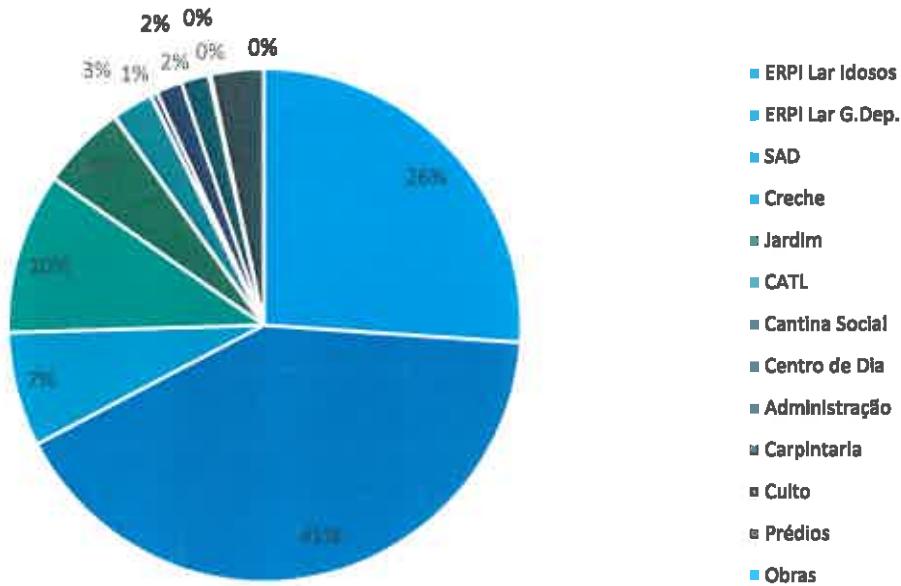
Tem-se registado um crescimento contínuo no período 2019-2023, proveniente da revisão do acordo de cooperação de SAD (reestruturação das percentagens e inclusão de mais 10 utentes - 2021); a que se juntou a implementação da medida de gratuitidade de forma alargada na creche em 2022; e, com a atualização anual dos acordos de cooperação (com especial foco no apoio extraordinário registado em dezembro de 2023, no valor de 82.843,84€ e que possibilitou o RLE positivo para o período de 2023).

Os fatores anteriores, conjugados, representam um acréscimo de 16,55% destes proveitos de 2022 para 2023.

Em termos de peso destas componentes específicas (reforça-se, conjugadas entre o registo nas rúbricas 72 – Prestação de serviços e 75 - Subsídios), por relação ao total de rendimentos, registamos uma ligeira subida para os 55,00%.

A distribuição dos rendimentos por resposta social mantém um perfil semelhante aos anos anteriores, com a área sénior a representar 76% dos rendimentos (+1pp) e cuja fatia maior, à semelhança da distribuição dos gastos, corresponde à ERPI – Lar de Grandes Dependentes com 41% do total.

Distribuição percentual dos Rendimentos por Resposta Social - 2023



Pela positiva, e face ao descrito já anteriormente, destaca-se um crescimento generalizado dos rendimentos nas respostas sociais tipificadas, destacando-se: o crescimento de 13,56% dos rendimentos no SAD e 24,36% no Centro de Dia, dentro da área sénior; e o crescimento de 19,47% dos rendimentos na creche e 26,02%, na área de infância; e, na comunidade, o crescimento de 18,11% dos rendimentos da Cantina Social, pela regularização de parte dos pagamentos associados ao POAPMC (programa

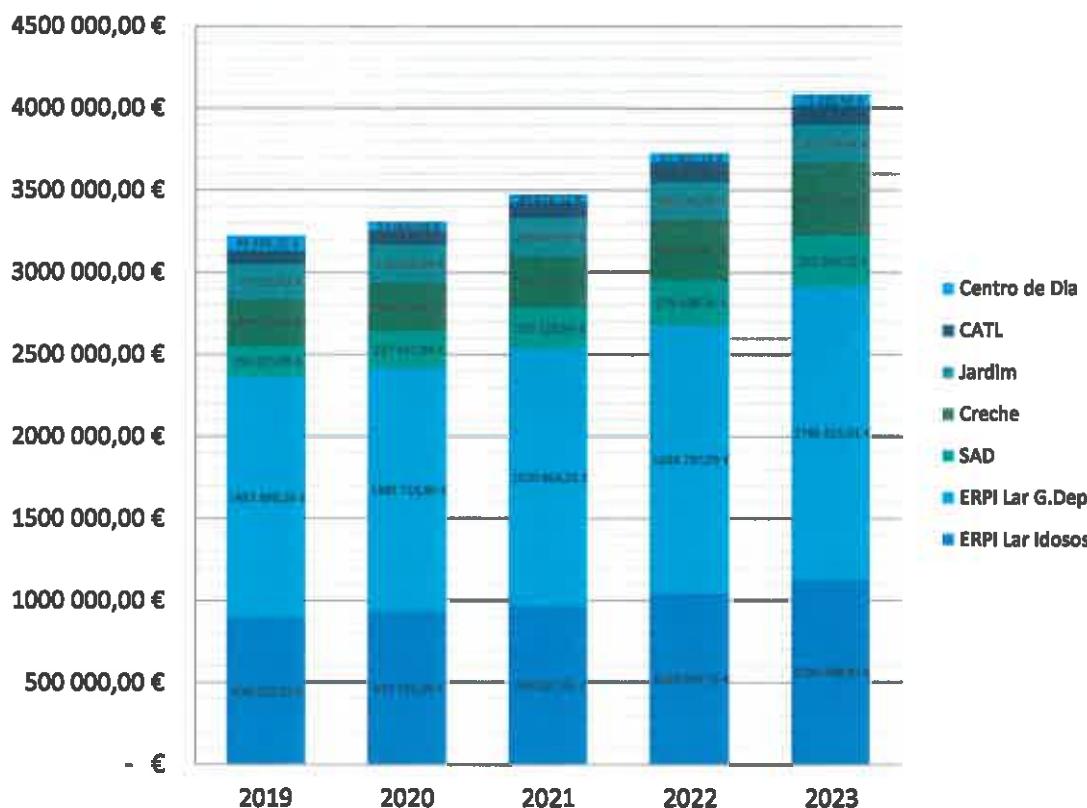
de apoio alimentar) e outros apoios alimentares extraordinários aos refugiados, via Segurança Social.

Ressalva-se, no tocante ao Centro de Dia “Casa das Amoreiras”, que esta resposta social ainda se encontra em recuperação de utentes face ao período de encerramento a que se viu obrigado durante a fase pandémica da Covid-19.

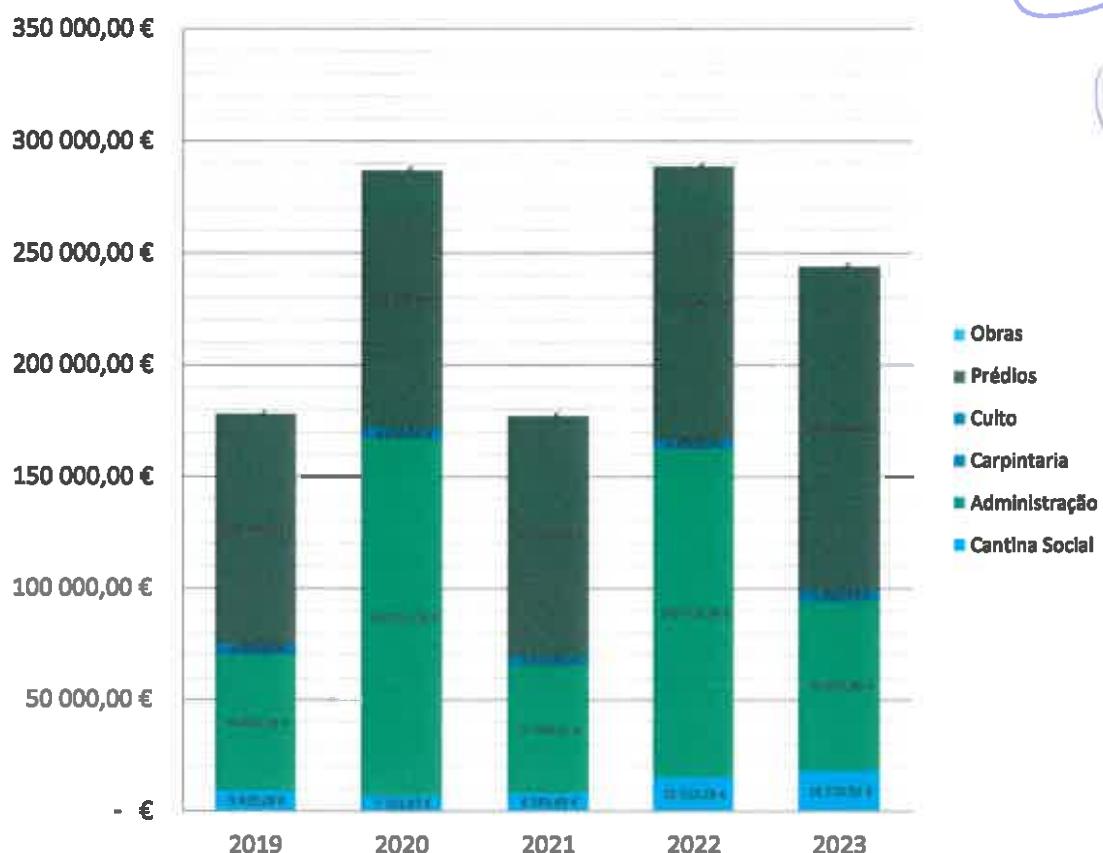
Pela negativa, registamos uma redução de 3,83% dos rendimentos do CATL, contribuindo para tal uma redução do valor das comparticipações familiares, com especial enfoque a partir de setembro de 2023, via redução do rendimento per capita disponível das famílias. Situação que agrava a situação financeira desta resposta social e influi na decisão de encerramento tomada.

Refira-se, ainda, o decréscimo de 48,42% de rendimentos na Administração, essencialmente influenciado pela não verificação em 2023 de legados/heranças (não obstante ter sido minimizado pela reversão da provisão efetuada no âmbito da decisão do TAF – Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu de anulação das coimas aplicadas no âmbito do processo de contraordenação da AT que contestamos, associadas à inversão de sujeito passivo de IVA nas obras da ERPI decorridas em 2017 e 2018); e o acréscimo de 18,71% nos Prédios, decorrente quer da atualização, quer de novos contratos de arrendamento estabelecidos.

Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Respostas Sociais Tipificadas



Evolução do Total de Rendimentos por Valência - Outras áreas

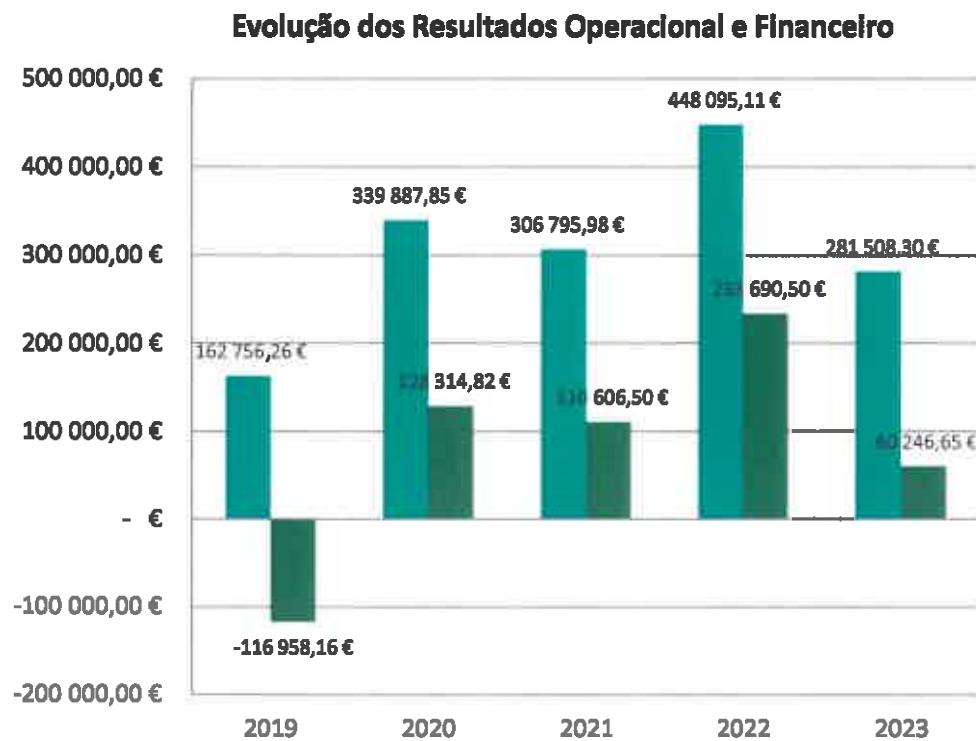


3. Evolução dos resultados (operacional e financeiro)

Ponderando a evolução global dos gastos e rendimentos, registamos uma base histórica no período 2019-2023 com resultados líquidos do exercício positivos, com exceção do ano de 2019, em que registam um resultado deficitário de 116.958,16€. Terminamos, assim, este período com um resultado líquido do exercício positivo (60.246,65€), contrariando o estimado no orçamento para o ano em questão, mas por via da participação extraordinária registada em dezembro, como referido (caso contrário teríamos registado um RLE deficitário na ordem dos 20 mil euros).

Na sua base histórica para o período 2019-2023, o resultado operacional (EBITDA - Resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações), tem mantido valores sempre positivos.

Anulando-se, assim neste último ano, o efeito das depreciações e amortizações, que subiram 3,20% em 2023 (face o acréscimo patrimonial), o resultado operacional passa para valores na ordem dos 282 mil euros, o que reflete também o seu peso, atualmente de 5,18%, no total de gastos e, consequentemente, o seu contributo para o resultado líquido anual.

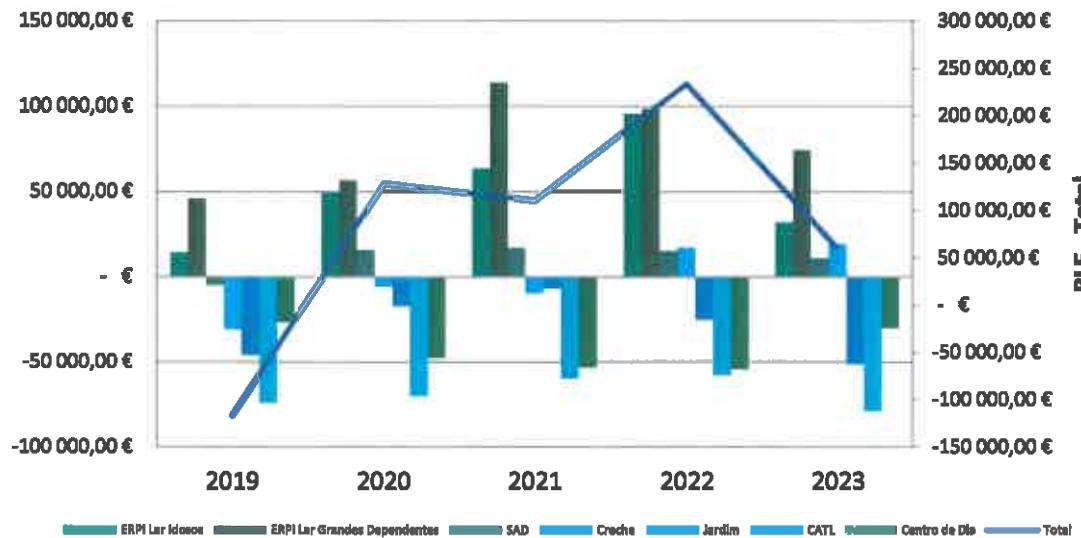


Neste período de 5 anos temos procedido a redução sustentada das alienações e recuperação de imóveis para colocação no mercado de arrendamento, com rendas atualizadas mas acessíveis face às praticadas no mercado local, pelo que estamos com um resultado líquido dos prédios em crescimento (subida de 134,17% face a 2019).

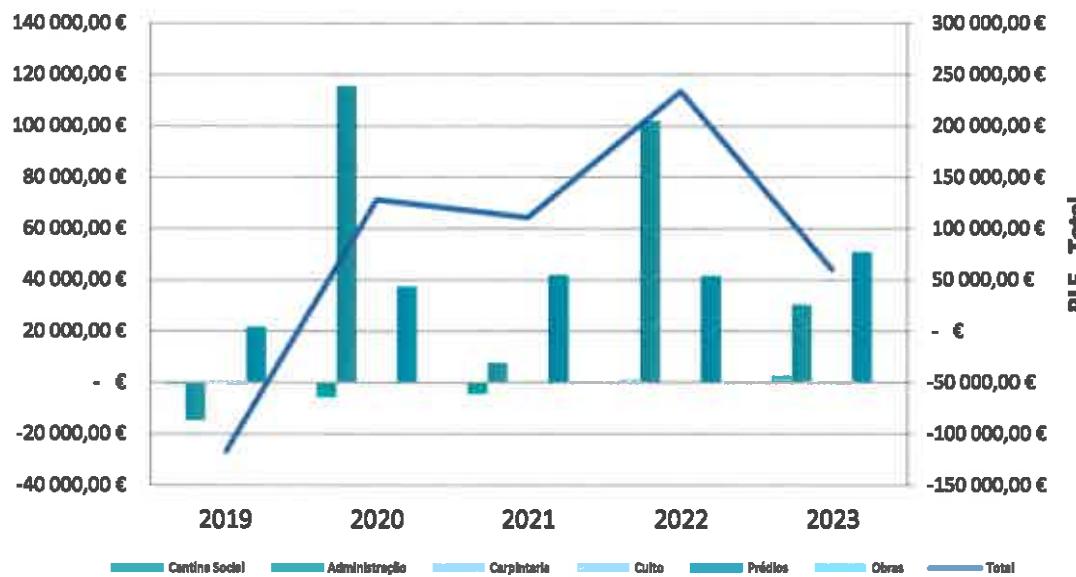
A referir, também, o acréscimo de gastos com recursos humanos (que subiram 31,72% no mesmo período), detendo os mesmos, em 2023, um peso de 65,50% no total dos rendimentos (mais 2,16pp que em 2019 e mais 4,98pp quando comparado com o ano de 2022).

Destacamos, ainda, que para estes resultados contribui um desempenho de recuperação generalizada das várias valências até 2022, excetuando-se o Centro de Dia fruto dos condicionalismos inerentes e já referidos (inexistência de acordo de cooperação e encerramento prolongado face à Covid-19). De 2022 para 2023, face o impacto negativo da inflação e do agravamento de custos com pessoal, houve uma quebra generalizada do resultado líquido nas várias respostas sociais da área sénior e de infância, com exceção do Centro de Dia, que continua em processo de recuperação e melhoria do seu resultado (recuperou 44,44% face a 2022, terminando com um resultado negativo de 30.209,56€), bem como da Creche, que também registou um crescimento do seu resultado (12,96%, terminando com um resultado de 19.439,49€), via impacto da medida de gratuitidade.

Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Respostas Sociais Tipificadas



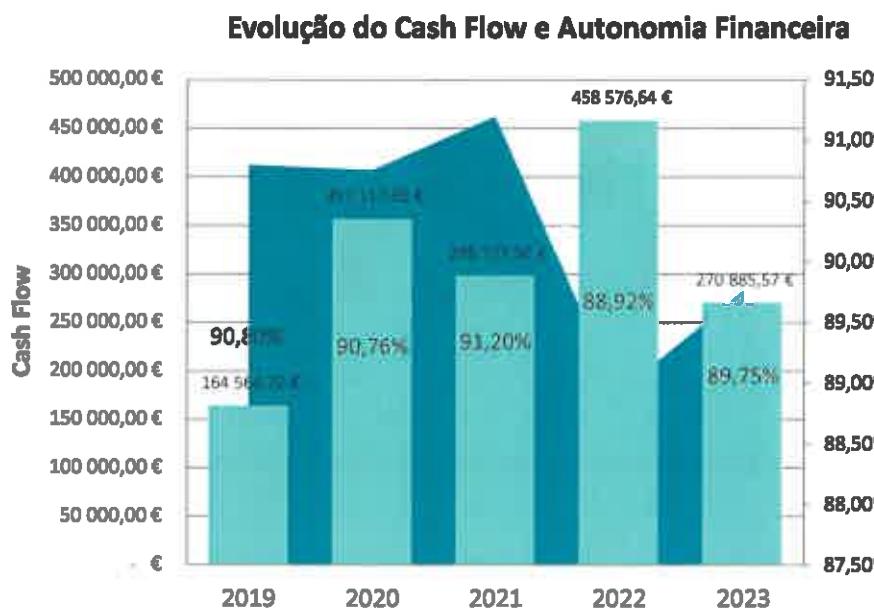
Evolução do Resultado Líquido do Exercício - Outras áreas



De forma global, não obstante a diminuição acentuada face a 2022, pelos factos já expostos, todas as respostas sociais da área sénior (com exceção do Centro de Dia) mantêm resultados líquidos positivos em 2023.

Em 2023 aponta-se, também, o crescimento do resultado dos prédios, pelos factos expostos acima, terminando o ano com um resultado de 50.932,35€ (acréscimo de 22,56% face a 2022); e uma redução de 70,15% dos resultados da Administração, impactado pela anulação do efeito de heranças e legados (que não se verificaram no ano).

Decorrente do anterior e considerando os dados da DMR – Demonstração de Resultados, registamos em 2023 uma descida do excedente financeiro líquido da atividade (*cash flow*) para 270.885,57€ (menos 40,93% que o registado em 2023).



Obs.: As variações de provisões/imparidades também estão consideradas no cálculo do Cash Flow (CF=Resultados antes de impostos + depreciações + variação provisões + variação imparidades).

Por seu lado, considerando os dados do Balanço, registamos uma autonomia financeira (determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio, i.e., pelos fundos patrimoniais) com ligeiro acréscimo (0,83pp), mantendo-se em valores estáveis e favoráveis (89,75%). Refira-se o registo de ligeiro aumento dos fundos patrimoniais (0,73%), para um montante de 6.513.379,05€ e um ligeiro decréscimo do total do ativo (-0,20%) para 7.257.367,07€.

Indicadores que, não obstante a cautela que se deve ter face ao resultado líquido e à necessidade de medidas de recuperação de algumas valências, a par do impacto na economia nacional que as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza e a escalada inflacionista que se tem vindo a refletir nos preços correntes de bens, matérias-primas e serviços, poderá trazer, por associação, revelar uma boa estabilidade financeira desta Misericórdia.

Reforça-se que, a nível da Infância, não obstante o resultado líquido do exercício se cifrar em valores negativos nas respostas sociais de Pré-escolar e CATL, não se descurou os investimentos necessários em termos de manutenção do edificado e aquisição de equipamento de suporte a todas as dinâmicas pedagógicas. Apesar da contenção de custos, continuamos a reforçar a nossa posição de prestação de um serviço de qualidade e propiciador de uma socialização e aprendizagem reconhecida pelos pais e encarregados de educação que nos depositam a confiança de cuidar dos seus educandos.

Nesta senda de qualidade e atendendo a aprovação das candidaturas ao PRR e Fundo Ambiental, foi lançado no final do ano o concurso para a remodelação da Creche e implementação de medidas com vista à melhoria da eficiência energética do edifício afeto à área de infância.

Reconhecemos, apesar dos resultados financeiros, que somos uma das poucas respostas na área de infância no concelho/região a nível da Creche e Pré-escolar a funcionar em horário alargado.

Por sua vez, a nível do CATL, já há respostas cabais à necessidade de ocupação dos tempos livres das crianças nos períodos de férias escolares e pós horário letivo durante o período letivo, promovidas pelo Município, capazes de acolher os atuais utentes em caso de encerramento desta resposta social. Face a essa garantia do Município e considerando reunião preparatória junto do Centro Distrital da Segurança Social, a par dos considerandos já refletidos em relatórios de gestão e contas de anos anteriores, foi tomada a decisão de encerramento desta resposta social, a concretizar-se a 15 de setembro de 2024. Decisão que já constou do plano de atividades e orçamento para o ano de 2024.

Ainda na área de infância, reiteramos a importância de recordar e apontar a estrutura económica da nossa região e, consequentemente, dos agregados familiares enquanto detentores de baixo poder económico, o que leva obrigatoriamente, face às regras de cálculo das comparticipações familiares, a comparticipações baixas. Esta realidade, conjugada com o peso da estrutura de gastos com recursos humanos obrigatório na área e a par do défice de cobertura dos acordos de cooperação neste setor (já diminuído por via da revisão do acordo da creche e da medida de gratuitidade mas ainda patente no Pré-escolar e CATL), são indicador claro de que é uma área de atuação estruturalmente deficitária.

A estes indicadores acrescem condicionalismos internos que agravam a estrutura de custos. Refira-se nomeadamente o CATL cujo corpo técnico tem habilitações / categoria profissional superior à exigida na regulamentação específica desta resposta social, o que por si só, condiciona a recuperação/a situação financeira da resposta em questão.

Tendo-se assim a noção clara dos condicionalismos estruturais da área de infância, impera a nossa obrigação moral de atuação social, tendo, contudo, em conta sempre um não comprometimento da atuação global da instituição. Postura que se mantém mesmo com a previsão de encerramento do CATL, face as garantias atuais de resposta por parte do Município, na oferta pública, inclusivamente veiculadas no último Conselho Municipal de Educação (reunião de 28/02/2024), pela vereadora da Educação.

Esta premissa obriga-nos, no entanto, a estar atentos ao evoluir dos indicadores concelhios; a continuar a preconizar as medidas de controlo e estabilização dos

C
d
C
B
G
E
B
M
M
M

resultados nesta área (como referido, agravados neste último ano); e a tomar decisões ponderadas mas atempadas caso os condicionalismos estruturais se agravem sem termos possibilidade de os compensar devidamente.

Pese, neste campo, também o objetivo estratégico das medidas de concertação do Compromisso de Cooperação, no sentido de alargamento da medida de gratuitidade atualmente em vigor nas Creches, ao Pré-escolar. Objetivo que, a concretizar-se, também trará algum equilíbrio a esta resposta social, atendendo a conjuntura económica do concelho.

Face ao resultado do exercício global, devemos, de igual forma, continuar a manter as medidas de controlo/redução dos gastos em vigor e a reforçar as medidas de obtenção de rendimentos, tentando mobilizar de forma mais alargada os Irmãos da MSPS e a comunidade nas iniciativas de angariação de fundos e campanhas de mecenato.

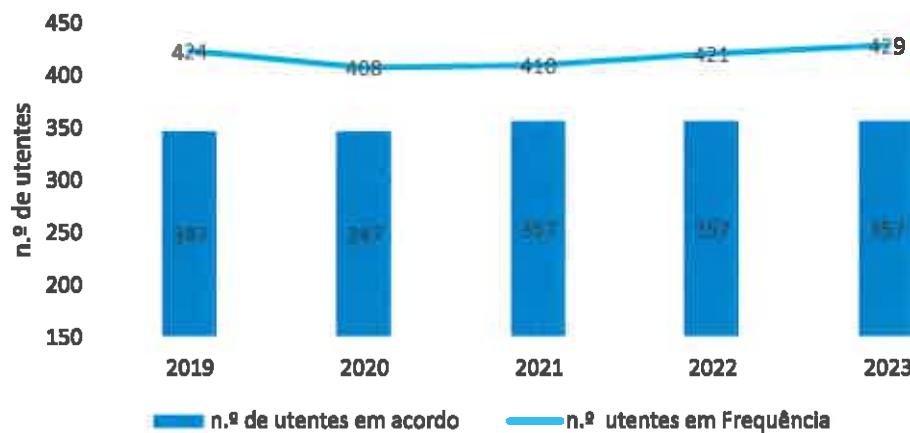
4. Grandes Números da Atividade da MSPS

Toda a atividade económica está assente nos seus clientes, utentes, beneficiários. Neste sentido, esta Misericórdia tem cobertura regional, apoiando cerca de 600 beneficiários e, desde a sua instituição no ano de 1875 (Primeiros Estatutos), tem alargado a sua atuação e o número de utentes, conferindo-lhe, o seu estatuto, o reconhecimento enquanto entidade da economia social, nos termos da respetiva lei de bases, e natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Utentes e Beneficiários

Numa relação direta com o total de utentes em respostas sociais tipificadas, verificamos uma subida do número de utentes em acordo de cooperação em 2021, com a revisão do acordo de cooperação do SAD em mais 10 utentes, passando estes para 357 nesse ano. Enquadramento que se mantém até ao ano de 2023.

Evolução dos acordos de cooperação e frequência



Obs.: Apenas respostas sociais tipificadas (ERPI's, SAD, CD, Creche, Pré-escolar e CATL).

Em termos de frequência, a oscilação tem sido mínima, tendo apenas sido verificada redução global em 2020, motivada pelo encerramento temporário das respostas da área de infância e do Centro de Dia. Mesmo motivo que levou a estabilização em 2021, contudo em 2022 iniciou-se recuperação, apresentando-se um valor de 429 utentes em frequência média anual em 2023, já superiores aos valores pré-pandémicos.

Atendendo à organização por resposta social, temos a seguinte informação média mensal em 2023, na área sénior:

Utentes por resposta social – valores médios da área sénior em 2023				
Indicador	SAD	Centro de Dia	ERPI – Casa da Quinta (Lar de Idosos)	ERPI – Lar de Grandes Dependentes
Capacidade	60	30	75	78
Frequência	59	20	75	78
Utentes em Acordo de Cooperação	40	0	75	78
Utentes fora do acordo de cooperação	19	20	0	0

Anota-se a recuperação gradual do Centro de Dia, com um número médio em frequência que passou de 15 em 2021 para 20 em 2022 (acrédito de 33%), tendo estabilizado no mesmo valor em 2023, mas ainda longe da frequência aquando do encerramento obrigatório, imposto pelas medidas nacionais de combate à Covid-19 (28 utentes em 2019).

Ainda no mesmo ano e na área de infância:

Utentes por resposta social – valores médios da área de infância em 2023			
Indicador	Creche	Pré-escolar	CATL
Capacidade	76	100	60
Frequência	76	61	60
Utentes em Acordo de Cooperação	60	61	43
Observações	2 Bercários; 2 Salas de 1 ano; 2 Salas de 2 anos.	3 salas (1 sala 3 anos; 1 sala 4 anos; 1 sala 5 anos).	
Utentes fora do acordo de cooperação	16	0	17

No cômputo destas respostas sociais tipificadas abrangemos mais 1,90% de utentes que em 2022, num total de 429 utentes (232 na área sénior e 197 na área de infância), dos quais 72 não estão abrangidos por acordo de cooperação.

Refira-se que em virtude dos acordos de ERPI serem antigos, estes abrangem a totalidade da capacidade atual das respostas em referência. Destaca-se, também, a atribuição de 10 vagas reservadas à Segurança Social / Centro Distrital de Viseu na ERPI Casa da Quinta e de 8 na ERPI Lar de Grandes Dependentes.

Destaque-se, também, o facto de o acordo de ERPI Lar de Grandes Dependentes ser um acordo atípico, o que ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário, negociado entre as entidades de tutela (Ministérios da Educação, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde) e as entidades representativas do setor social (UMP – União das Misericórdia Portuguesas, CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social e a UM – União das Mutualidades Portuguesas), estes tipos de acordo de cooperação deverão ser convertidos gradualmente em acordos típicos.

Por fim, deixa-se notas adicionais quanto à decisão de encerramento do CATL, tal como referido anteriormente, prevista para setembro de 2024, atendendo o défice estrutural negativo e a existência atual de oferta pública, considerando:

- O CATL desta Instituição, não obstante todas as medidas implementadas para o equilíbrio financeiro, não conseguiu ver as suas contas equilibradas, terminando o último ano (2023), com um resultado negativo de 79.600,87€, que soma aos resultados anteriores, refletindo, só nos últimos cinco anos (2019-2023), um resultado negativo acumulado de 341.247,53€. Resultados que tornam inviável a sua continuidade.
- Apesar de se ter submetido candidatura ao PROCOOP para a revisão do acordo de cooperação e se ter promovido iniciativas junto do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, não se conseguiu uma atualização/revisão do acordo e modelo de acordo de CATL, logo financeiramente não conseguimos ultrapassar este bloqueio de falta de rendimentos para suporte ao funcionamento condigno e com qualidade da resposta social que preconizamos. Recorde-se os avisos disponibilizados para este período de cinco anos:
 - Aviso 1/DI/2017, submetido em 13/07/2017 – arquivado por não inclusão face à dotação orçamental disponível.
 - Aviso 1/DI/2018, submetido em 16/07/2018 – sem qualquer resposta de deferimento ou indeferimento até à presente data.
- Por outro lado, obtivemos confirmação por parte do Município de S. Pedro do Sul, de que estão capazes e há capacidade de resposta pública, nomeadamente no Polo Escolar de São Pedro do Sul e Escola Básica 2.º ciclo – Agrupamento

(ambas a 500m das atuais instalações do CATL), para absorver e acolher a totalidade das crianças em frequência (60), salvaguardando-se, deste modo, a continuidade do apoio aos Encarregados de Educação nas extensões de horário e períodos de férias escolares. Confirmação vinculada novamente já este ano de 2024, no Conselho Municipal de Educação, tal como referido anteriormente.

Considerando o impacto que esta decisão possa ter na pretensão legítima de frequência das atuais e novas crianças que transitariam do Pré-escolar, a Mesa Administrativa optou por comunicar com um ano de antecedência esta decisão aos encarregados de educação e ao Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, no sentido de preparação atempada das alternativas e à articulação necessária para a transferência das verbas afetas ao acordo de cooperação detido para o CATL, para a resposta social de Centro de Dia desta Misericórdia, em funcionamento e para o qual ainda não temos acordo de cooperação.

No âmbito das respostas sociais não tipificadas e de serviços à comunidade, registamos a seguinte informação média mensal em 2023:

Utentes por resposta social – valores médios das respostas sociais não tipificadas e serviços à comunidade em 2023					
Indicador	Cantina Social	PO APMC	Horta Comunitária	BAT	Apoio Refugiados
Compromisso	12 refeições diárias	48 beneficiários	—	—	—
Beneficiários	9 agregados familiares (9 pessoas)	74	42	42	8
Observações	Servidas em média 12 refeições diárias	41 agregados familiares (revisto de 37 para 48 beneficiários em 2020)	Apoio técnico do projeto "Terras S. Pedro"		Compromisso pontual com ISS, mediante requisição, para apoio alimentar

À exceção do PO APMC e da Cantina Social (acordo prorrogado até final do 1.º semestre de 2024 e em mudança de paradigma e transição para o PO APMC), em que há apoio financeiro à sua execução, se bem que parco, a Horta Comunitária e o BAT – Banco de Ajudas Técnicas têm sido disponibilizados com suporte financeiro próprio da Instituição.

Em termos de evolução de apoio, a nível da Cantina Social, este tem sofrido oscilações ligeiras, mantendo-se no mesmo nível de apoio que no ano anterior. Em contrapartida, o apoio alimentar via PO APMC registou uma quebra de 16% face à média de 2022, muito influenciada pela suspensão do apoio durante os meses de abril a junho de 2023. Apoio e evolução que pormenorizaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza”.

A Horta comunitária mantém o mesmo nível de utilizadores que no ano anterior e o apoio técnico de um engenheiro agrícola do projeto “Terras S. Pedro” da Câmara Municipal. Mantém a mesma filosofia e dinâmica organizativa, sendo que a instituição além de ceder os talhões de terra e água para o cultivo, vai garantindo a limpeza regular do espaço, bem como apoio pontual aos utilizadores.

A nível do BAT, no final de 2022, tínhamos cedidas por todo o concelho de São Pedro do Sul, 30 camas articuladas, 7 cadeiras de rodas, 3 andarilhos, 1 cadeira de banho e 1 par de muletas.

Por seu lado, no apoio a refugiados, apenas se dispõe de apoio público na ajuda alimentar, mediante requisição do Centro Distrital da Segurança Social de Viseu, enquanto medida extraordinária ao abrigo da Proteção Internacional. A instituição colabora, deste modo, a título particular com apoio a nível de alojamento e contratação, medidas que pormenorizaremos no capítulo “Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza”.

Colaboradores

Em termos de indicadores associados aos Recursos Humanos, registamos uma estabilização ao longo destes cinco anos (com levea subida de 2022 para 2023), em números absolutos, numa média de 184 colaboradores, sendo que, nestes indicadores não são considerados os Órgãos Sociais e a nível dos prestadores de serviços, apenas os com contrato de prestação de serviços individual (canalizador, médicas e capelão).

Também não são considerados os colaboradores com ausências superiores a 30 dias, nomeadamente por motivo de licença sem vencimento e baixa prolongada (7), atendendo a que nestas situações, dada a natureza da atividade da MSPS, em regra, há lugar à substituição temporária do posto de trabalho.

Evolução do n.º de colaboradores



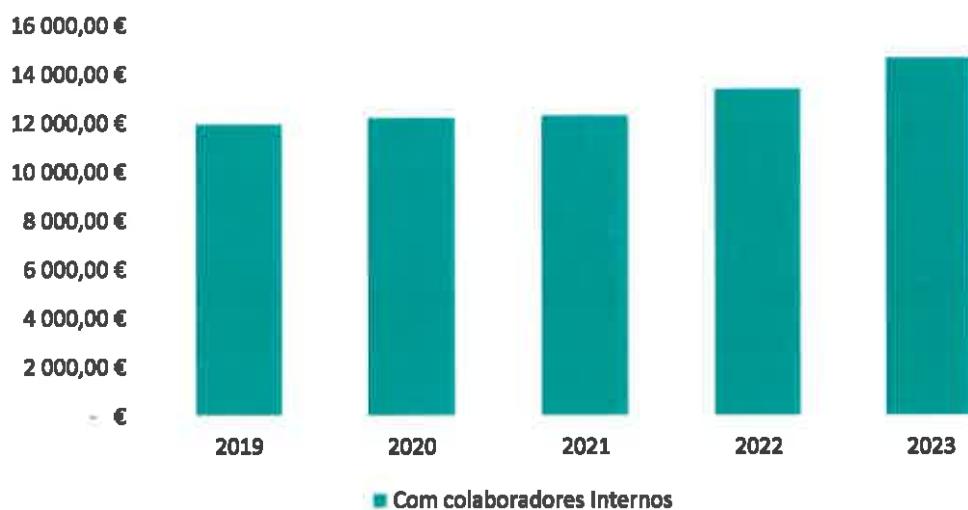
Em 2023 registamos um número médio mensal de 194 colaboradores (Internos e externos) ou, considerando apenas os internos, de 190 colaboradores (97,94%), 184 com contrato de trabalho sem termo, ou seja, estão nos quadros da MSPS e apenas 6 com contrato a termo.

Os restantes 2,06% (4) correspondem aos prestadores de serviços.

Registamos, deste modo, uma subida de 6,59% do número total de colaboradores, em linha com o necessário recrutamento para formação inicial de equipas de trabalho (necessária para as substituições por reforma), bem como reforço de algumas equipas das ERPI, nomeadamente da ERPI – Casa da Quinta e SAD, considerando o agravamento de situações de dependência.

Se associarmos a evolução do quadro de colaboradores e a evolução dos encargos com pessoal (incluindo todos os encargos de remuneração e encargos sociais), verificamos uma subida do rácio gastos de pessoal/colaborador para o montante de 14.704,21€ por colaborador em 2023, mais 9,50% face ao ano anterior.

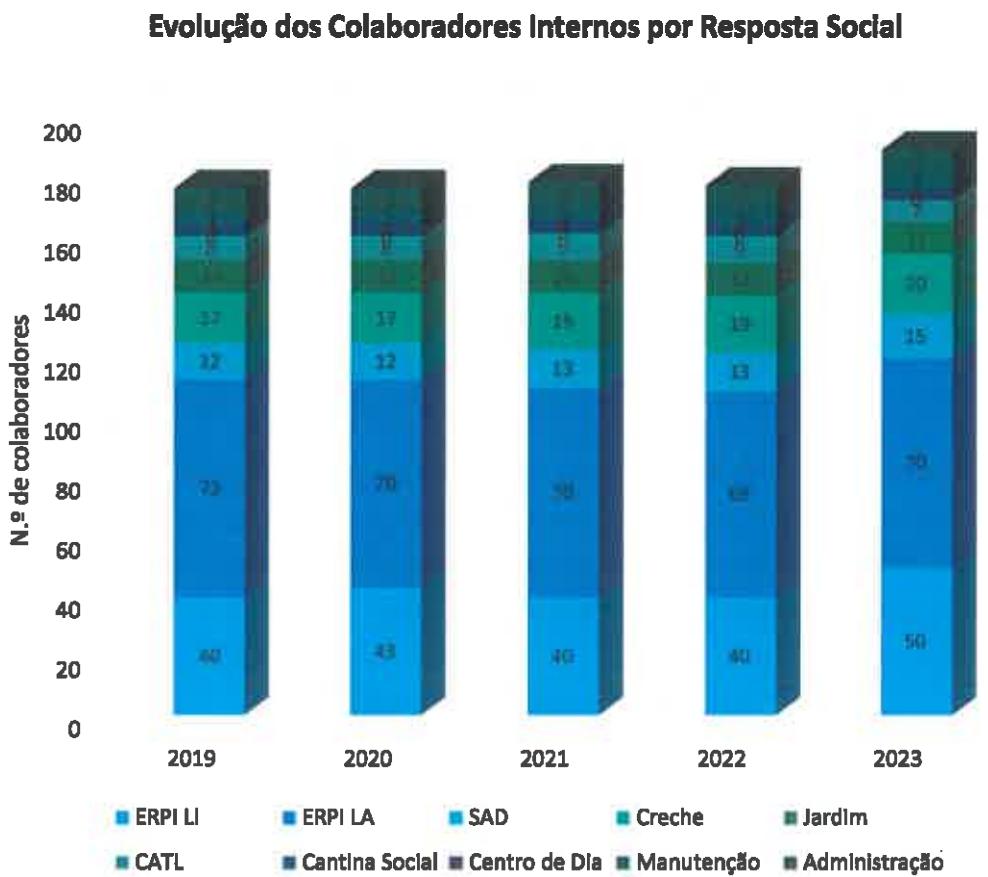
Evolução do rácio gasto/colaborador



Em termos da estrutura por resposta social, esta tem estado estável, prevalecendo o peso das ERPI e uma manutenção no cômputo das respostas da área de infância.

Na manutenção estão incluídos colaboradores das obras e manutenção cuja imputação de custo é feita parcialmente a cada resposta social. Na administração inclui-se pessoal de secretaria, recursos humanos, direção.

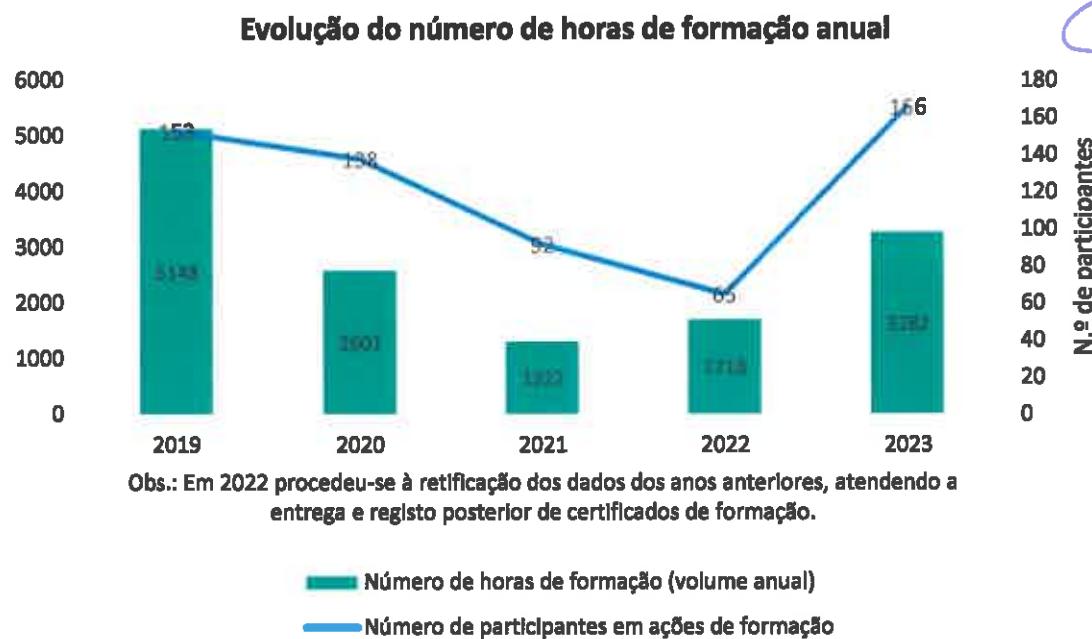
Do anterior, prevalece o respeito pelos rácios de colaboradores/funções indicativos para cada resposta social, nos termos normativos legais, tal como confirmado nas ações de acompanhamento da Segurança Social, detendo-se, inclusivamente colaboradores e categorias para além das normalmente exigidas, o que nos confere uma segurança e qualidade de serviço superior.



Tal como referido acima, a subida do número total de colaboradores neste último ano foi muito impulsionada pelo reforço em 10 colaboradores na ERPI Casa da Quinta (25%), face o agravamento de situações de dependência de utentes, seguida de 2 a nível do SAD (acréscimo de 15,38%).

Nota final para a qualificação do pessoal, na qual se tem apostado, não obstante neste último ano, apesar de uma significativa recuperação, ainda nos termos visto obrigados a suspender e/ou cancelar uma série de ações programadas, em virtude de disponibilidade das entidades formadoras parceiras que inviabilizaram a formação presencial, sendo o recurso a formação à distância uma barreira em determinadas áreas de serviço e grupo de colaboradores. Nestes termos, o ano de 2023 terminou com um volume de 3.282 horas de formação (mais 91,04% que em 2022) e 166 colaboradores envolvidos, o que dá uma média de 20 horas de formação por participante.

Face ao ano anterior, apesar de registarmos um acréscimo no número de colaboradores participantes em ações de formação (mais 155,38% de participantes), registamos um decréscimo de 25,20% no número de horas de formação por participante. Registamos mais participantes, mais ações mas de menor duração.



Como referido em relatório anterior, ressalva-se que, atendendo a consolidação dos dados de formação, verificou-se que alguns dos dados anteriores a 2022 estavam sub-representados, em virtude da entrega pelos colaboradores e registo posterior aos relatórios de gestão, de alguns certificados de formação.

Nota adicional para as dificuldades de recrutamento de pessoal auxiliar na área sénior que se estão a sentir há uns anos a esta parte, bem como para o acréscimo de procura de candidatos imigrantes. Regista-se, deste modo, uma mudança de paradigma na oferta de recursos humanos, tendo a Instituição terminado o ano de 2023, com 16 contratos de trabalho estabelecidos com imigrantes (8,42% dos colaboradores internos), na sua maioria da América do Sul.

Colaboradores imigrantes em 2023			
País/região origem	Total de admissões no ano	Total de Cessações no ano	Colaboradores ativos no final do ano
América Sul	9	1	14
Ásia	1	1	0
Africa	2	0	2
Total	12	2	16

Dos 16 colaboradores imigrantes ativos no final do ano, 15 encontram-se já nos quadros da instituição.

Para finalizar este pequeno enquadramento dos Recursos Humanos da MSPS, reforçamos que o empenho dos nossos colaboradores, ao longo dos anos de existência desta Misericórdia, foi sempre digno de ser assinalável. Ressalvamos, no entanto, a dedicação acrescida dos mesmos, no ano a que reporta o presente relatório: reconhecemos e enalteceremos o seu esforço de trabalho nas condições adversas que atravessamos durante a fase pandémica e, findo esta, com os desafios económicos decorrentes da escalada inflacionista. Este esforço de trabalho traduz-se numa força coletiva e mobilizadora para se alcançar com êxito as medidas de mitigação implementadas.

5. Mitigação da Guerra na Ucrânia e da Guerra em Israel/Faixa de Gaza

Após um período pandémico, não fosse, assim, o bastante para a humanidade estar a iniciar um processo de recuperação, vimo-nos a braços com os efeitos nefastos de duas guerras, territorialmente bem perto: a guerra na Ucrânia (na Europa) e o mais recente conflito em Israel/Faixa de Gaza.

O embargo económico à Rússia e as dificuldades nas exportações da Ucrânia (recordese que é o maior exportador de cereais), a par da instabilidade social e crise migratória que decorre da mesma, provocou movimentações de refugiados sem precedentes, bem como uma subida generalizada de preços que não víamos há décadas.

Por seu lado, no tocante à subida de preços, registamos em 2023, segundo os dados do BdP – Banco de Portugal, uma atenuação da taxa de inflação de 8,6% registada em Janeiro, para uma de 1,4% em dezembro, confirmando-se uma taxa de inflação do ano (média) de 4,3%.

Este cenário, de atenuação da taxa de inflação e de cautela sobre as possíveis consequências do novo conflito na Faixa de Gaza, obrigou-nos a cautela na elaboração do orçamento para o ano de 2024, atendendo o impacto que a mesma foi refletindo na aquisição de vários produtos e serviços ao longo de 2023, muitas das vezes de forma diferida no tempo. Mitigou-se com a manutenção de alguns contratos (exemplo o de alimentação e energia elétrica), que controlaram, dentro do possível, os preços e beneficiou-se de algumas medidas de contenção pública, como foi o caso de atualizações extraordinárias dos acordos e medidas de apoio à energia.

Esta pressão inflacionista obriga-nos, também, a um cuidado adicional nas consultas de mercado e negociação de preços, bem como na ponderação e maior priorização dos investimentos e racionalização constante de custos, sendo aconselhável escalarmos as medidas de eficiência energética e de mobilidade elétrica que já vimos a implementar.

Assim, da atuação da instituição, há a referir duas áreas em especial: o apoio aos refugiados e o apoio alimentar.

Apoio a Refugiados

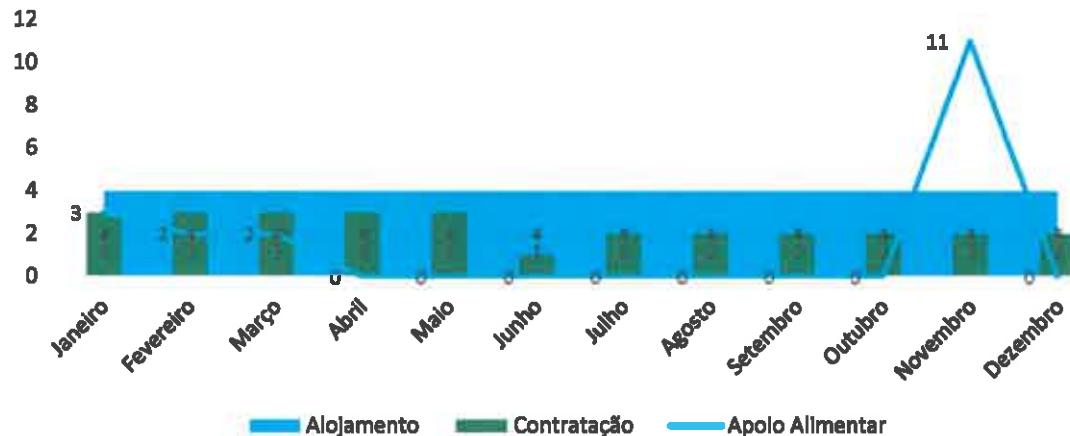
Em termos de movimentos de refugiados, registamos o concelho de São Pedro do Sul como concelho de acolhimento desde a primeira hora, estando a instituição a colaborar ativamente no alojamento, fornecimento de refeições e com medidas de empregabilidade. Destacamos, deste modo, as iniciativas promovidas pela Instituição no apoio a refugiados.

Medidas Sociais de Apoio	Observações	Parceiros
Alojamento	Disponibilização de 4 quartos com Casa de Banho e sala com kitchenette em espaço contíguo à sede da Instituição.	Câmara Municipal de São Pedro do Sul – apoio legal e articulação institucional. UMP – divulgação.
Apoio Alimentar	Fornecimento de refeições confeccionadas (Pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar), quer na sede, quer em alojamentos particulares da freguesia de S. Pedro do Sul, Várzea e Baiões.	Câmara Municipal de São Pedro do Sul – apoio financeiro e articulação institucional. ISS – Apoio Financeiro.
Contratação	Contratação inicial ao abrigo do programa MARESS do IEFP e, findo este, contratação corrente.	IEFP – Medida MARESS.

Da implementação das medidas anteriores, registamos uma média de 4 beneficiários em alojamento no ano (manutenção estável ao longo de todo o ano), 2 em apoio alimentar e 2 refugiados com quem se estabeleceu contrato individual de trabalho. Deste último apoio, estabeleceu-se contrato inicial ao abrigo da medida MARESS do IEFP e, findo a medida, já em janeiro de 2023, foi estabelecido contrato por tempo indeterminado.

Da frequência de apoio mensal, ressalva-se o pico de apoio alimentar em novembro, com um total de 11 beneficiários, atuação pontual neste ano, face ao restante padrão de autonomização e valores de apoio até 3 beneficiários ao longo dos restantes meses do ano.

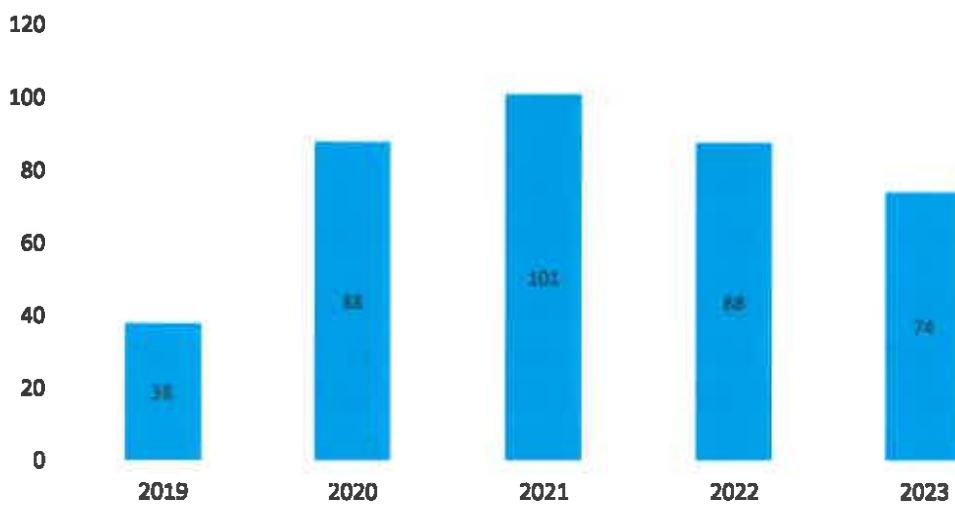
Apoio a Refugiados em 2023



Apoio Alimentar

Um outro campo que queremos deixar nota, prende-se com o apoio alimentar, no qual se manteve a linha e abrangência das Cantinas Sociais (entrega de refeições confeccionadas) em 9 beneficiários, contudo registou-se um decréscimo de 15,48% na média mensal de beneficiários do PO APMC face ao ano 2022, cifrando-se esta em 74 beneficiários em 2023, tal como referido anteriormente, muito devido ao facto da suspensão do apoio nos meses de abril a junho de 2023. Se anularmos este efeito, a média foi de 99 beneficiários (12,50% de acréscimo), dado que, após a retoma, estivemos sempre com um número de beneficiários acima de 100 pessoas.

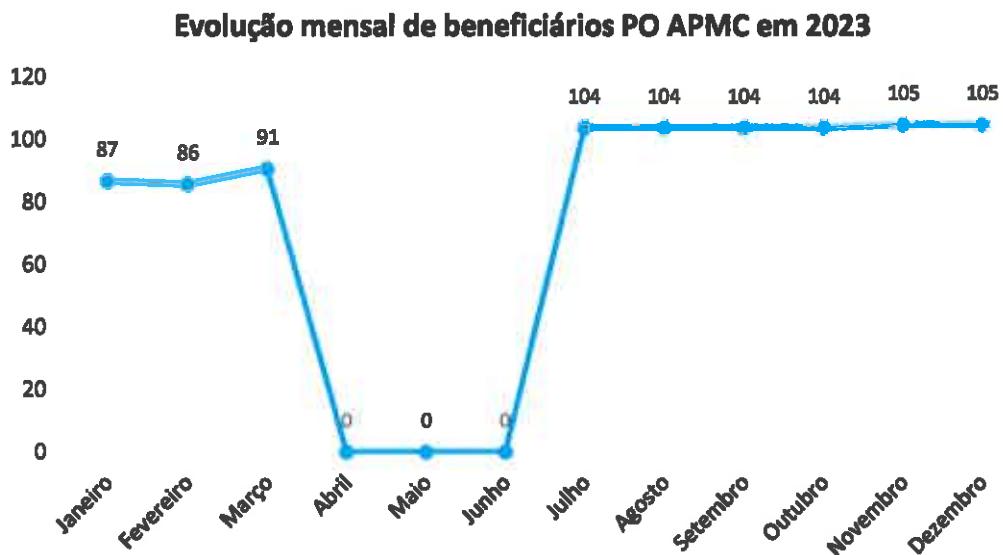
Evolução da média anual de beneficiários PO APMC



Em termos da evolução mensal e em números absolutos, atendendo os efeitos nefastos da inflação (desemprego, redução de rendimentos familiares, etc.) que levou a um crescendo de sinalização de famílias para este apoio alimentar, no segundo semestre do ano. Semestre no qual nos mantivemos sempre no limite da capacidade máxima, tendo-se finalizado o ano de 2023 com 105 beneficiários (corresponde a 46 agregados familiares).

Nota adicional para a suspensão do programa durante os meses de abril e junho, associado à reformulação da parceria para o território e falta de resposta atempada da entidade gestora do programa.

Em dezembro de 2023 a Misericórdia assumiu o papel de Coordenadora, para além de mediadora, no consórcio de parceria para o território de Lafões. Esta alteração prende-se com a transição para o programa que substitui o PO APMC no novo quadro comunitário ("Privação Material") e com a saída da anterior coordenadora (Misericórdia de Oliveira de Frades).



6. Sustentabilidade 2023

No seguimento da inclusão inicial no relatório de gestão 2021 da publicação do relatório de sustentabilidade, continuamos com a divulgação das respetivas iniciativas adotadas, no presente relatório. Procuramos, deste modo, dar conta das principais iniciativas desenvolvidas, participadas ou apoiadas pela MSPS em matéria da sustentabilidade e responsabilidade social.

Não obstante o facto de algumas iniciativas já decorrerem de há uns anos a esta parte, este desafio de implementação e divulgação da responsabilidade social é cada vez mais premente face às fortes contingências e adaptações decorrentes dos desafios sociais com que nos deparamos.



Apoio e Relação com a Comunidade Local

Em 2023 mantivemos o nosso compromisso de apoio ao bem-estar e qualidade de vida das comunidades locais, promovendo o seu desenvolvimento e uma maior equidade social.

- Disponibilização de instalações e energia elétrica à Associação Desportiva Academia Andebol – S. Pedro do Sul, para o acantonamento de equipas visitantes participantes no XI Termas Andebol Cup.
- Oferta de prenda de natal a todas as crianças que frequentam as respostas sociais da área de Infância.
- Disponibilização gratuita de ajudas técnicas através do BAT – Banco de Ajudas Técnicas a famílias do concelho de São Pedro do Sul.

- Colaboração em campanhas locais e nacionais, como é o caso da Campanha local de angariação de apoios/fundos para LPCC – Liga Portuguesa Contra o Cancro e que decorreu de junho a agosto, com um grupo de colaboradores da área de infância da instituição.
- Articulamos, divulgamos e participamos na campanha "Energia Solidária 2023", promovida pela Entrajuda e Galp, possibilitando a atribuição de uma garrafa de gás Galp (13Kg), sem custos, a 40 famílias carenciadas do concelho de S. Pedro do Sul, em três momentos do ano.
- Disponibilização gratuita de parcela de terreno na "Horta Comunitária", com incentivo à produção agrícola para autoconsumo em modo de produção biológica e articulação de acompanhamento técnico aos utilizadores por engenheiro agrícola do projeto "Terras São Pedro" da Câmara Municipal de S. Pedro do Sul.
- Aderimos à parceria GAL-ADDLAP e à respetiva EDL – Estratégia de Desenvolvimento Local ADDLAP 2030.



Educação e Cultura

Continuamos a implementar medidas e a apoiar iniciativas que valorizam a identidade cultural da instituição e do concelho.

- Foi mantida a publicação trimestral da revista "Caminho no Tempo", com disponibilização em suporte impresso e digital.
- Mantemos a recolha e registo de histórias de vida de seniores utentes das várias respostas sociais da instituição, procedendo, inclusive, com a devida autorização dos próprios, à sua publicação na revista institucional.
- Foram promovidas as comemorações de S. António, padroeiro da instituição, integradas numa semana cultural com um programa descentralizado e aberto à comunidade, onde se incluiu, para além da procissão de S. António, todo um conjunto de espetáculos musicais e culturais.
- Foi mantida a abertura da Capela de S. António para a comunidade (de forma diária) e para visitas guiadas do Município no âmbito do turismo local sempre que solicitado.
- Retomamos, em parceria com o Agrupamento de Escolas de S. Pedro do Sul e a MUT, o desfile de carnaval das crianças, pela Av. Sá Carneiro em São Pedro do Sul.
- Promovemos a "XVIII Feira do Livro" no Jardim da Instituição, com várias dinâmicas culturais de apoio e estímulo à leitura.



Responsabilidade Social Interna

O bem estar e o apoio aos trabalhadores continuam a ser um dos vetores da nossa atividade.

- Distribuição de cabaz de Natal a todos os trabalhadores.
- Antecipação do subsídio de Natal ou férias mediante solicitação.
- Lançamento do programa de bem-estar para os colaboradores (cedência de espaço para dinâmicas de Zumba/ginástica e sessões de Fisioterapia laboral/ginástica em contexto laboral).
- Apostar na comunicação interna em vários canais (e-mail, newsletter, revista, reuniões online e presenciais, etc.) para garantir a consistência das mensagens em tempo de incerteza.
- Reconhecimento interno do papel das mulheres na sociedade, assinalando o Dia Internacional da Mulher, com dinamização de iniciativa simbólica e reconhecimento público das mulheres (utentes e colaboradoras) que fazem esta casa.
- Procuramos promover e incrementar a formação profissional contínua, numa perspetiva de melhoria de competências e apostar na qualificação das equipas de trabalho.
- Dinamizamos a palestra “Síndromes demenciais: como gerir?”, destinada a cuidadores formais e informais, com o objetivo de desmistificar e informar os cuidadores na temática em apreço.
- Procura e manutenção de protocolos comerciais para garantir condições comerciais mais vantajosas em estabelecimentos comerciais e de serviços locais aos colaboradores e irmãos da MSPS.

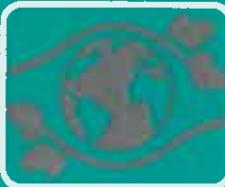


Recuperação e Preservação do Património

O património é uma herança do passado que temos que respeitar, valorizar, tirar mais-valias e transmitir às gerações futuras.

- Remodelação de parte das instalações do antigo hospital (fase 1) para clínica laboratorial, e respetiva colocação no mercado de arrendamento em parceria/protocolo com a empresa Unilabs.
- Intervenções de manutenção regular nos edifícios associados às várias respostas sociais.

- Intervenções de manutenção regular nos edifícios colocados no mercado de arrendamento (substituição do chão de loja; pinturas; reparação de infiltrações; manutenções regulares; etc.).
- Conclusão da remodelação da casa detida nas Termas de São Pedro do Sul (1.º andar), e respetiva colocação no mercado de arrendamento local, com renda acessível.
- Gestão corrente e limpeza da quinta de Vendabões, recuperando culturas frutícolas e eventual instalação de quinta pedagógica.
 - Paralelamente, estuda-se a viabilidade de instalação de comunidade de energia na mesma.



Respeito pelo Meio Ambiente

Planeta há só um, pelo que é nossa obrigação reduzir tanto quanto possível a nossa "pegada" ecológica.

- Compromisso por uma Misericórdia mais verde, compilando medidas a levar a cabo para uma maior eficiência energética dos seus edifícios de serviços: instalação de painéis solares para AQS; estudo para reforço da central fotovoltaica da sede a qual em 2023 produziu 77.401,48Kwh; aquisição de equipamentos com maior eficiência energética.
- Parceiro beneficiário da rede "Zero Desperdício", comungando do objetivo de um Planeta mais limpo, mais sustentável, mais circular, tendo por base o combate ao desperdício alimentar.
- Adoção de estratégias e mecanismos de poupança de água e eletricidade.
- Operacionalização da separação do lixo e respetiva valorização, condução para reciclagem e promoção da política dos 3R (Reducir, Reutilizar e Reciclar) nas dinâmicas com os utentes, nomeadamente incentivando as crianças desde a creche para esta preocupação.
- Promoção de transição gradual para a mobilidade elétrica, com a aquisição da segunda viatura elétrica da MSPS (neste caso via candidatura à Mobilidade Solidária da Fundação EDP)
- Procedemos ao lançamento, em dezembro, do concurso público para a empreitada de implementação de medidas de eficiência energética no edifício do jardim (projeto "Jardim + Verde" do Fundo Ambiental), compreendendo a mesma o alargamento da UPAC – Unidade de Produção para Autoconsumo, substituição de caixilharias, cobertura e substituição de equipamentos de climatização e apoio AQS.

7. Eventos subsequentes

Não influenciando as contas de 2023, mas com potencial impacto nas contas subsequentes, continuamos a verificar à presente data condicionalismos decorrentes da atual conjuntura económica derivada da ofensiva/guerra russa na Ucrânia, nomeadamente, numa primeira fase, com o aumento generalizado e consecutivo dos preços e, atualmente, com a estabilização da taxa com a manutenção dos preços elevados comparativamente há dois anos, incluindo-se o impacto do diferimento das subidas atendendo os contratos de fornecimento (matérias primas e serviços) em vigor.

Considerando que os combustíveis e a aquisição de bens alimentares têm um grande peso na estrutura da instituição, é esperável uma continuidade no agravamento destes gastos, sendo, também, previsível a estabilização deste impacto no custo de outros bens e serviços.

Nestes termos, a instituição procurará, desde já, estudar e promover iniciativas que possam mitigar este impacto esperável de custo. Refira-se, a título de exemplo, a importância para:

- Uma rationalização constante dos recursos.
- Reforço de boas práticas de reutilização de materiais, poupança de energia e água.
- Aceleração do processo de transição para a mobilidade elétrica.
- Conclusão da implementação das medidas de eficiência energética consideradas no estudo energético do edifício do jardim – processo em curso.
- Ao abrigo da nova regulamentação de certificação energética, estudo e implementação de novas soluções como a substituição de equipamentos técnicos mais obsoletos e remodelação da ERPI Lar de Grandes Dependentes.
- Reforço da sensibilização para as dicas de poupança de combustível na condução.
- Procura de novas parcerias para a partilha de recursos e/ou apoio à instituição ao abrigo do mecenato.

Contingência económica nacional/mundial de incerteza (com duas Guerras com perspetivas de se prolongar no tempo), o que requer um acompanhamento próximo e cauteloso de todo o processo, para melhor adotarmos as medidas possíveis.

8. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que a MSPS encerrou as contas relativas ao exercício de 2023 com Resultados Líquidos positivos no montante de 60.246,65€ e atendendo que deverá constar no relatório de gestão a forma como deverá ser aplicado aquele resultado, propõe-se que o referido Resultado Líquido do exercício seja integrado na conta “Resultados Transitados”.

C. JG
OT
OM
HJ
MAM

NOTA FINAL

Em termos de conclusão, a Mesa Administrativa continua atenta ao desenrolar dos problemas sociais que afetam a nossa comunidade, seja em termos locais, regionais ou nacional. Perante estes, reafirmamos que a acomodação e passividade são termos que continuam abolidos nas reuniões de trabalho. Acreditamos num futuro que fará justiça a todos os que acreditam num mundo melhor, ou seja, onde existe maior justiça social e um maior equilíbrio socioeconómico.

Cabe a cada um de nós incutir o espírito e valores de entrega, de perseverança e intervenção social, atuando de e para uma sociedade solidária, fugindo, assim, ao imediatismo e individualismo muito patente na sociedade atual.

Finalmente, a Mesa Administrativa agradece e expressa o seu reconhecimento por toda a colaboração, aos Representantes do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, à União das Misericórdias Portuguesas, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Câmara Municipal de São Pedro do Sul, aos Órgãos Sociais, parceiros institucionais, bem como aos Colaboradores que, de uma forma muito profissional, aplicam no seu dia-a-dia todo o seu empenho e carinho a todos os que usufruem dos nossos serviços.

Deixamos, deste modo, uma palavra de agradecimento a todos os que colaboraram nesta Causa, desejando que mantenham e difundam a Esperança em todos aqueles que a nossa ação toca.

O Diretor-geral



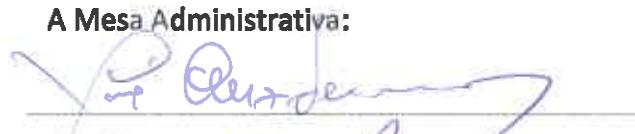
O Contabilista Certificado



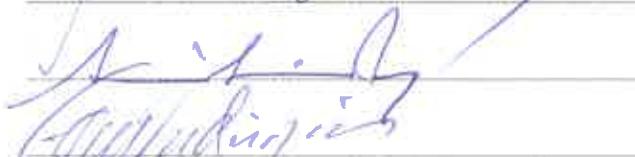
Aprovado em Reunião de Mesa Administrativa da Misericórdia de S. António de São Pedro do Sul em 15 de março de 2024.

A Mesa Administrativa:

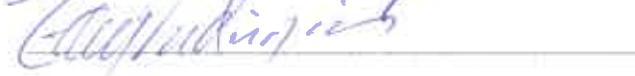
Provedor



Vice-Provedor



Secretário



Tesoureiro



Vogal



Deliberação em Assembleia Geral:

Aprovação por Juanimiké em Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de São Pedro do Sul, a 28 de Marcos de 2024.

Presidente

R. J. P. S. Faria - R.J.

*** Vice-Presidente**

Manoel Joaquim Mota

Secretário

Manoel Joaquim Mota

Nota: Anexar cópia da Ata da Assembleia Geral.

Na ausência do vice-presidente foi eleito o irmão
Manoel Joaquim da Mota, o qual irá assinar o
fim de semana.

O Presidente Dr. Amorim

R. J. P. S. Faria - R.J.

ANEXOS

Anexo 1 - Relatório de Contas

Anexo 2 – DMR comparativas sem aplicação retrospectiva da alteração da política de crédito a 2022

Anexo 3 - Parecer do Conselho Fiscal

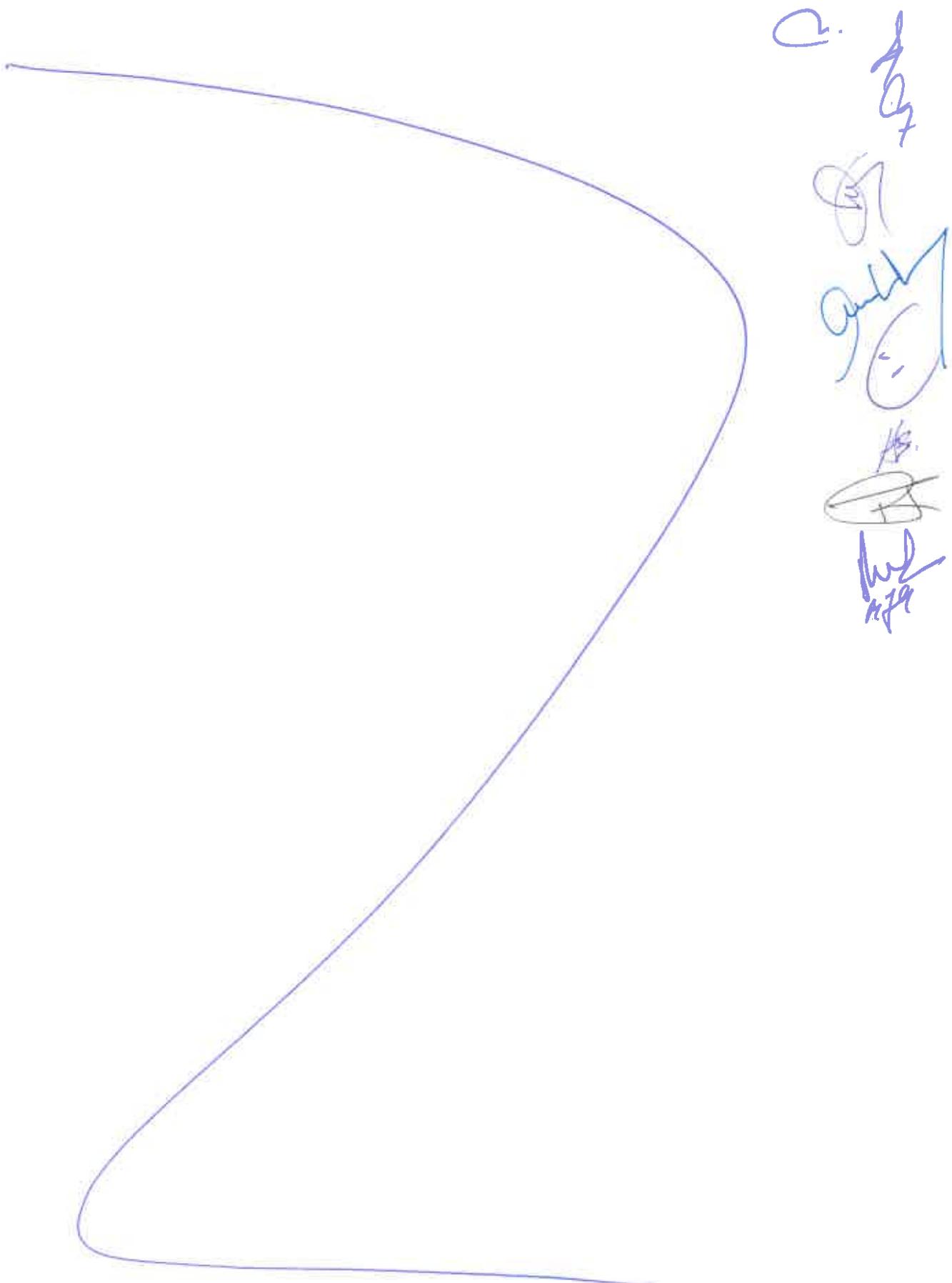
Anexo 4 - Ata da Assembleia Geral

*a f
G E
AB.
BR.
MD.
RJM*

Anexo 1 – Relatório de Contas

B. P. D.
S. J.
A. M.
B.
R. M.
M. J.





BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul NIF 501157506

Rua da Misericórdia, nº 6 - São Pedro do Sul

BALANÇO (Individual)

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

UNIDADE MONETÁRIA (1)

EUR

Fator:

1

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2023	31 DEZ 2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3/5	4 583 344.44	4 454 931.35
Bens do Património Histórico e Cultural	3/5	98 294.56	98 294.56
Ativos intangíveis	3/6	0.00	0.00
Investimentos Financeiros	3/14.1	22 610.55	21 977.82
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		4 704 249.55	4 575 203.73
Ativo corrente			
Inventários	3/8	54 145.09	40 417.93
Créditos a Receber	3/14.2	60 974.73	62 105.98
Estado e outros entes públicos	3/14.9	5 164.72	5 011.40
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem	3/14.3	15.50	37.50
Outros ativos correntes	3/14.4	100 105.52	101 590.29
Diferimentos	3/14.5	21 380.71	10 903.78
Caixa e depósitos bancários	3/14.6	2 311 331.25	2 476 679.20
		2 553 117.52	2 696 748.08
Total do ativo		7 257 367.07	7 271 949.81
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0.00	0.00
Excedentes técnicos		0.00	0.00
Reservas		0.00	0.00
Resultados transitados	14.7	5 781 461.17	5 527 770.67
Excedentes de revalorização		0.00	0.00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11/14.7	891 671.23	704 495.31
Resultado líquido do período		60 246.65	233 690.50
Total dos fundos patrimoniais		6 513 379.05	6 465 956.48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0.00	13 997.25
Provisões específicas		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outras dívidas a pagar		0.00	0.00
		0.00	13 997.25
Passivo corrente			
Fornecedores	3/14.8	83 283.46	87 830.63
Estado e outros entes públicos	3/14.9	66 215.90	79 893.42
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Mem		0.00	0.00
Financiamentos obtidos		0.00	0.00
Outros passivos correntes	3/14.10	562 413.37	477 418.89
Diferimentos	3/14.5	22 075.29	146 853.14
		743 988.02	791 996.08
Total do passivo		743 988.02	805 993.33
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 257 367.07	7 271 949.81

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências do relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euro.

A Administração

O Contabilista Certificado

António de Agostinho de Oliveira Bizarro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul NIF 501157506
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	3/9	3 894 886.01	3 522 455.48	
Subsídios ISS	3/14.11	27 943.81	34 886.39	
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	112 301.79	218 168.01	
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00	
Trabalhos para a própria entidade	14.13	5 140.91	4 230.03	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-139 808.18	-100 888.62	
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-1 067 088.55	-1 027 725.44	
Gastos com o pessoal	3/12	-2 793 799.11	-2 390 193.60	
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3/14.2	10 622.73	-10 481.53	
Provisão (aumentos/reduções)	10	13 997.26	0.00	
Provisão específica (aumentos/redução)		0.00	0.00	
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00	
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	264 630.73	234 778.64	
Outros gastos	14.15	-47 319.09	-37 114.25	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		281 508.30	448 095.11	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3/5/8	-221 261.65	-214 404.61	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60 246.65	233 680.50	
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00	
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00	
Resultado antes de impostos		60 246.65	233 680.50	
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00	
Resultado líquido do período		60 246.65	233 680.50	

3. Administração

O Contabilista Certificado

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor:

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 531 920.71	1 476 954.88
Pagamentos a fornecedores		-1 196 489.27	-1 100 465.88
Pagamento de Apoios		-14 201.44	-13 130.40
Pagamento a pessoal		-1 825 348.04	-1 619 483.39
		-1 504 118.04	-1 256 124.79
		0.00	0.00
		1 483 337.24	1 597 830.33
		-20 780.80	341 705.54
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamento respeitantes a:			
Propriedades de investimento		-873.33	-1 000.00
Activos fixos tangíveis		-295 499.70	-238 244.51
Activos intangíveis		0.00	0.00
Investimentos financeiros		-2 445.22	-6 149.78
Outros ativos		0.00	0.00
Recebimentos provenientes de:			
Propriedades de investimento		130 416.71	102 506.40
Activos fixos tangíveis		550.00	0.00
Investimentos financeiros		1 287.08	2 898.17
Outros ativos		0.00	0.00
Activos intangíveis		0.00	0.00
Subsídios de investimento		7 500.00	17 500.00
Juros e proveitos similares		7 574.65	1 471.97
		-151 589.81	-121 017.75
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Realizações de fundos		0.00	0.00
Cobertura de prejuízos		0.00	0.00
Doações		7 022.66	89 108.69
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares		0.00	0.00
Dividendos		0.00	0.00
Redução de fundos		0.00	0.00
Outras operações de financiamento		0.00	0.00
		7 022.66	89 108.69
Variação de caixa e seus equivalentes(1+2+3)		-165 347.95	309 798.48
Efeito das diferenças de câmbio		0.00	0.00
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 476 679.20	2 166 882.72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4/14.6	2 311 331.25	2 476 679.20

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

A Administração

O Contabilista Certificado

ANEXO 2023

1. Identificação da Entidade

1.1 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul é uma entidade sem fins lucrativos, IPSS, com o NIPC 501 157 506.

1.2 Sede em Rua da Misericórdia n.º 6 – 3660-694 São Pedro do Sul.

1.3 A Santa Casa da Misericórdia de Santo António de S. Pedro do Sul tem o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos. Tem como principal atividade a ação social para pessoas idosas e crianças, expressa nas suas 7 respostas sociais tipificadas: ERPI – Estrutura Residencial para Idosos; ERPI Lar de Grandes Dependentes; Creche, Pré-Escolar (Jardim-de-infância); CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; e o Centro de Dia.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto é referido que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 215/2015, de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso 82592/2015, de 29 de julho;
- Normas Interpretativas (NI).

2.2 Não existiram disposições do SNC que tenham sido derrogadas.

2.3 Não aplicável

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas.

3.1.1 Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF) e de acordo com os respetivos Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF).

Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo, no entanto, o encerramento do CATL, no fim do corrente ano letivo, sem necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das restantes operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um

conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceitual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas, das rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes” e “Diferimentos”.

Consistência de Apresentação:

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação:

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

Informação Comparativa:

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
 - A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
 - Razão para a reclassificação.

3.1.2 Outras políticas contabilísticas

Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, qualquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela seguinte:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Terrenos e recurso naturais	Indefinida
Edifícios e outras construções	6 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 6 anos
Equipamento de transporte	5 a 10 anos
Equipamento administrativo	3 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, e que sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também é efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo decorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem onde são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser possível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu custo, o qual consideramos que se aproxima do seu justo valor, pelo que não achamos necessário proceder à avaliação das mesmas. Assim, de acordo com a vida útil estimada das Propriedades de Investimento, são calculadas as depreciações das mesmas seguindo o método da linha reta, em regime anual.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção, a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de Investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime anual.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil estimada (anos)
Programas de computador	3 a 5 anos

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os Inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos os “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações do risco segurado;
 - Alterações da taxa de câmbio.
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os Créditos a receber e outros ativos correntes encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim refletir o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estejam mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos financeiros

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos financeiros" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advêm de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Estado e Outros Entes Públicos

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2019 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Rédlito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Relativamente às prestações de serviço, o crédito é reconhecido no período a que respeitam, com a exceção do crédito das quotas que é reconhecido aquando do seu recebimento.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o regime do acréscimo.

Subsídios do governo

O crédito de subsídios é reconhecido quando existe segurança de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante o período de vida útil dos bens a que eles dizem respeito na rubrica "Outros rendimentos", de forma a balanceá-los com os gastos relacionados com os respetivos ativos.

No caso dos subsídios reembolsáveis, estes são contabilizados como passivos, mas se posteriormente adquirirem a condição de não reembolsáveis, passarão a ter o tratamento referido anteriormente.

Quando um subsídio se torne recebível por uma entidade como compensação por gastos ou perdas incorridos num período anterior, esse subsídio deve ser reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível, com a divulgação necessária para a compreensão do seu tratamento.

Na situação em que um subsídio se torne reembolsável, este deve ser contabilizado como uma revisão de uma estimativa contabilística. Assim, esse reembolso de um subsídio relacionado com rendimentos ou relacionado com ativos deve ser primeiramente aplicado em contrapartida de eventuais créditos diferidos, não amortizado e seguidamente deve ser reconhecido como um gasto.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período na rubrica "Subsídios à exploração" da Demonstração dos Resultados do Período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento. Caso se tornem recebíveis num período posterior, estes serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados de curto prazo são mensurados numa base não descontada e reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

3.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

De acordo com o parecer da CNC, de 31 de outubro de 2023, e circular 93/2023, de 10-11-2023, da União das Misericórdias Portuguesas, sobre a contabilização do crédito, as verbas

provenientes dos acordos de cooperação passaram a ser contabilizadas na conta 72 – Prestações de Serviços ao invés da conta 75 – Subsídios à exploração.

Assim, nas demonstrações financeiras de 2023 foi adotado o tratamento retrospectivo das mesmas ao ano de 2022.

3.1.5 Principais fontes de incerteza nas estimativas

Não se verifica.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso e a sua desagregação consta da nota 14.6.

5. Ativos Fixos Tangíveis

5.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Nos anos de 2022 e 2023 não existiram quaisquer variações conforme quadros abaixo.

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Bens Imóveis	83.445,37	0,00	0,00	0,00	0,00	83.445,37
Bens Móveis	14.849,19	0,00	0,00	0,00	0,00	14.849,19
Obras de Arte	7.103,06	0,00	0,00	0,00	0,00	7.103,06
Outros	7.746,13	0,00	0,00	0,00	0,00	7.746,13
Total	98.294,56	0,00	0,00	0,00	0,00	98.294,56

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Perdas por Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Obras de Arte	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.2 Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2022 e de 2023, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.731.983,76	129.916,32	33.637,60	0,00	0,00	1.828.262,48
Equipamento de transporte	368.607,72	39.150,00	0,00	0,00	0,00	407.757,72
Equipamento administrativo	331.884,98	3.833,11	0,00	0,00	0,00	335.718,09
Outros ativos fixos tangíveis	76.842,34	5.806,94	0,00	0,00	0,00	82.649,28
Ativos fixos tangíveis em curso	169.938,67	133.491,88	0,00	-5.390,85	0,00	298.039,70
Total	7.562.843,79	312.198,25	33.637,60	-5.390,85	0,00	7.836.013,59

Depreciações 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.746.725,26	95.788,42	0,00	0,00	0,00	1.842.513,68
Equipamento Básico	1.585.221,04	52.030,17	12.010,51	0,00	0,00	1.625.240,70
Equipamento de transporte	361.057,72	17.337,50	0,00	0,00	0,00	378.395,22
Equipamento administrativo	325.485,34	3.555,56	0,00	0,00	0,00	329.040,90
Outros ativos fixos tangíveis	66.704,89	4.953,93	0,00	0,00	0,00	71.658,82
Total	4.085.194,25	173.665,58	12.010,51	0,00	0,00	4.246.849,32

Perdas por Imparidade 2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Fixos Tangíveis 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	171.697,12	0,00	0,00	0,00	0,00	171.697,12
Edifícios e outras construções	4.711.889,20	0,00	0,00	0,00	0,00	4.711.889,20
Equipamento Básico	1.828.262,48	31.061,22	0,00	0,00	0,00	1.859.323,70
Equipamento de transporte	407.757,72	0,00	13.540,00	0,00	0,00	394.217,72
Equipamento administrativo	335.718,09	20.847,11	810,00	0,00	0,00	355.755,20
Outros ativos fixos tangíveis	82.649,28	4.970,38	0,00	0,00	0,00	87.619,66
Ativos fixos tangíveis em curso	298.039,70	296.115,01	0,00	-381.755,00	0,00	212.399,71
Total	7.836.013,59	352.993,72	14.350,00	-381.755,00	0,00	7.792.902,31

Depreciações 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.842.513,68	95.788,42	0,00	0,00	0,00	1.938.302,10
Equipamento Básico	1.625.240,70	55.861,23	0,00	0,00	0,00	1.681.101,93
Equipamento de transporte	378.395,22	9.787,50	13.540,00	0,00	0,00	374.642,72
Equipamento administrativo	329.040,90	6.658,83	810,00	0,00	0,00	334.889,73
Outros ativos fixos tangíveis	71.658,82	5.763,90	0,00	0,00	0,00	77.422,72
Total	4.246.849,32	173.859,88	14.350,00	0,00	0,00	4.406.359,20

Perdas por Imparidade 2023				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento Básico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

5.3 Propriedades de Investimento

2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de Investimento – custo de aquisição	1.586.787,59	70.213,20	0,00	0,00	0,00	1.657.000,79
Propriedades de Investimento - depreciações	-751.400,66	-39.833,05	0,00	0,00	0,00	-791.233,71
Total	835.386,93	30.380,15	0,00	0,00	0,00	865.767,08

2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Propriedades de Investimento – custo de aquisição	1.657.000,79	378.436,02	0,00	0,00	0,00	2.035.436,81
Propriedades de Investimento - depreciações	-791.233,71	-47.401,77	0,00	0,00	0,00	-838.635,48
Total	865.767,08	331.034,25	0,00	0,00	0,00	1.196.801,33

6. Ativos Intangíveis

6.1 Outros Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2022						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	65.442,41	905,98	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	112.991,58	905,98	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Ativos Intangíveis 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	66.348,39	0,00	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	113.897,56	0,00	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Amortizações 2023						
Descrição	Saldo Inicial	Aquisições/ Dotações	Abates e alienações	Transferências e outros movimentos	Revalorizações	Saldo Final
Estudos e projetos	24.021,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.021,00
Certificação energética	23.528,17	0,00	0,00	0,00	0,00	23.528,17
Programas de computador	65.442,41	905,98	0,00	0,00	0,00	66.348,39
Total	112.991,58	905,98	0,00	0,00	0,00	113.897,56

Perdas por Imparidade 2023				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Certificação energética	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custo de Empréstimos Obtidos

Quer em 2022, quer em 2023, não foi contraído qualquer empréstimo pelo que não existe qualquer saldo nem encargo financeiro.

8. Inventários

2022					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49.029,60	70.504,57	21.772,38	40.417,93	100.888,62
Total	49.029,60	70.504,57	21.772,38	40.417,93	100.888,62

2023					
Descrição	Inventário Inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário Final	CMVMC
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	40.417,93	112.856,46	40.401,26	54.145,09	139.530,56
Total	40.417,93	112.856,46	40.401,26	54.145,09	139.530,56

9. Rédito

Descrição	2023	2022
Vendas	40,65	54,88
Prestações de Serviços		
Quotas dos utilizadores	1.531.847,10	1.492.003,43
Quotizações e Jotas	4.947,00	5.477,50
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Serviços secundários	3.624,00	15.629,52
ISS – Acordos de cooperação	2.354.427,26	2.009.290,15
Juros	19.509,45	1.622,24
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	3.914.395,46	3.524.077,72

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

10. Provisões

A provisão que havia sido constituída, no exercício de 2019, na sequência de um processo judicial de recurso da decisão de aplicação de coima, coima esta aplicada pela Autoridade Tributária em procedimento inspetivo com correções em sede de IVA, foi anulada em virtude de decisão favorável.

11. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	108.737,89	0,00	5.486,78	103.251,11
2ª fase Lar de Acarnados	14.784,46	0,00	778,12	14.006,34
MASES – Adaptação Equip. Sociais	34.136,22	0,00	875,29	33.260,93
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	108.222,97	0,00	2.576,74	105.646,23
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	202.805,66	0,00	4.506,79	198.298,87
Mobilidade Verde	0,00	17.500,00	4.375,00	13.125,00
Total	468.687,20	17.500,00	18.598,72	467.588,48

2023				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
PIDDAC	103.251,11	0,00	5.486,78	97.764,33
2ª fase Lar de Acarnados	14.006,34	0,00	778,12	13.228,22
MASES – Adaptação Equip. Sociais	33.260,93	0,00	875,29	32.385,64
PRODER – Ampliação Lar de Idosos	105.646,23	0,00	2.576,74	103.069,49
MaisCentro – energia solar térmico + iluminação	0,00	0,00	0,00	0,00
MaisCentro – estudos e projetos	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo Rainha Dª Leonor	198.298,87	0,00	4.506,79	193.792,08
Mobilidade Verde	13.125,00	7.500,00	6.250,00	14.375,00
Total	467.588,48	7.500,00	20.473,72	454.614,76

12. Benefícios dos empregados

Os membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2022 e 2023 não usufruíram de qualquer remuneração. Os órgãos diretivos são os seguintes:

Mesa Administrativa

Cargo	Nome	NIF
Provedor	José da Cruz Fernandes	[REDACTED]
Vice-Provedor	António Santos Pals	[REDACTED]
Tesoureiro	Agostinho de Almeida Bizarro	[REDACTED]
Secretário	Eduardo Rodrigues da Silva	[REDACTED]
Vogal	Ana Maria Paiva Oliveira	[REDACTED]

Conselho Fiscal

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Manuel Conde Marques de Oliveira	[REDACTED]
Vice-Presidente	Joaquim António Tavares Loureiro	[REDACTED]
Secretária	Maria João Santos Tavares Jorge	[REDACTED]

Mesa da Assembleia Geral

Cargo	Nome	NIF
Presidente	Rui Jorge Ferreira Barros	[REDACTED]
Vice-Presidente	Maria João Martins Figueiredo Fernandes	[REDACTED]
Secretária	Paula Cristina Palva Pinto	[REDACTED]

O número médio de empregados internos ao serviço foi de 178, em 2022 e de 190 em 2023, considerando substituições e programas do IEFP e não considerando as baixas prolongadas e licenças sem vencimento (7).

Os gastos incorridos com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	2.136.745,28	1.854.815,41
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as remunerações	491.611,89	415.925,42
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	45.904,79	29.300,57
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	119.537,15	90.152,20
Total	2.793.799,11	2.390.193,60

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A Santa Casa da Misericórdia de S. Pedro do Sul ficou obrigada à revisão legal de contas a partir de 1 de janeiro de 2012. Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para o ano de 2023 foram de 3.960,00 € acrescidos de IVA à taxa normal, relativos à revisão legal de contas.

14. Outras Informações

De modo a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 a Entidade detinha os seguintes Investimentos Financeiros:

Descrição	2023	2022
Investimentos noutras empresas	149,64	0,00
Outros investimentos financeiros	22.460,91	21.977,82
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	22.610,55	21.977,82

14.2 Créditos a receber

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Créditos a Receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e utentes c/c		
Clientes	7.930,29	9.037,40
Utentes – saldo devedor	53.044,44	53.068,58
Utentes – saldo credor	0,00	0,00
Total	60.974,73	62.105,98
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	5.724,46	16.901,00
Utentes	20.743,92	20.190,11
Total	26.468,38	37.091,11
Adiantamento de Clientes e Utentes		
	107.133,12	101.289,68
Clientes com caução		
	1.885,00	1.835,00

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Clientes	0,00	11.180,00
Utentes	2.267,77	1.027,52
Total	2.267,77	12.207,52

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Reversões de Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	2022
Clientes	11.176,54	0,00
Utentes	1.713,96	1.725,99
Total	12.890,50	1.725,99

14.3 Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros

Esta rubrica, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, evidenciava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Fundadores/.../Associados/Membros	15,50	37,50
Total	15,50	37,50

14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” apresentava, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte composição:

Descrição	2023	2022
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamento a fornecedores	122,02	0,00
Adiantamentos a fornecedores de investimento	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	27.217,35	16.393,47
Entidades Públicas	72.519,34	83.900,60
Outros Devedores	246,81	1.296,22
Total	100.105,52	101.590,29

14.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Diferimentos” apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a reconhecer	21.380,71	10.903,78
Rendimentos a reconhecer	22.075,29	146.853,14



14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa de Depósitos Bancários”, demonstrava os seguintes saldos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Descrição	2023	2022
Caixa	731,98	2.111,64
Depósitos à ordem	377.486,34	1.099.077,33
Depósitos a prazo	1.933.112,93	1.375.490,23
Total	2.311.331,25	2.476.679,20



14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

2022				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.413.339,17	114.431,50	0,00	5.527.770,67
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	468.687,20	17.500,00	18.598,72	467.588,48
Doações	171.518,63	69.213,20	3.825,00	236.906,83
Total	6.053.545,00	201.144,70	22.423,72	6.232.265,98

2023				
Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	5.527.770,67	233.690,50	0,00	5.761.461,17
Excedentes de Revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios	467.588,48	7.500,00	20.473,72	454.614,76
Doações	236.906,83	0,00	0,00	236.906,83
Outros	0,00	149,64	0,00	149,64
Total	6.232.265,98	241.340,14	20.473,72	6.453.132,40

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da forma seguinte:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	93.283,46	87.830,63
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	93.283,46	87.830,63

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” está subdividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
IRC	0,00	0,00
IVA	5.164,72	5.011,40
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	5.164,72	5.011,40
Passivo		
IRC	0,00	0,00
IVA	2.016,37	15.474,91
IRS	7.797,00	12.166,69
Segurança Social	56.402,53	51.701,58
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Fundos de Compensação	0,00	550,24
Total	66.215,90	79.893,42

14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “outros passivos correntes” desdobra-se da forma seguinte:

Descrição	2023	2022
Pessoal	722,62	642,86
Fornecedores de Investimentos	4.626,24	13.598,55
Clientes e Utentes - cauções	1.885,00	1.835,00
Adiantamentos de clientes	107.133,12	101.289,68
Credores por acréscimos de gastos	429.253,19	343.238,36
Outros credores	18.793,20	15.155,59
Entidades Públicas	0,00	1.658,85
Total	562.413,37	477.418,89

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A entidade reconheceu, nos períodos de 2023 e 2022, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2023	2022
Subsídios do Estado e outros entes públicos	76.507,27	134.623,12
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	63.738,33	43.584,94
Legados	0,00	74.826,34
Total	140.245,60	253.034,40

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

Os “Fornecimentos e serviços externos” subdividem-se da seguinte forma, relativamente aos anos de 2023 e 2022 :

Descrição	2023	2022
Subcontratos	330.646,50	316.319,42
Serviços especializados	175.242,10	161.713,53
Materiais	21.368,39	17.662,27
Energia e fluidos	214.189,48	217.363,99
Deslocações, estadas e transportes	1.103,48	1.568,54
Serviços diversos	324.538,60	313.097,69
Total	1.067.088,55	1.027.725,44

14.13 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizaram nos anos de 2023 e 2022 os seguintes montantes:

Descrição	2023	2022
Ativos fixos tangíveis	5.140,91	4.230,03
Total	5.140,91	4.230,03

14.14 Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” encontra-se dividida da forma seguinte:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	19.557,65	16.104,61
Descontos de pronto pagamento obtidos	55.049,37	42.903,49
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	125.364,76	105.495,01
Juros de depósitos a prazo	19.509,45	1.622,24
Outros rendimentos e ganhos	45.149,50	68.653,29
Total	264.630,73	234.778,64

14.15 Outros Gastos

A rubrica “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

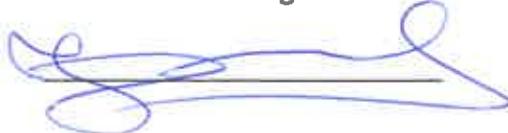
Descrição	2023	2022
Impostos	563,91	1.366,82
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Serviços bancários	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	46.755,18	35.747,43
Total	47.319,09	37.114,25

14.16 Acontecimentos após data de Balanço

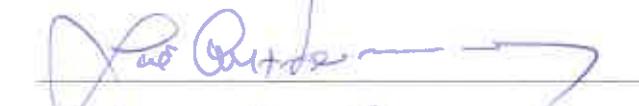
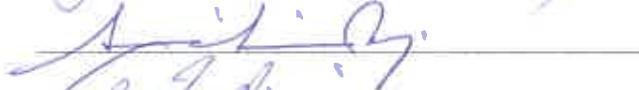
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação revelada nas contas.

*C...
MFA
MWB*

O Diretor-geral**O Contabilista Certificado**

As demonstrações financeiras, para o exercício de 2023 foram aprovadas pela Mesa Administrativa, em 15 de março de 2024.

A Mesa Administrativa:**Provedor****Vice-Provedor****Secretário****Tesoureiro****Vogal**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA E POR VALÊNCIAS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSOS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factors

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			1 083 870,47	995 475,02
Subsídios ISS			0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades			17 318,24	26 857,80
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados			0,00	0,00
Variação nos inventários da produção			0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-15 223,22	-13 292,65
Fornecimentos e serviços externos			-325 089,18	-321 972,89
Gastos com o pessoal			-691 123,82	-548 798,12
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			0,00	621,68
Provisão (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00	0,00
Outros rendimentos			28 898,16	20 684,43
Outros gastos			-501,75	-276,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			98 146,90	159 301,18
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-65 950,49	-63 614,55
Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			32 196,41	95 686,64
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00	0,00
Resultado antes de Impostos			32 196,41	95 686,64
Imposto sobre rendimento do período			0,00	0,00
Resultado líquido do período			32 196,41	95 686,64

A Administração

O Contabilista Certificado

*Dr. Agostinho
Agostinho de Almeida Bizarro*

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

C - *f*
57506
RIA(1)
Factor:
1

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

Demonstração dos resultados por naturezas Valencia 900102 - LAR ACAMAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

引言 Factors

1

PERÍODO FINDO EM 24 DE DEZEMBRO DE 2008

PERÍODO FIMOU EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			1 727 314.13	1 680 104.46
Subsídios ISS			0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades			23 008.90	37 465.22
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur			0.00	0.00
Variação nos inventários da produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-14 603.35	-10 937.33
Fornecimentos e serviços externos			-491 311.82	-457 781.37
Gastos com o pessoal			-1 155 983.85	-1 020 108.55
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-888.85	604.80
Provisão (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			36 491.98	16 612.61
Outros gastos			-744.26	-580.50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			123 272.68	145 379.34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-48 838.03	-46 784.17
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			74 434.65	98 595.17
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de impostos			74 434.65	98 595.17
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			74 434.65	98 595.17

À Administració

*P.º Agostinho
Gonçalves
A. M. G.
Agostinho de Almeida*

O Contabilista Certificado

1

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contábilísticas.

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

Demonstração dos resultados por naturezas Valencia 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EIR Factor

PERÍODO FINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			280 809.80	266 326.42
Subsídios ISS			6 622.47	0.00
Subsídios de Outras Entidades			1 727.92	1 102.08
Ganho/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados			0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-2 531.96	-2 336.28
Fornecimentos e serviços externos			-91 873.98	-86 085.91
Gastos com o pessoal			-191 464.02	-156 908.84
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			1 683.96	0.00
Provisão (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			12 712.17	7 810.24
Outros gastos			-598.85	-4.18
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			28 089.71	29 923.55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-15 025.04	-14 713.67
Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			11 074.67	15 209.88
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de impostos			11 074.67	15 209.88
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			11 074.67	15 209.88

A Administração

O Contabilista Certificado

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

C. 8
7506
4(1)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factors

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FÍNICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			397 523.81	330 066.81
Subsídios ISS			10 736.28	7 686.06
Subsídios de Outras Entidades			25 241.18	24 441.13
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados			0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-42 522.19	-24 790.63
Fornecimentos e serviços externos			-38 782.70	-31 694.61
Gastos com o pessoal			-328 857.50	-279 749.67
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			0.00	0.00
Provisões (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			8 168.97	5 816.00
Outros gastos			-67.66	-4 981.88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			29 640.19	26 813.23
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-10 200.70	-9 603.90
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			19 439.49	17 209.33
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de impostos			19 439.49	17 209.33
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			19 439.49	17 209.33

A Administração

Assunto:
- Dr. Antônio
- Dr. Antônio
- Dr. Antônio
- Dr. Antônio

O Contabilista Certificado



Obs: Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

气候 Factor

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		212 820,42	176 984,58
Subsídios ISS		0,00	21 592,92
Subsídios de Outras Entidades		15 030,42	22 886,53
Ganhos/perdas Imputados de subordíneas, associadas e empreendimentos conjurados		0,00	0,00
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-35 057,07	-22 770,30
Fornecimentos e serviços externos		-29 876,08	-31 292,78
Gastos com o pessoal		-207 800,03	-186 318,26
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-1 189,52	488,71
Provisão (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de Investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		5 727,50	8 289,22
Outros gastos		-857,89	-4 191,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-41 202,25	-14 330,83
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-10 086,35	-10 843,80
Imparidade de Investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-51 288,60	-25 174,63
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		-51 288,60	-25 174,63
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-51 288,60	-25 174,63

A Administratio

O Contabilista Certificado

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

C. J.
57506
Ward
12/24/11

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157508

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900106 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Euro

PERÍODO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			96 542,88	88 368,92
Subsídios ISS			0,00	0,00
Subsídios de Outras Entidades			12 147,63	22 198,15
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados			0,00	0,00
Variação nos inventários da produção			0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-28 631,29	-26 481,02
Fornecimentos e serviços externos			-17 338,48	-17 557,22
Gastos com o pessoal			-140 134,79	-120 911,37
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-178,30	-832,72
Provisão (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00	0,00
Outros rendimentos			4 835,10	7 565,43
Outros gastos			-40,60	-4 774,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			-72 668,95	-51 403,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-8 014,95	-8 329,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			-78 713,90	-57 733,37
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00	0,00
Resultado antes de impostos			-78 713,90	-57 733,37
Imposto sobre rendimento do período			0,00	0,00
Resultado líquido do período			-78 713,90	-57 733,37

A Administração

O Contabilista Certificado

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cartão Soc

UNIDADE MONETÁRIA(1)

自变量 Factor

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		9 264.00	9 200.00
Subsídios ISS		8 796.56	5 587.39
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-286.73	-388.65
Fornecimentos e serviços externos		-8 776.82	-12 688.55
Gastos com o pessoal		-8 085.83	-1 724.43
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisão (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		310.00	765.89
Outros gastos		0.00	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 221.18	751.65
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 221.18	751.65
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		2 221.18	751.65
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		2 221.18	751.65

A Administració

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Obs. Considerando a alteração da política de crédito referida no ponto 3.1.4 – Alteração políticas contabilísticas.

Ch. p
506

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - Centro Dia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			70 980.50	55 670.26
Subsídios ISS			0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades			0.00	275.52
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunta e controlados			0.00	0.00
Variação nos Inventários de produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-593.77	-882.93
Fornecimentos e serviços externos			-30 503.32	-29 847.22
Gastos com o pessoal			-59 040.39	-62 058.54
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			30.00	-184.00
Provisões (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			255.49	1 381.36
Outros gastos			-27.06	0.00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			-18 998.55	-35 465.84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-11 211.01	-18 904.38
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			-30 209.56	-54 369.90
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de Impostos			-30 209.56	-54 369.90
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			-30 209.56	-54 369.90

A Administração

~~Agostinho & Almeida Biza~~

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro de

NIF 501157506

Demonstração dos resultados por naturezas Valencia 900201 - Administração

UNIDADE MONETÁRIA(1)

E/R Factor

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		5 780,00	20 239,02
Subsídios ISS		2 788,50	0,00
Subsídios de Outras Entidades		10 780,21	81 415,18
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados		0,00	0,00
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-258,60	-8,83
Fornecimentos e serviços externos		-10 664,85	-20 995,47
Gastos com o pessoal		-65,00	-1 071,20
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisão (aumentos/reduções)		13 987,25	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		42 631,44	45 379,14
Outros gastos		-32 745,79	-21 594,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		32 103,13	103 363,19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1 639,67	-1 288,46
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30 463,46	102 086,74
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		30 463,46	102 086,74
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		30 463,46	102 086,74

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bozarro

Ch. J. M. 7/26
57506

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900202 - Carpintaria

UNIDADE MONETÁRIA(1)

Figure Factor

PERÍODO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho
Agostinho
Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

... B
WJ
KfK

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900203 - Culto|Cultura

UNIDADE MONETÁRIA(1)

• Easton

PERÍODO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		30.94	26.40
Ganhos/perdas imputados de subordíneas, associadas e empreendimentos conjurados		0.00	0.00
Variação nos inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-334.47	-133.37
Gastos com o pessoal		0.00	0.00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisão (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de Juroto valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		0.03	0.00
Outros gastos		0.00	0.00
 Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		 -303.50	 -106.97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		0.00	0.00
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
 Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		 -303.50	 -106.97
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
 Resultado antes de impostos		 -303.50	 -106.97
Impacto sobre rendimento do período		0.00	0.00
 Resultado líquido do período		 -303.50	 -106.97

A Administración

O Contabilista Certificado

A Administração
Agostinho de Almeida Bizarro

C. d
H.W.
M.S.

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900205 - Predios

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		0.00	0.00
Subsídios ISS		0.00	0.00
Subsídios de Outras Entidades		7 036,45	1 500,00
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunta		0.00	0.00
Variação nos Inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Caixa das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0.00	0.00
Fornecimentos e serviços externos		-21 536,72	-17 596,05
Gastos com o pessoal		-8 302,97	-8 318,59
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		11 178,64	-11 180,00
Provisão (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		126 601,89	120 494,30
Outros gastos		-11 747,43	-731,41
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		103 227,76	83 870,25
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-52 295,41	-42 314,29
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		50 932,35	41 555,98
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		50 932,35	41 555,98
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		50 932,35	41 555,98

Administración

O Contabilista Certificado

Lisboa
Lip. Bento
Anh.
Cathartes
Agostinho de Almeida Bizarro

Anexo 2 – DMR comparativas sem aplicação retrospectiva da alteração da política de crédito a 2022



Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul
Rua da Misericórdia nº 6 - São Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR Factor

PERÍODO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados	3/9	3 894 886.01	1 513 165.33	
Subsídios ISS	3/14.11	27 943.81	2 044 156.54	
Subsídios de Outras Entidades	3/14.11	112 301.79	218 168.01	
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00	
Trabalhos para a própria entidade	14.13	5 140.91	4 230.03	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-139 808.18	-100 888.62	
Fornecimentos e serviços externos	14.12	-1 067 088.55	-1 027 725.44	
Gastos com o pessoal	3/12	-2 793 799.11	-2 390 193.60	
Imparidade de inventários (perdas/reverões)		0.00	0.00	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reverões)	3/14.2	10 822.73	-10 481.63	
Provisão (aumentos/reduções)	10	13 997.25	0.00	
Provisão específicas (aumentos/redução)		0.00	0.00	
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00	
Outros rendimentos	3/9/11/14.14	264 630.73	234 778.64	
Outros gastos	14.15	-47 319.09	-37 114.25	
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		281 508.30	448 095.11	
Gastos/reverões de depreciação e de amortização	3/5/6	-221 261.65	-214 404.61	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60 246.65	233 690.50	
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00	
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00	
Resultado antes de impostos		60 246.65	233 690.50	
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00	
Resultado líquido do período		60 246.65	233 690.50	

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900101 - LAR IDOSO:

UNIDADE MONETÁRIA(1)

Elmer Eason

1

PERÍODO FIMADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			1 083 670.47	524 451.80
Subsídios ISS			0.00	471 023.12
Subsídios de Outras Entidades			17 318.24	26 857.80
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associações e empreendimentos conjunta			0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-15 223.22	-13 282.85
Fornecimentos e serviços externos			-326 089.18	-321 972.89
Gastos com o pessoal			-691 123.82	-548 798.12
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			0.00	621.68
Provisão (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			28 696.16	20 684.43
Outros gastos			-501.76	-276.08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			98 146.90	159 301.19
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-66 950.49	-63 614.65
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			32 196.41	95 686.64
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de impostos			32 196.41	95 686.64
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			32 196.41	95 686.64

A Administração

O Contabilista Certificado

Silviano
Lucas Reverte
Antônio
de Oliveira
Agostinho de Almeida Bozzarre

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900102 - LAR ACAMAD:

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EUR

Factor:

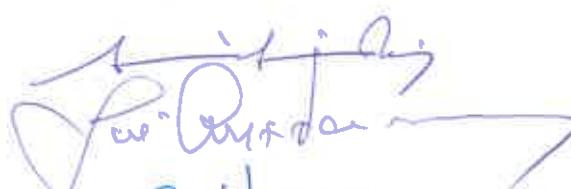
1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		1 727 314.13	650 713.50
Subsídios ISS		0.00	929 390.86
Subsídios de Outras Entidades		23 008.80	37 465.22
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur		0.00	0.00
Variação nos Inventários da produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-14 603.35	-10 937.33
Fornecimentos e serviços externos		-491 311.92	-457 781.37
Gastos com o pessoal		-1 155 983.85	-1 020 108.56
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-898.95	804.80
Provisão (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de Investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		38 491.98	16 812.61
Outros gastos		-744.28	-580.50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123 272.68	145 379.34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-48 838.03	-46 784.17
Imparidade de Investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		74 434.65	98 595.17
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
Resultado antes de impostos		74 434.65	98 595.17
Imposto sobre rendimento do período		0.00	0.00
Resultado líquido do período		74 434.65	98 595.17

A Administração

O Contabilista Certificado




António
Agostinho de Almeida Pizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900103 - SAD

UNIDADE MONETÁRIA(1)

气候 Factor

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			290 809,80	88 652,67
Subsídios ISS			5 622,47	177 673,75
Subsídios de Outras Entidades			1 727,92	1 102,08
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunta			0,00	0,00
Variação nos Inventários da produção			0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-2 531,98	-2 336,28
Fornecimentos e serviços externos			-91 873,98	-86 065,91
Gastos com o pessoal			-191 464,02	-156 908,84
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			1 683,96	0,00
Provisão (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reversões)			0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor			0,00	0,00
Outros rendimentos			12 712,17	7 810,24
Outros gastos			-586,65	-4,16
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			26 099,71	29 823,55
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-15 025,04	-14 713,67
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			11 074,67	15 209,88
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00	0,00
Resultado antes de impostos			11 074,67	15 209,88
Imposto sobre rendimento do período			0,00	0,00
Resultado líquido do período			11 074,67	15 209,88

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900104 - CRECHE

UNIDADE MONETÁRIA(1)

EAR Factors

PERÍODO EINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			397 523.81	56 226.70
Subsídios ISS			10 736.28	281 526.19
Subsídios de Outras Entidades			25 241.18	24 441.13
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjur			0.00	0.00
Variação nos inventários da produção			0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade			0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-42 522.19	-24 790.63
Fornecimentos e serviços externos			-38 782.70	-31 694.61
Gastos com o pessoal			-328 657.50	-279 749.67
Imparidade de inventários (perdas/reverões)			0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			0.00	0.00
Provisão (aumentos/reduções)			0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizações (perdas/reverões)			0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor			0.00	0.00
Outros rendimentos			6 188.97	5 816.00
Outros gastos			-67.88	-4 981.88
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			29 640.19	26 813.23
Gastos/reverões de depreciação e de amortização			-10 200.70	-9 803.90
Imparidade de investimentos deprecáveis/amortizáveis (perdas/reverões)			0.00	0.00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			19 439.49	17 209.33
Juros e rendimentos similares obtidos			0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados			0.00	0.00
Resultado antes de impostos			19 439.49	17 209.33
Imposto sobre rendimento do período			0.00	0.00
Resultado líquido do período			19 439.49	17 209.33

A Administração

A Administração
O Contabilista Co.
A. J. B.
José Augusto →
Antônio
Augusto José
Agostinho de Almeida Bizarro

O Contabilista Certificado

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d.

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900105 - JARDIM

UNIDADE MONETÁRIA(1)

气候 Factor

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

PERÍODO FIMÔ DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2023	2022
Vendas e serviços prestados			212 820,42	56 251,11
Subsídios ISS			0,00	142 328,38
Subsídios de Outras Entidades			15 030,42	22 886,53
Ganho/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunta e controlados			0,00	0,00
Variação nos inventários da produção			0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade			0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			-35 057,07	-22 770,30
Fornecimentos e serviços externos			-29 876,08	-31 292,78
Gastos com o pessoal			-207 800,03	-186 318,28
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-1 189,52	488,71
Provisão (aumentos/reduções)			0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			0,00	0,00
Aumentos/reduções de jueto valor			0,00	0,00
Outros rendimentos			5 727,50	8 289,22
Outros gastos			-857,89	-4 191,45
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			-41 202,25	-14 330,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			-10 086,35	-10 843,80
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			-61 288,60	-25 174,63
Juros e rendimentos similares obtidos			0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados			0,00	0,00
Resultado antes de impostos			-61 288,60	-25 174,63
Imposto sobre rendimento do período			0,00	0,00
Resultado líquido do período			-61 288,60	-25 174,63

A Administração

O Contabilista Certificado

A. M. B.
P. A. D. S. S.
S. A. B.
C. A. M. B. S. S.
Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro do Sul

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900108 - ATL

UNIDADE MONETÁRIA(1)

日文

1

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		96 542,88	60 930,18
Subsídios ISS		0,00	27 458,74
Subsídios de Outras Entidades		12 147,53	22 198,15
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunta		0,00	0,00
Varição nos Inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-28 631,29	-25 481,02
Fornecimentos e serviços externos		-17 338,48	-17 557,22
Gastos com o pessoal		-140 134,79	-120 911,37
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-179,30	-832,72
Provisão (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		4 935,10	7 565,43
Outros gastos		-40,60	-4 774,12
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-72 000,95	-51 403,95
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-6 014,95	-6 328,42
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-78 713,90	-57 733,37
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes da Impostos		-78 713,90	-57 733,37
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado Líquido do período		-78 713,90	-57 733,37

A Administração

O Contabilista Certificado

Agostinho de Almeida Bizarro

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de S. António de S. Pedro d'

NIF 501157506

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS VALENCIA 900107 - Cantina Socia

UNIDADE MONETÁRIA(1)

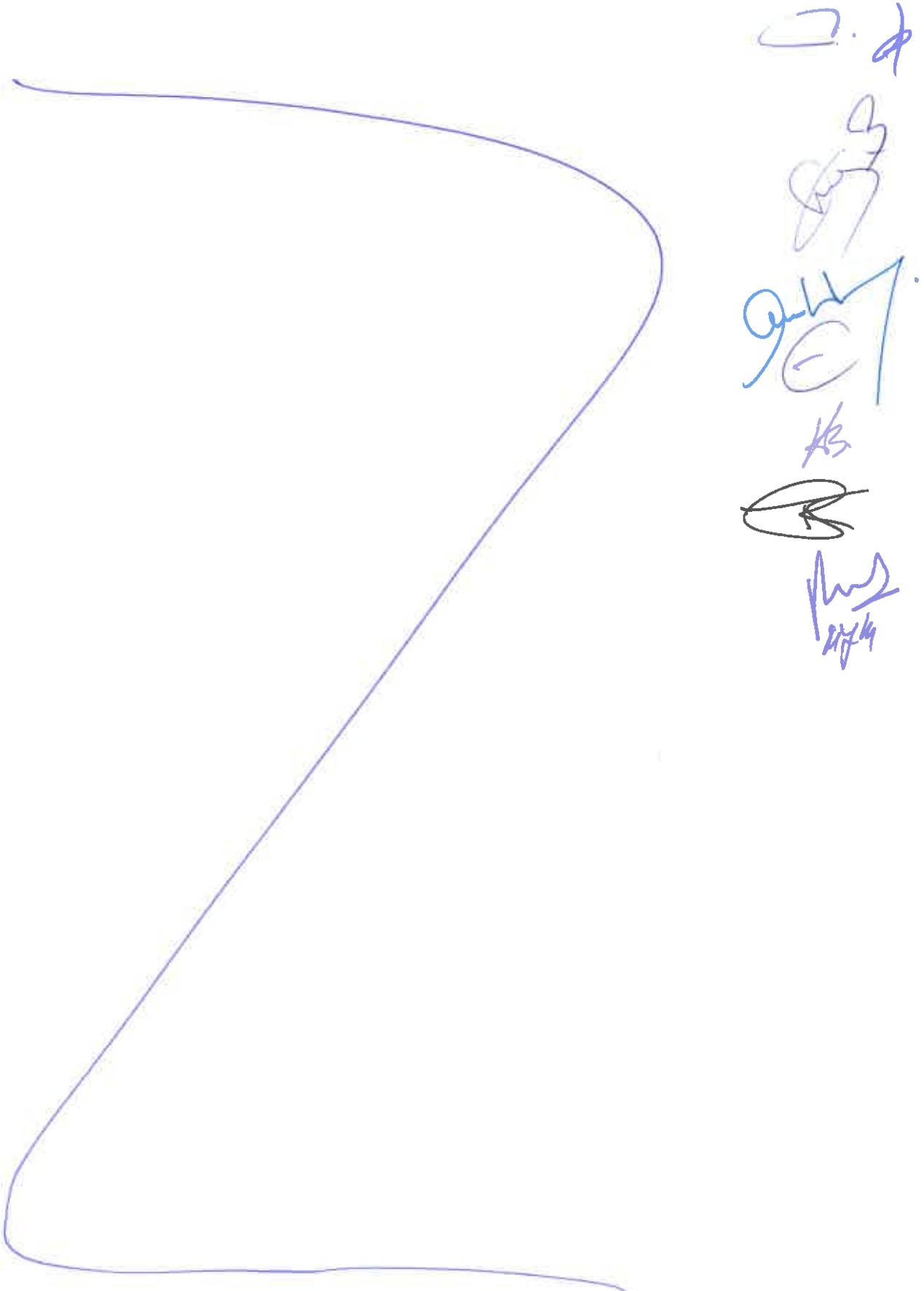
EFB Factor

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados		9 284.00	30.00
Subsídios ISS		8 786.56	14 757.39
Subsídios de Outras Entidades		0.00	0.00
Ganhos/perdas Imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjurados		0.00	0.00
Variação nos Inventários de produção		0.00	0.00
Trabalhos para a própria entidade		0.00	0.00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-286.73	-388.65
Fornecimentos e serviços externos		-9 778.82	-12 688.55
Gastos com o pessoal		-6 085.83	-1 724.43
Imparidade de Inventários (perdas/reversões)		0.00	0.00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0.00	0.00
Provisão (aumentos/reduções)		0.00	0.00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0.00	0.00
Aumentos/reduções de justo valor		0.00	0.00
Outros rendimentos		310.00	765.89
Outros gastos		0.00	0.00
 Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		 2 221.18	 751.65
 Gastos/reversões de depreciação e da amortização		 0.00	 0.00
 Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		 0.00	 0.00
 Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		 2 221.18	 751.65
Juros e rendimentos similares obtidos		0.00	0.00
Juros e gastos similares suportados		0.00	0.00
 Resultado antes de impostos		 2 221.18	 751.65
 Imposto sobre rendimento do período		 0.00	 0.00
 Resultado líquido do período		 2 221.18	 751.65

A Administração

O Contabilista Certificado

Assinatura de Agostinho de Almeida Bezerra

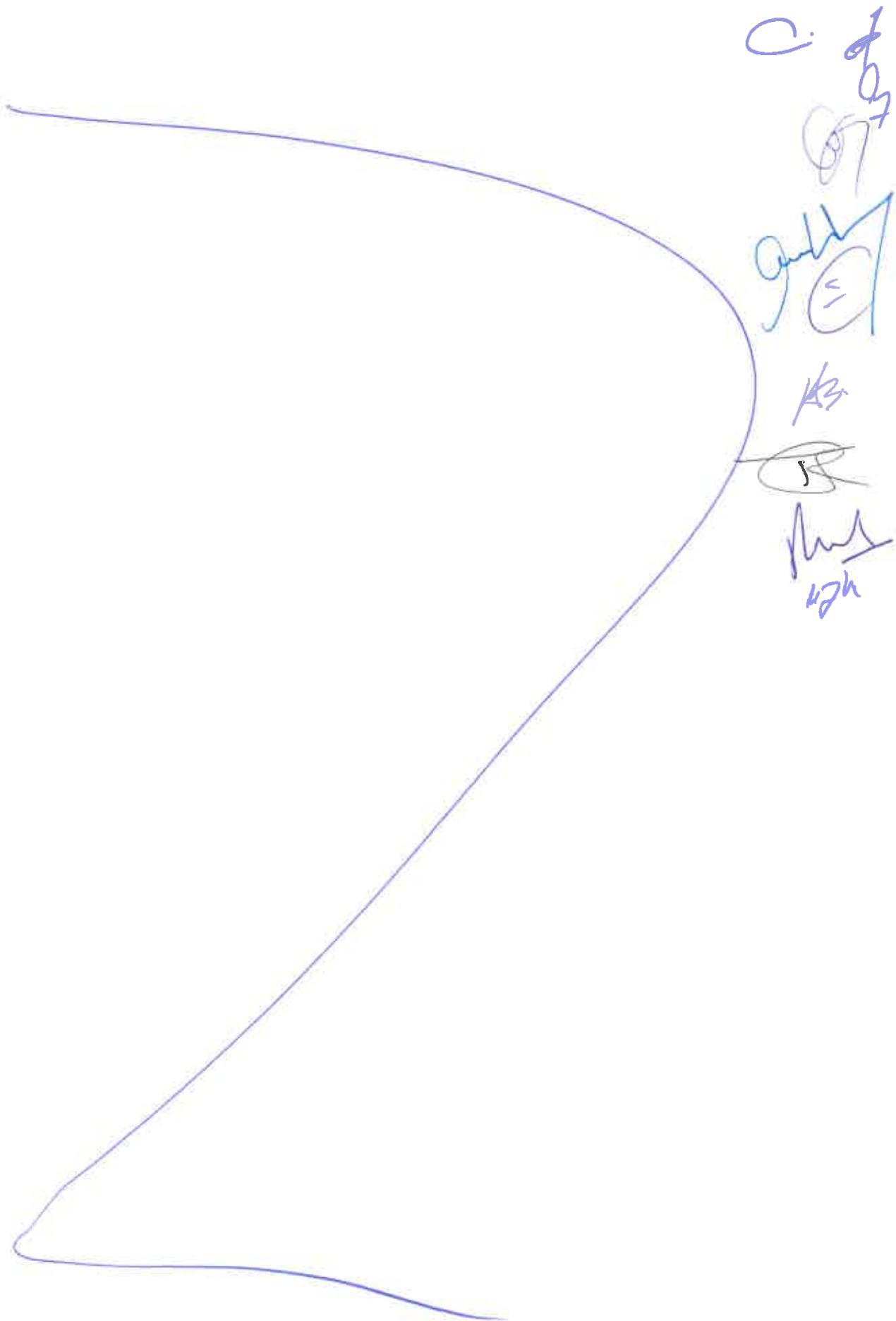


D. d
S
GWT
Hs
R
M
W

Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal

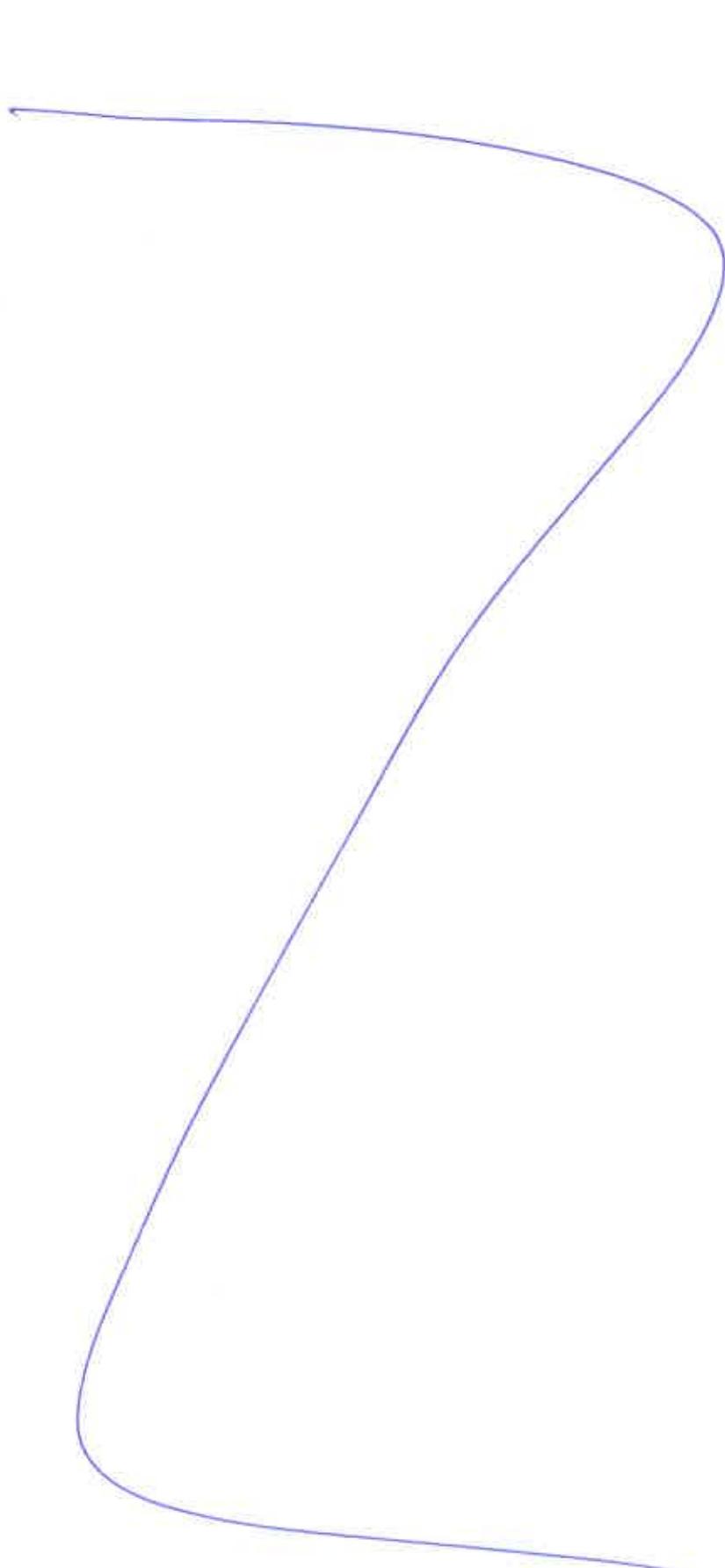


Ch. d
CJ
GJM
KB
CB
ML
MZH



Anexo 4 – Ata da Assembleia Geral





a. *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
R\$.
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC. 506 261 670 - Capital social: 50.000 € - S.R.O.C. n. 178

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.257.367 euros e um total dos fundos patrimoniais de 6.513.379 euros, incluindo um resultado líquido de 60.247 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE S.ANTÓNIO DE S.PEDRO DO SUL** em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Sede
Av. Belmiro Braga, nº 61
5000 - 410 VISEU
Tel: 232 437369 - Fax: 232 437364
e-mail: viseu@marquesdealmeida.pt

Delegação Coimbra
Av. Tropaeolum Majapae, nº 67A - Ed. Munic - Sala 103
3000 - 170 COIMBRA
Tel: 239 621777 - Fax: 239 841007
e-mail: coimbra@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº 16
3500 - 417 VISEU
Tel: 232 433277 - Fax: 232 435279
e-mail: viseu@marquesdealmeida.pt



SEDE

NIF/C: 666 261 866 - Capital social: 500.000 € - S.R.O.C n. 128

Responsabilidades do Órgão de Gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção

2

SEDE

NIFC: 601 261 802 * Capital Social: 60.000,00 € R.O.C. II 176

material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

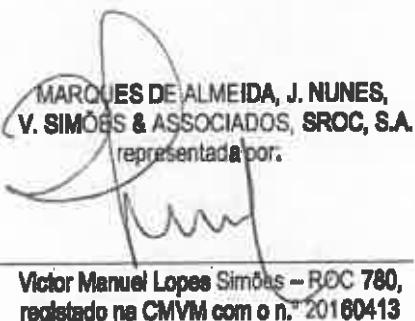
NIF/C: 506 201 876 • Capital social: 600.000 € • S.R.O.C. n.º 176

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Guarda, 18 de Março de 2024


MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:
Victor Manuel Lopes Simões - RCC 780,
registado na CMVM com o n.º 20160413

Sede
Rua Bartolomeu Reis, n.º 61
6330 - 068 GUARDA
Tel: +351 227903 • Fax: +351 227364
• chamada de rede fixa nacional
Email: sroc@meu.telspac.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 - Ed. Mond - Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 • Fax: 239 641027
• chamada de rede fixa nacional
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº 16
3500 - 417 VISEU
Tel: 352 425277 • Fax: 352 425274
• chamada de rede fixa nacional
Email: jconunes.moc@mail.telepac.pt